

57

actualidade
filosofia
arte e ciência
literatura

N.º 2

AGOSTO 1957

ANO I

DIRECTOR: ANTÓNIO QUADROS

Carta aberta aos
futuros deputa-
dos da Nação

Instituto do cine-
ma português — Um
apelo à consciência de todos os portu-
gueses cultos e responsáveis

Universidade
livre — O que a instituição não
ensina

A dialética da
pintura euro-
peia — Abstracionismo e simbo-
lismo

A Feira das In-
dústrias — Esquecimento
ou falência?

MANIFESTO

Aboliram a palavra do vocabulário e fecharam-na no recôndito mais profundo do subconsciente. Conhecem-na tanto como a receiam. Sabem que *ela está lá*, no seu lugar de exílio, sempre estranhamente viva, sempre estranhamente desperta. Dir-se-ia uma palavra mágica que eles têm medo de pronunciar, não vá ela pôr em movimento insuspeitadas forças. Se a encontram ao acaso de uma leitura, logo a repudiam com um frémito de ódio, de vergonha ou apenas de intranquilidade.

Disse-a Camões e eles deixaram-no morrer na miséria. Disse-a António Vieira e eles condenaram-no. Disse-a Bruno e eles tentaram assassiná-lo. Disse-a Junqueiro e eles ridicularizaram-no. Disse-a Pascoais e eles sorriram de indulgência. Disse-a Leonardo e eles taparam os ouvidos. Disse-a Fernando Pessoa e eles não quiseram entender.

Como todos estes, nós também não temos medo de a dizer: porque é na pátria e pela pátria que o nosso destino será mais do que um esbracejar sem sentido na lama do quotidiano. *Esta é a ditosa pátria minha amada*: Camões podia continuar a ser o amável cantor de versos líricos, mas quando viu a pátria imperial aviltada pela ambição, pelo oiro, pelo amolecimento do ideal, deu-nos os *Lusíadas* e ensinou-nos que uma pátria é uma razão viva a mover-se para um fim e não um aglomerado de interesses egoístas.

O mesmo pensou Vieira, ao construir a pátria portuguesa do Novo Continente. Mas se quiserem ler o seu *V Império*, é trabalho escusado. A grande obra de António Vieira, eles nunca a quiseram publicar.

Quanto a Bruno, está amplamente documentado como eles o quiseram assassinar por colocar o interesse da pátria acima do interesse da política. Ignorado, voluntariamente esquecido até há bem pouco tempo, o fundador da filosofia portuguesa viu erguido à sua volta o muro do silêncio. Porque não há pátria sem filosofia da pátria e Bruno cometeu o grande pecado de dar aos portugueses o conteúdo filosófico da ideia de pátria.

Junqueiro, como Camões, ao assistir à delapidação e ao desmembramento da pátria portuguesa, ao assistir ao abandono ignominioso e humilhante de grandes parcelas da carne africana da pátria portuguesa escreveu, dedicando-a a Bruno, seu mestre, a segunda grande epopeia literária, uma epopeia dramática desta vez, uma epopeia vibrante de indignação. E eles julgaram-no impiedosamente, e eles condenaram-no no tribunal da crítica, e eles disseram aos quatro ventos que as suas palavras eram balofas e vãs. Pois por detrás de cada uma delas, estava o culto pela pátria e era preciso a todo o custo afirmar essa repugnância que o poeta Aragon viria a consubstanciar com notável lucidez e coragem alguns anos depois: «*Mais ainda do que o patriotismo, que é uma histeria como outra qualquer, o que me repugna é a ideia de pátria, verdadeiramente o conceito mais bestial e menos filosófico que querem fazer entrar no nosso espírito.*»

Quanto a Pascoais, o grande iluminado de Marão, ele bem teorizou e defendeu e trouxe sempre ao primeiro lugar o conceito da pátria: mas eles rasgaram «*Os poetas lusíadas*» porque Junqueiro era ali considerado um grande poeta e rasgaram «*A arte de ser português*» porque pretendia ensinar a pátria aos ignorantes. E disseram a quem os quisesse ouvir que Pascoais era um grande poeta, sim, mas da sua filosofia só devíamos sorrir.

Para a voz de Leonardo Coimbra, de cuja filosofia já não podiam dizer o mesmo, taparam os ouvidos. Assim mesmo: taparam os ouvidos para não ouvir. Não ouvindo, não conhecendo, não sabendo, estavam inocentes como Pilatos.

E Fernando Pessoa? Quanto não têm trabalhado para fazer dele um literato, um malabarista de palavras, um humorista? Quanto não disseram e escreveram para relegar a *Mensagem*, a

PREÇO CINCO ESCUDOS

REDACTORES

Avelino Abrantes
Afonso Botelho
Afonso Coutinho
Asinhal Abelho
José Antunes Ferreira
Fernando Morgado
Ernesto Palma
António Quadros
Rui Carvalho dos Santos
Francisco Sottomayor
António Tello
Orlando Vitorino

OUTROS COLABORADORES
DESTE NÚMERO:

Baltazar Goêas
Miguel Fontana
António L. de Macedo

ACUMULAM OUTRAS FUNÇÕES:

António Quadros, director
Arg. Fernando Morgado, orientador artístico
Afonso Botelho, editor
Rui Carvalho dos Santos, administrador
Carlos Silva, secretário

Leia neste número

Ensaio

A verdadeira riqueza das nações
Animal racional ou razão animada?
Iniciados, inspirados e heróis
A justiça e a amizade
Integração valorativa do homem
Do literarismo à consciência filosófica da literatura
Da cultura portuguesa ao romance francês
Progresso dialéctico da pintura europeia
O existencialismo e a libertação do ensino

Artigos e notas

57 e a reacção dos conformistas
Não há pessoas...
No rescaldo da Feira das Indústrias
Os editores
A estética de António Duarte
Os críticos
A Feira do Livro e os interesses dos escritores
A Sociedade Portuguesa de Escritores
Os liceus e o seu futuro
A primeira edição do 57
O pensamento religioso português e o problema das filosofias nacionais

Depoimentos, inquéritos, crónicas

A única solução é o Instituto do Cinema Português
Resposta a um inquérito da Sociedade Portuguesa de Escritores
Colóquio à mesa redonda
Carta a um professor primário
Meridiano do Chile
Para além da crise da universidade
Carta aberta aos futuros deputados da Nação

Recensões críticas

Folhetim das exposições
Afonso Botelho e a estética e a enigmática dos patinés
O homem contemporâneo e os seus problemas, segundo Domingos Monteiro
Os poemas de Natércia Freire
Imaginação e magia na arte de José Gomes Ferreira
João Gaspar Simões recebeu cartas de Fernando Pessoa

Colaboração Responsável:

A doutrina de cada artigo é da exclusiva responsabilidade do autor

Redacção e Administração:
R. Afonso Sanchez, 30 - Tel. 06 02 32
C A S C A I S

«57» é composto e impresso nas Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco, Lda., de Lima, Victor e Lima, R. João Saraiva, 12-A (Alvalade) - Tel. 76 01 15/9 - Lisboa.

A sua distribuição é feita pela Livraria Bertrand
O número de hoje tem vinte páginas

nossa terceira grande epopeia e a maior teoria poética e transcendental da história portuguesa, para o último lugar, para trás de todas as expressões líricas a que Fernando Pessoa, como Camões, havia confiado a amargura e a angústia do seu isolamento, que levava aos limites extremos a situação antropológica do homem moderno, perdido de qualquer tradição ou de qualquer movimento teleológico...

Reconciliando-se com a tradição, reconciliando-se com o movimento teleológico da pátria, que justamente procuraram diagnosticar e impulsionar, o indivíduo-Camões, o indivíduo-Junqueiro, o indivíduo-Fernando Pessoa resolveram, em «Os Lusíadas», em «A Pátria» e na «Mensagem» aquela perturbação lírica que neles, como nos grandes poetas não é senão o choro imóvel perante os sofrimentos da condição humana.

No nível mais alto que é o nível epopeico, os nossos épicos antigos ou contemporâneos aprendem enfim que, se esses sofrimentos se podem transcender, é pela acção, pelo movimento, pela viagem em direcção a um fim no qual o homem se possa redimir. Aqui reside o carácter específico e absolutamente original do génio épico português. De Homero e Virgílio a Dante e Goethe, o herói é sempre o indivíduo isolado. Já em Shakespeare, num «Henrique V», se sente que o verdadeiro herói é a Inglaterra, porque os poetas ingleses, como os poetas portugueses, têm uma comum herança atlântica e céltica.

Mas em nenhuma outra literatura europeia, a poesia épica encontrou expressão equivalente à consciencialização de uma filosofia da história, como nas três obras que citámos, em que o herói, o patente herói, fomos a dizer, o único herói é a pátria portuguesa. E eles mostraram-nos então os homens que fizeram e desfizeram Portugal, como marinheiros de uma mesma empresa, marinheiros que há oito séculos passam o testemunho uns aos outros e, com melhor ou pior fortuna, mantêm a nau à tona de água, sempre em direcção a um fim que se sabe sabendo-se, como diria Pessoa. E eles mostraram-nos os homens despojados das suas pequenas misérias e ligações no quotidiano, com seu perfil metafísico, com seus actos enigmáticos, com seus gestos temerários que não se explicam: «Que farei eu com esta espada? Ergueste-a, e fez-se.» E eles mostraram-nos a grandeza dos homens que deram vida à pátria ao lado da pequenez dos homens que tiraram vida à pátria.

Porque a pátria não é intrusão do passado no presente, não é sentimentalismo atávico, não é resistência do hábito, não é cómoda posição de reacionários, não é «o conceito mais bestial e menos filosófico». A pátria é apenas a realidade e quem vira costas à realidade em nome de ideais abstractos, cai em utopias ingénuas, como a do «cidadão do mundo», como a dos estetas que explicam as suas frustrações por não viverem em Paris e não falarem francês, como as dos políticos que a todo o momento repetem a pergunta de um provinciano a Sócrates: é preferível ter nascido em Tebas ou em Atenas? Há sempre uma pátria... Isto é: pensamos sempre por uma filosofia, integramo-nos sempre numa tradição, raciocinamos sempre numa língua, dirigimo-nos sempre por uma escala de valores, ainda que essa filosofia, essa tradição, essa língua ou essa escala de valores pertençam a outra pátria que não é a nossa da origem. Nem todos os nacionais de Portugal pertencem à pátria portuguesa, pois a pátria está acima da Nação e está acima do Estado, pois a relação do homem com a sua pátria é sempre uma relação de plena liberdade, anterior a qualquer filiação política. A integração patriótica de muitos portugueses, com efeito, é francesa, é alemã, é americana, é italiana ou é várias nacionalidades juntas, mas estes são meios portugueses: não são marinheiros da empresa, não recolheram o testemunho dos seus gloriosos antepassados, não deram à pátria o sopro do seu génio criador, não passarão ao futuro o acto de posse do presente ou porque não souberam aderir em plena consciência e até ao limite à sua situação existencial inédita e específica.

Pertencem à nação: não pertencem à pátria. A pátria é a realidade. Todos têm uma pátria e é possível que um dia a pátria do homem seja o universo. Mas esse dia vem tão longe, é uma utopia tão distante que todo aquele que, nos nossos dias, pretenda desligar-se do condicionalismo do espaço e do tempo e agir e pensar como se não houvesse fronteiras, mais não consegue do que sair da sua pátria de origem e instalar-se numa pátria de

adopção onde será sempre um intruso, onde será sempre um homem dividido e impedido de se realizar plenamente.

Assumir com todas as suas consequências e responsabilidades, pelo contrário, a ideia da pátria, é o único caminho possível para servir efectivamente o homem. A pátria é a empresa concreta em que todos se unem para um fim entendendo-se e comunicando-se entre si. O mundo ou o universo ou o agregado supra-nacional é a ideia abstracta e vã, que não conhece um fim superior, que veda o entendimento entre os homens, que, se viesse a ser artificialmente realizado depois de muitas guerras, lutas e rebeliões, teria de adoptar uma política de compromisso na qual o interesse concreto de cada indivíduo será cada vez menos respeitado.

A pátria não é definida por qualquer partido, facção ou classe: é a longa fila de homens de mãos dadas que vem do fundo dos séculos e vai para o fim dos séculos, onde já não haverá então pátrias porque os homens terão subido mais um degrau. Sim, nem sempre as pátrias avançam, nem sempre as pátrias progridem. Isto acontece, porém, quando ao corpo e à alma da pátria se aplica o pensamento de outras pátrias. Isto acontece quando há um desajustamento profundo entre a pátria e os seus mais influentes filhos. Foi esta, precisamente, a situação magistralmente descrita por Guerra Junqueiro.

Quanto ao conceito filosófico da pátria, num momento em que a filosofia do concreto ultrapassa em todos os campos a filosofia do abstracto, não será necessário determo-nos muito tempo. Se é certo que a Verdade não tem fronteiras, a filosofia, porque é via, tem-nas certamente, embora não tanto físicas como espirituais. A filosofia é um caminho de homens e já vimos que não há homens sem pátria. A filosofia é um caminho da razão humana, mas a razão não se basta a si própria. A oração fúnebre de Emmanuel Kant é a falência da razão pura. A razão exerce-se sobre alguma coisa, a razão exerce-se sobre as manifestações mundanas do Espírito, a razão é o sincronismo do homem com a realidade englobante que o cerca. E a realidade englobante que cerca o homem, qual é ela, se não é apenas a matéria? É uma história de actos humanos, é uma arte e uma literatura, é um conjunto de tradições e revelações, é uma língua portadora de palavras introduzíveis que são talvez cifras esquecidas. Numa palavra, é uma pátria. *A minha pátria é a língua portuguesa*, disse Fernando Pessoa.

Todas as filosofias são pátrias porque todas as filosofias se constroem a partir de uma pátria, porque todos os filósofos têm uma pátria, porque é na sua pátria que eles colhem todo o conteúdo anímico que irão dar à sua razão. Que a filosofia portuguesa tem que derivar, através do espírito ou da razão dos filósofos, da realidade existencial que é a pátria portuguesa, eis a primeira grande intuição de Sampaio Bruno, desenvolvida depois por ele mesmo e pelos nossos maiores poetas e pensadores da primeira metade deste século. Pode a vontade argumentar-se escolástica-mente que numa expressão como filosofia portuguesa, só o primeiro termo é substantivo porque o segundo termo é meramente adjectivo. A argumentação é falaciosa em primeiro lugar porque o principal termo de um tropo não é o substantivo nem o adjectivo, é o verbo. O que verdadeiramente interessa, é saber o que a filosofia é. E se o termo filosofia se basta a si próprio, e se ele se não verbaliza e substantiva precisamente pela inspiração que a razão do filósofo colhe na realidade circundante, na pátria, então o conhecimento não é possível, a filosofia acabou em Kant e nada mais nos resta do que meditar sobre o absurdo. E evidente que a razão do filósofo se exercita e alimenta no diálogo com as outras filosofias. Mas aí, é apenas a capacidade, a potencialidade que se exerce. O acto do conhecimento surge no encontro da razão com a realidade. E, já o sabem, a realidade é a pátria.

Portanto, desculpem-nos o escândalo. Nós não abolimos a palavra do nosso vocabulário. Nós não escondemos a palavra no fundo do subconsciente. Nós não temos medo da palavra. Nós assumimos a palavra e não fazemos mais do que dar a nossa mão a Camões, a Vieira, a Bruno, a Junqueiro, a Leonardo, a Pessoa e a tantos outros que nós profundamente admiramos e cujo exemplo procuramos humildemente seguir. Porque esta é a ditosa pátria nossa amada e ao seu serviço aqui colocamos o nosso corpo, a nossa alma e o nosso espírito.

57 E A REACÇÃO DOS CONFORMISTAS

O primeiro número de «57» suscitou, a par de numerosas manifestações de simpatia, de solidariedade e mesmo de adesão, que aproveitamos a oportunidade para agradecer publicamente, a esperada, violenta e exclamativa reacção dos conformistas.

Esperada porque já conhecíamos e prevíamos os seus velhos argumentos, todos eles afinal encobrindo o imobilismo conservador das suas posições e a dificuldade manifesta de evoluírem a partir de doutrinas aprendidas para sempre na adolescência.

Violenta porque, na impossibilidade de refutarem a nossa posição, o que fizeram apenas foi substituir a razão pela vontade. Mas a energia voluntarista das suas palavras desvela ainda melhor a fragilidade das suas próprias posições, em equilíbrio instável sobre o passado que já não retornará ou sobre o estrangeiro, que desconhece a nossa problemática específica.

Exclamativa porque, ao fim e ao cabo, desde o P.º Gustavo de Almeida no «Diário da Manhã», até ao Dr. João Gaspar Simões, em artigo de fundo do «Jornal de Notícias» do Porto, praticamente toda a reacção contra o «57» se traduziu em exclamações mais ou menos iradas.

Um centro cultural, o «Centro Nacional de Cultura» organizou um debate acerca do «57». Aí, a reacção tomou corpo com a intervenção veemente dos conformistas que quase pareciam querer julgar alguns dos redactores presentes numa espécie de tribunal inquisitorial. O principal advogado de acusação, em nome das potências conformistas, o Dr. Francisco de Sousa Tavares, dirigiu-nos uma série de perguntas de exame: mas em que consiste a filosofia portuguesa? Mas o que dizem os livros de Sampaio Bruno, que o interrogador confessou não ter lido apesar da gritante oposição que lhe manifestou?! Não há senão uma só filosofia, a filosofia universal?! (A escolástica?) E quase exigiram, advogado de acusação, júri, presidente do júri, público alvoroçado, que nós, pobres

criminosos que ali estávamos como simples assistentes e por cortesia, justificássemos o nosso crime, a nossa petulância, a nossa ousadia e, naquela atmosfera agitada e social, com meninas de sociedade (bonitas, felizmente!) a aplaudir as tiradas mais retóricamente acusatórias, provássemos, provássemos por A + B, que havia uma filosofia portuguesa, que havia filósofos nacionais, em que consistia a originalidade dos nossos filósofos, em que se distinguia dos filósofos de outros países! E, pelo verbo eloquente do Sr. Juiz-Presidente, perdão, do Presidente da Mesa, o P.º Dias de Magalhães S. J. foi pronunciada a sentença contra o réu. Condenado, o «57»? Parece que sim.

Estarão a ler, prezados leitores, um jornal condenado, com exclamações idênticas, com vontades idênticas, com razões idênticas, por ilustres padres jesuítas e por ilustres críticos literários, como o Sainte-Beuve português, o papa da crítica judicativa, o famoso Dr. Gaspar Simões.

É certo que outros jornais se ocuparam também do «57», como o «Diário Ilustrado», que publica na sua primeira página uma reportagem (justificadamente) espirituosa sobre a sessão do Centro Nacional de Cultura e como o «Primeiro de Janeiro», em cuja página literária, um monumento das artes gráficas portuguesas, saiu a inevitável «piada», que não sabemos se devemos atribuir ao brilhante espírito do Sr. Jaime Brasil. Enfim, o «57» leu-se, discutiu-se e vendeu-se. Porque não se integrou em qualquer destes conformismos de historiador da filosofia a um sistema feito e perfeito, de crítico literário aos valores literários franceses de há vinte anos ou de professor universitário ao estatismo cultural positivista, parece ter agitado um meio dividido entre sectores divorciados, cada um muito contente com o seu público próprio de elite e todos por igual separados da realidade existencial da pátria e das preocupações e das aspirações espirituais do povo.

(Continua na pág. 3)

A verdadeira riqueza das nações

Por
RUI CARVALHO DOS SANTOS

O que é que se quer dizer quando se diz que um país é mais rico do que outro? Ou que é hoje mais rico do que há cinquenta anos atrás? Como dar uma resposta precisa a estas perguntas?

Quando dizemos que um povo é mais rico não queremos com isso afirmar que ele é mais feliz ou «melhor»; ou que o seu modo de vida é mais digno ou mais completo do que a dum povo pobre porque para estas coisas não há medida nem definição. Quando se fala de nível de vida — ou

de poder económico — apenas se atende a bens ou serviços que podem ser traduzidos em valor monetário. Quando duas pessoas discutem sobre se tem ou não tido progresso é de hábito que uma se refira à alimentação, vestuário e habitação, enquanto que a outra se refere à felicidade e à virtude de costumes. Onde o progresso ou retrocesso depende do critério de «nível de vida», e daí se infere que se tem de fazer um juízo qualitativo. Mas a questão de saber se tem havido nestes últimos cinquenta anos um «progresso económico» depende já de um juízo quantitativo.

Infelizmente quando se tenta fazer uma comparação quantitativa do que é com o que era há cinquenta anos,

NÃO HÁ PESSOAS...

Sempre que os serviços oficiais, nomeadamente os que se referem à nossa vida cultural, são acusados de não realizarem fins vitais ou de deixarem faltar iniciativas que importaria levar a cabo ou ainda de não completarem com aspectos positivos de cultura a sua actividade rotineira, é costume ouvir nos responsáveis, quase sempre directores gerais da burocracia, uma frase que já é um estribilho: «Não há pessoas...».

A todo o momento este estribilho recebe constantes desmentidos, pois não há iniciativa oficial lançada em condições pragmáticas que não tenha encontrado os colaboradores, os escritores, as «pessoas» que a levam até ao fim. A mais evidente prova do que afirmamos, é a existência de uma pintura moderna em Portugal, e de certo, os que quiserem contraditá-los nos dispõem de apresentarmos exemplos menores, como a colecção «Ideário», da Campanha de Educação de Adultos, etc.

Não vamos nós acusar os burocratas do estribilho, de voluntariamente, intencionalmente, o empregarem. Estamos certos de que são eles os primeiros a perderem em não fomentar as iniciativas culturais que carecem do apoio oficial.

Do que também estamos certos é que nos ambientes burocráticos, entre os seus dirigentes e nos meios em que eles são recrutados, existe um profundo desconhecimento do que é a actual cultura portuguesa, de quais são os seus representantes, em cada género, mais significativos.

Se procedermos a um inquérito para averiguar onde se encontram os nossos pensadores, escritores e artistas, verificaremos que na maior parte eles exercem funções subalternas nas Secretarias do Estado ou andam a mendigar de gabinete em gabinete qualquer colaboração remunerada nos boletins dos organismos corporativos ou nos periódicos luxuosos dos serviços mais abastados. Há em vista o programa tipo que semanalmente se repete na Emissora Nacional.

A vida burocrática é uma vida de rotina onde depressa falecem e murçam os entusiasmos juvenis que, aqueles que são escritores, acalentam pela vida fora e para além de todos os obstáculos. Quem observar os actos públicos e oficiais de relação com a cultura portuguesa, depressa verifica que nesses ambientes não há distinção entre vida do espírito e necrologia. Com efeito, as actividades burocráticas de finalidade cultural quase só se limitam às comemorações de centenários dos escritores mortos, à construção de bustos dos escritores mortos, à evocação escolar dos escritores mortos.

Mais grave se torna aquele estribilho e as suas consequências de inação, quando verificamos que a burocracia alargou e estendeu ramificações suas a todos os campos em que a actividade cultural carece de prolongamento público. Na verdade, raros são hoje os organismos burocráticos que não possuem aquilo a que imprópriamente se chama de «Serviços Culturais», designação, além de imprópria, desdenhada para a cultura que nunca é um serviço. A generalização de tais serviços, já abrange as empresas particulares comerciais ou industriais, que ao criarem análogos «serviços culturais» para a sua publicidade assim mostram o que se entende por cultura. E com tais «serviços», que o Estado estabeleceu na maior parte dos seus organismos

burocráticos, que se constituem as comissões encarregadas de promover ou executar certas exigências da vida cultural que o Estado reconheça como, por exemplo, as que estudam reformas legislativas, as que concedem bolsas de estudo ou prémios literários, as que promovem comemorações centenárias, etc. Assim, as poucas realizações oficiais no desamparado domínio da cultura ficam entregues, dependentes, abandonadas a comissões, não de intelectuais e escritores responsáveis e activos, mas de burocratas inertes que cumprem obedientemente o seu dever de funcionários.

Ainda mais grave é o estribilho «não há pessoas...», quando do que se trata é de preencher lugares directivos de organismos dos quais se faz depender grande parte das condições de existência da cultura portuguesa. Isso acontece sobretudo nos sectores culturais que dizem respeito ao ensino superior, ao teatro, ao cinema, à música, e seus análogos e complementares. É frequente perguntar-se, nos respectivos ambientes, quem seja, que obra recomendou, que méritos justificaram as personalidades nomeadas para esses lugares directivos. E quando a pergunta, depois de peregrinar sem resposta, consegue acaso chegar às altas regiões onde esses segredos se guardam, a resposta é, como sempre, a de que essa personalidade foi escolhida porque «não há pessoas...». Escolhe-se aquele que se conhece por amigo, por parente, correligionário, etc. As pessoas então escolhidas, caracterizam-se geralmente por serem diplomadas com um curso superior e também pela ausência de qualquer livro, ensaio ou conferência de sua autoria. Dir-se-las serem os incapazes de escrever ou os ressentidos com os escritores, os escolhidos para a direcção das funções culturais. Basta consultar, para verificação, as primeiras páginas do «Anuário Comercial de Lisboa». Caso o interrogador tenha a coragem de refutar o estribilho, os nomes que indique ou proponha, são sucessivamente afastados, alegando motivos inteiramente impróprios: «esse não, porque não é casado», «esse não, porque não é católico praticante», «esse não, porque não é monárquico», «esse não, porque não usa bigodes». Arranja-se assim uma série de condições consideradas imprescindíveis, embora quase todas negativas, mas que são as que arbitrariamente cabem na personalidade que se escolheu ou vai escolher.

Felizmente, conforme se tem declarado, estamos longe daquele critério que seleccionava os escolhidos pelos motivos políticos de pertencem ou não pertencerem ao Partido Republicano Português ou à União Nacional.

Agora, porém, o critério de selecção começa por excluir todos aqueles que o seleccionador não conhece e que são a maioria dos candidatos adequados. Depois, exclui-se outra parte por motivos de carácter moralista. Finalmente, exclui-se outra parte por motivos que são apenas os de pessoal singularidade, entre os quais há especial preferência pela acusação de «conflituosos» aos homens que não têm pressa em manifestarem total subserviência. São «conflituosos» os que têm opiniões próprias, os que sabem julgar por si só as opiniões dominantes, até os

O. V.
(Continua na pág. 12)

surgen inúmeras dificuldades. Os bens e os serviços que habitualmente são trocáveis por moeda, incluem milhares de condições as quais variam em todos os momentos e de país para país, acrescendo ainda a estas dificuldades o haver serviços e bens que sendo do mesmo, quer dos que sendo trocáveis por moeda e que habitualmente o não são. Estão nestes casos os serviços que as mulheres e homens fazem em suas casas e há povos, como o chinês e o indiano, cuja população vive economicamente numa auto-suficiência, cujos produtos são para seu uso próprio e não para vender no mercado.

Não há ninguém que não concorde em que a América é mais rica do que a China, mas isso não significa que cada chinês seja mais pobre do que qualquer americano. Em todos os países a riqueza não está igualmente repartida pelo que há milhares de chineses muito mais ricos do que centenas de milhares de americanos. Contudo nós não queremos dizer que o total da produção da China seja maior do que a da América do Norte. Mas os países são de diferentes áreas e isto faz com que aquela conclusão tenha pouco valor. A Dinamarca é mais rica do que a China mas não se pode esperar que um país de 4 milhões e meio de habitantes, tenha uma produção maior do que a da China com 400 milhões. Assim, resta-nos somente reduzir a nossa comparação, tomando por medida a riqueza produzida por cada habitante, quer dizer, dividir o total da produção pelo número de pessoas em idade de trabalhar que tenham contribuído para ela.

Em 1939, Colin Clark fez uma estimativa, dividida por países, de qual era a contribuição para a produção mundial de cada indivíduo. Este cálculo mostrou que em metade do mundo, cada indivíduo contribui com 4 dólares por semana (cento e doze escudos). Que os 10% dos mais ricos habitantes, população dos E. U. A., Austrália, Argentina, Inglaterra e Suíça, com uma média semanal de 20 dólares (quinhentos e sessenta escudos) e que nos países mais ricos da Europa, com 10 a 20 dólares, e afirma que quase metade da produção mundial advem de quatro países: E. U. da América, Inglaterra, Alemanha e França, países com apenas 13% da população do mundo.

Como é possível haver uma tão grande desproporção de produção de riqueza? É impossível responder por uma curta frase a esta pergunta, porque há inúmeros factores que fazem com que isto aconteça.

Os recursos naturais não estão igualmente distribuídos na face da terra. Há países com riquezas mineiras facilmente trabalháveis, outros com solos particularmente férteis, outros há com costas extensas e com portos que facilitam as comunicações por mar, ou com localização que permite o rápido transporte de bens e de pessoas para o interior.

Apesar de tudo, a incidência de recursos naturais não implica por si só as grandes diferenças de riqueza existente entre os países; a natureza não pode ser culpada do favoritismo de riqueza de certos países em comparação com outros. E na habilidade, talento, persistência e ingenuidade dos indivíduos em explorar os recursos da terra em que vivem, que devemos ir procurar a causa de tão grandes diferenças. Há povos cujo temperamento os leva a viver mais do presente do que do futuro, outros em que os métodos dos pais são os dos filhos, outros que repetem, em condições impróprias, o que os outros procuram fazer.

Nas últimas décadas tem o Estado português dirigido e condicionado em grande parte a actividade dos diferentes sectores do labor nacional e conservado e protegido a actividade livre. Neste país que há trinta anos estava falho de tudo, foi criada uma infra-estrutura cuja finalidade é a de possibilitar um rendimento de trabalho e o correlativo desenvolvimento económico, de forma a proporcionar um nível económico que não saísse minorado em confronto com o dos estrangeiros. Fizem-se estradas, caminhos de ferro, portos e aerodromos, investiram-se capitais em obras de produção de energia, transportando-se esta e, sob plano, fez-se a sua distribuição, criaram-se e desenvolveram-se fábricas reputadas de interesse fundamental.

Mas este amontoar de capital tem de ser aplicado em formas de produção que se coadunem com as tendências do trabalhador português, com os recursos naturais do nosso solo, e com um género de produção que tenha características que o distingam dos generos dos outros povos, pois que é principalmente na habilidade, talento e persistência dos indivíduos em explorar os recursos da sua terra onde devemos procurar a verdadeira e fundamental causa da riqueza das nações.

NOTAS POLÍTICAS E ECONÓMICAS

No rescaldo da Feira das Indústrias

As indústrias mecânicas contra as indústrias espirituais

É sem dúvida meritória, a ideia que presidiu à organização da Feira das Indústrias e do Congresso das Indústrias Portuguesas. Ela corresponde a um grande desejo do progresso e parece ao mesmo tempo ir ao encontro das aspirações actuais para o desenvolvimento económico do país. Não gostaríamos, por isso, que os organizadores vissem nas nossas palavras uma oposição, mas antes um desejo de colaboração nessa empresa em que todos estamos profundamente empenhados, indústrias como intelectuais.

Não podemos, no entanto, justamente como intelectuais empenhados, calar a nossa discordância perante o modo como, nesta Feira, as indústrias mecânicas, as indústrias de série, as indústrias mais grosseiramente materiais esmagaram e ocultaram as indústrias de tipo artístico, as indústrias individuais ou familiares, as indústrias espiritualizadas pelo carinho e pelo amor do próprio homem sem o intermediário da máquina.

Afigura-se-nos erro de perspectiva de graves consequências aereiditar que o progresso económico do país se pode processar pela instalação das grandes indústrias e pelo aniquilamento das chamadas indústrias de artesanato. Aquelas são necessárias. Mas estas não o são menos, até porque é através delas que melhor se exprime a vocação do nosso povo. Pelas suas características inéditas e pelo seu valor original, elas podem vir a representar um factor inestimável na exportação portuguesa. Na verdade, os grandes países importam o que não têm, mas não importam aquilo de que já dispõem em abundância.

Se a nossa grande indústria pode ter um âmbito nacional e, vamos lá, peninsular, será ingenuidade pensar que pode ir fazer concorrência aos mercados da França, Inglaterra, Alemanha ou dos pequenos países já economicamente dominados por estes. Pelo contrário, a nossa pequena indústria de artesanato pode ser exportada e, quando protegida eficazmente, interessar a compra do estrangeiro, porque tem qualidades autónomas que a grande indústria não possui.

O que se passa neste capítulo, aparece luminosamente documentado na Feira das Indústrias Por-

tuguesas, toda ela dominada pelo novo riquismo da produção em série. Tivemos ocasião de visitar Feiras congêneres em França e verificámos que às suas indústrias de artesanato, desde as tapeçarias e produção vidreira, até aos perfumes e cerâmicas era dado um lugar de enorme relevo, talvez até superior ao das grandes indústrias. Entre nós, pelo contrário, as pequenas indústrias de artesanato foram sistematicamente ocultadas: onde as nossas indústrias de bordados, de tapetes, de cerâmica ou de filigranas?

As ínfimas amostras que lá existem são completamente afogadas por catadupas de tubagens, de blocos de cimento, de objectos em plástico e de peças em aço. E ainda, de todas as indústrias, a de maior mercado potencial não aparece, sequer, representada ou sequer simbolizada. Referimo-nos à indústria do livro.

Já aqui dissemos que há um mercado potencial de oitenta milhões de leitores de língua portuguesa, no Brasil, nas colónias portuguesas dos E. U. e nas províncias ultramarinas e europeias de Portugal. Não interessa conquistar este mercado, muito superior ao do nosso aço ou dos nossos plásticos, para a indústria portuguesa? Sabe-se que os nossos livros, hoje apenas com tiragens de 3.000 exemplares, poderiam vir a ser uma realidade económica: desprezam os mentores da indústria portuguesa, esta oportunidade, superior afinal, às oportunidades de que poderão gozar outras indústrias que abundante e aparatosamente figuram na Feira?

Nós bem sabemos que a doutrinação de muitos economistas, apenas pode idear o progresso económico em termos de grande indústria mecanizada e de agricultura planificada. O erro foi já, porém, rectificado e emendado, até nos países de que se poderia esperar uma fidelidade intransigente à doutrina. Vamos nós, presos ainda a ideias ultrapassadas, desprezar as virtualidades das pequenas indústrias de artesanato para que, objectivamente, temos particular vocação e que, no seu conjunto e na sua disseminação por todo o país, poderiam vir a ser uma das nossas maiores riquezas?

57 e a Reacção dos Conformistas

(Continuação da pág. 2)

É verdade que a maioria dos nossos opositores não se deu ao trabalho de ler as obras que nós apontámos como fundamentais da cultura portuguesa neste meio século. É verdade que leram o conteúdo crítico do nosso manifesto de 57 e parece não terem lido o conteúdo constructivo do próprio jornal. É verdade que partiram ao nosso encontro com uma condenação a priori, é verdade que pretenderam confundir e mal interpretar as nossas afirmações, quando por exemplo dizem que nós queremos desligar-nos de uma integração na cultura europeia ou quando exclamam que a nossa posição é a de um nacionalismo político, sem conteúdo filosófico e cultural válido (tese do Dr. Gaspar Simões, que resolveu mais uma vez falar do que não entende, isto é, de filosofia: não nos esqueçamos, com efeito, de ter um dia dito no «Diário de Lisboa» que tudo quanto sabia de filosofia lhe vinha da leitura de alguns livros de Bergson, que conhecera quando andava em Coimbra...).

Aqui está, no entanto, apesar de todas as condenações e exclamações, mais um número do «57». Damos agora a palavra aos leitores, sobretudo aos jovens, que não estão dominados por conservadorismos anacrónicos e atópicos e com quem estamos prontos a estabelecer diálogo. Enviem-nos o seu depoimento sobre o «57». O «57» está à vossa disposição.

Artes DA PALAVRA

Animal racional ou razão animada

Por
FRANCISCO SOTTOMAYOR

Um dos acontecimentos mais notáveis dos nossos dias, no domínio do conhecimento, é, sem dúvida, a promoção da antropologia a primeira dentre as três ciências filosóficas. É o que se verifica na propagação do existencialismo que, produzido nas terras nórdicas, invadiu toda a Europa como uma avalanche de gelo.

Esta valorização da antropologia veio pôr em discussão o humanismo clássico e, por conseguinte, a sua definição do homem como animal racional. Como se sabe, foi por se ter partido sempre desta definição, no estudo dos problemas do homem que a antropologia não alcançou o desenvolvimento que atingiram a Teologia na Idade Média e a Cosmologia na Idade Moderna. Animal Racional é expressão que se dissolve quando a referimos ao ser humano, integrado numa família, numa escola, numa pátria; é uma expressão irreal, abstracta e utópica. Kant, na sua «Crítica» negou a existência da razão pura.

Só o homem ora e presta culto a Deus pela palavra; só o homem pensa, pela palavra, as relações do Direito com a Justiça; só o homem transforma todas as suas actividades em artes, porque é dotado de razão, isto é, de pensamento. A religião, a política e a arte constituem, como Hegel mostrou na «Enciclopédia das Ciências Filosóficas» a demonstração da racionalidade do homem. O animal não se ergue à oração, porque o homem, tendo sido criado antes dele, é a boca pela qual a Natureza se dirige a Deus. O animal não tem Direito, porque só o homem, tendo prevaricado, consoante a doutrina do Génesis, está sujeito à acção do princípio do mal que só depois invade a Natureza, porque, enfim, só o homem é responsável. O homem é um ser de origem divina como hoje ainda se pode ver pela arte que estabelece, embora descontinuamente, a comunicação contínua e original. Porém onde se expressa mais completamente a relação do homem com o sobrenatural é no amor, consagrada no matrimónio.

Também nos distinguimos dos animais pela técnica que estiliza o fogo e trabalha os metais. A própria Paleontologia o reconhece ao identificar unicamente por estes vestígios, a existência pré-histórica do homem.

Foi Darwin, em seu livro «A Descendência do Homem» quem primeiro enunciou a tese da origem animal do ser humano. Tal afirmação que não respeitava a interpretação tradicional dos textos bíblicos trouxe, como era de esperar, da parte dos católicos estudiosos e exegetas das Sagradas Escrituras, uma forte reacção que se manifestou em violentas polémicas travadas entre estes e os partidários do darwinismo nascente. Cedo, porém, se desenvolveram as doutrinas transformistas que encontraram numerosos seguidores e, dentro em pouco dominavam, com raras excepções, as mentalidades das épocas posteriores.

Assim, em Fevereiro deste ano, um grupo de intelectuais católicos

franceses publicou uma colectânea de ensaios, reunidos em livro — «L'Originalité Biologique de l'Homme» — resultado de uma série de colóquios e discussões entre homens de ciência positivista, cujo fim, como o título do volume indica, seria a determinação do que, no corpo humano, poderia garantir-lhe alguma singularidade entre as espécies biológicas. Não se percebe, porém, ao longo das páginas deste livro, senão uma concordância enquanto à tese fundamental. Através extensas descrições mostram as semelhanças que entre o homem e os primatas possam existir e insinuando-as como provas de filiação do ser humano ao animal, transtornam a crença professada em ciência irrefutável. Utilizando a Paleontologia, isto é, comparando o vivo do presente com o fóssil do passado, usando a Embriologia, isto é, comparando os fenómenos da gestação animal com os enómenos da gestação humana, empregando a anatomia comparada, apresentam a escala zoológica em forma ascendente e contínua, da primeira manifestação animal ou animada até ao homem que ocupa, assim, no reino da biosfera, o lugar mais elevado. Todas as singularidades, as diferenças que ressaltam da comparação entre o ser humano e os seres vivos ou são elididas ou demonstram apenas que o homem pode ser classificado numa espécie animal à parte: a espécie humana.

É curioso notar que os dois termos que permanecem através a comparação constante são, um lado, o homem médio tido como padrão da espécie humana e, por outro, o primata, insidiosamente classificado como superior. É assim que, do grito animal concluem a origem da fala, pois se o primeiro é a espontânea expressão de som, dele deriva a segunda que não é mais do que função ou técnica da articulação dos sons.

Veio a encíclica «Humani Genitrix» ao encontro das graves interrogações que se formulam no mundo antropológico, em virtude da imposição, nos meios cultos, das doutrinas transformistas. A admissão da tese que afirma a existência de uma matéria organizada anterior ao aparecimento do corpo humano, ao lado daquela que persegue a doutrina dos textos tradicionais não nos parece responder, contudo, com a necessária profundidade, às meditações, trabalhos e pesquisas dos que, seriamente, se preocupam com as radicações profundas do homem e da mulher.

Em Portugal sempre houve quem dedicasse a maior atenção a assunto tão importante para os que se preocupam com os problemas humanos. Sampaio Bruno, Teixeira Rego, Mendes Correia e Seomara da Costa Primo deixaram expresso em livros publicados o seu pensamento e a atitude que tomaram perante as doutrinas evolucionistas. Mendes Correia, no livro «Em Face de Deus» declara a sua crença na filiação natural do homem, isto é, no homem como animal racional e Seomara da Costa Primo indica e insinua, conforme ao ensino positivo ministrado nos cursos liceais, o processo segundo o qual, por diferenciação do mais simples, o animal unicelular, se chegará ao mais complexo o homem. Podemos assim, fiar o pensamento destes dois escritores nas doutrinas europeias para as quais, o homem só vale enquanto razão. Só a confusão entre o conceito de evolução, unicamente aplicável ao homem, com o de transformação, extensível ao domínio cosmológico, torna possível concluir pela exclusão do homem como género primário da criação.

Se a Igreja Católica, pelo seu magistério superior, permite as duas interpretações, podemos congratular-nos com a mais elevada, devida aos dois escritores portugueses Sampaio Bruno e Teixeira Rego. Com efeito, a filosofia portuguesa é dotada duma antropologia que vê o homem não como animal racional mas como razão animada.

Iniciados, Inspirados e Heróis

Por
AVELINO ABRANTES

As circunstâncias que rodearam os acontecimentos responsáveis, não só pela elaboração deste artigo, mas também pela nossa presença nas colunas deste jornal, têm uma história que não resistimos à tentação de contar, antes de penetrarmos no tema fundamental do artigo. Contamos essa história porque, além de estar relacionada com esse mesmo tema, nos parece existirem muitos jovens em condições semelhantes ao protagonista da mesma, e esperamos com isso poder ser úteis a alguns deles.

Como muitas outras histórias, esta começa por: «Era uma vez um estudante universitário a quem, mais do que os assuntos tratados na escola onde se matriculara, preocupava a resolução de problemas de ordem diferente e superior. Assim, procurou na leitura a chave que lhe pudesse abrir a porta para os horizontes que ele adivinhava. No entanto, tendo notado que a literatura de ficção o não satisfazia, voltou-se para as obras de pensamento. Mas as leituras eram desconexas e não havia quem o orientasse na escolha dos autores que podiam responder aos seus problemas, orientação essa necessária, pois os alunos universitários, ao contrário do que seria natural, não saíam do Liceu com as informações bibliográficas suficientes para se poderem bastar a si próprios. O progresso era, portanto, nulo.

Um dia, porém, pessoa amiga fez-lhe chegar à mão um livro para ele desconhecido, dum autor também desconhecido. O livro chamava-se «Os Heróis», o autor Tomás Carlyle. Ao terminar a leitura do livro, ele sentiu que algo de importante acontecera, estava perplexo, tudo se lhe apresentava ao contrário. E a perplexidade era tal, a perturbação era tanta que, tendo-lhe a oportunidade facultada a aproximação de quem o pudesse elucidar, não soube apresentar-lhe as dificuldades que tinha, nem dizer-lhe o que em si se passara. Aconselharam-lhe, porém, a leitura de «Os Grandes Iniciados» de Edouard Schuré e de «Os Super-Homens» de Emerson, e as obras daqueles filósofos contribuíram tanto mais para o orientar, quanto é certo que hoje se julga habilitado a poder dizer o que mais o impressionou do

livro de Carlyle: por um lado, enquanto ele raciocinava esperando vir a intuir, Carlyle intuía e depois raciocinava, isto é, enquanto ele partia da razão, Carlyle partia da intuição; por outro lado, a existência de homens superiores e os problemas com eles relacionados, foram outra causa de perplexidade.»

É sobre este último ponto que nos propomos fazer hoje algumas considerações, mas queremos ainda dizer que o livro de Carlyle acendeu uma luz na escuridão em que estávamos mergulhados, pelo que o consideramos como a obra mais importante que em nossa vida lemos até hoje.

★

No conhecimento dos homens superiores, desempenha papel primordial o escritor ou historiador que, através das páginas dos seus livros, deixa gravadas para a posteridade as figuras daqueles que as gerações seguintes admirarão. Com efeito, se o historiador, além de perspicaz, não for imparcial e honesto, mas um cronista a soldo, ao serviço de indivíduos sem escrúpulos, que querem assim grangear uma imortalidade efémera, teremos em vez de figuras de bronze, figuras de barro, em vez de homens superiores, demagogos. A gravidade disto é tal, a importância de tal ordem, que se desta forma acontecesse, toda a História seria deturpada, pois como muito bem o afirma Carlyle «... a história do que o homem realizou neste mundo, é fundamentalmente a história dos homens superiores que actuaram à superfície da terra».

Mas o que são homens superiores? Que nos diz, acerca disto, a nossa História? Existem homens superiores na actualidade?

Vários são os atributos que caracterizam os grandes homens, e não é nosso propósito, na limitada extensão de um artigo, desenvolver cada um deles, mas falar sim do que nos parece ser comum a todos, e pelas diferentes formas como esse comum se manifesta, distingui-los em iniciados, inspirados e heróis.

Na verdade, nesses homens que a história imortalizou, e cuja presença ainda hoje é viva em nós, notam todos quantos «quiserem» ver, pois que a inteligência o garante, sendo portanto mais um acto de vontade, uma relação com o sobrenatural, relação essa que pode ter sido consciente ou inconsciente, ordenada ou desordenada.

Assim, chamamos iniciados a todos os homens que conseguiram encontrar a via (instituição, igreja, sociedade secreta, etc.), de relação consciente com o sobrenatural, do que resultou serem os seus actos, as suas palavras, ou os seus escritos, manifestações ininterruptas do transcendente.

Chamaremos inspirados àqueles que, conscientes ou não da sua relação com o sobrenatural, nem sempre manifestaram, através do físico, o psíquico e através do psíquico, o espiritual, talvez para só episódicamente terem trilhado a via que lhes permitisse manifestar tal relação.

Chamaremos finalmente heróis aos homens que, não tendo consciencializada em si essa relação, foram mais actores, do que autores, foram mais efeito, do que causa.

Quando Emerson diz, no seu livro «Os Super-Homens», «Considero grande o homem que mora numa elevada esfera do pensamento, à qual os outros podem unicamente ascender através de muitas penas e dificuldades; não tem mais do que abrir os olhos para ver as coisas e as suas amplas relações à luz da verdade, enquanto que os outros têm que adoptar penosas rectificações e procurar não cair em muitas fontes de erro», parece-nos que englobe aqui, mais iniciados e inspirados, do



**DE QUALQUER LADO
PARA TODO O LADO!
EM VIAGENS DE PRAZER
OU DE NEGÓCIO!**

*Se quer voar com todo o conforto
disfrutando dum esmerado serviço
a bordo e da atenção dum escolhido
pessoal em terra, então, prefira a*



SWISSAIR

A JUSTIÇA E A AMIZADE

Por
ORLANDO VITORINO

que heróis, mais autores do que actores — serão iniciados Platão ou Cristo, inspirados Swedenborg ou Goethe.

Em Carlyle, que considera a sinceridade como um dos atributos primeiros do homem superior, serão iniciados Mafoma e Dante, serão inspirados Rousseau, Shakespeare ou Burns.

Um outro atributo, porém, distingue iniciados e inspirados de heróis: a universalidade dos primeiros e a nacionalidade dos últimos. Com efeito, se ao nosso patriotismo não repugna aceitar qualquer dos nomes propostos, como iniciados ou inspirados, já o mesmo não poderíamos dizer se propuzéssemos, por exemplo, Napoleão, como herói. Ele foi-o, de facto, mas foi um herói ao serviço da França, como Cromwell o teria sido ao serviço da Inglaterra, ou Bismark o foi ao serviço da Alemanha.

Estabelecidos os princípios que nos parecem distinguir iniciados, inspirados e heróis, estabelecido que os primeiros podem ser universais, enquanto que os últimos são por regra nacionais, que nomes nos poderá fornecer a nossa História, se a esta luz a analisarmos?

Fácil será, todos as conhecem, recordar as figuras de heróis, de D. Afonso Henriques a D. João I, de Gonçalo Mendes da Maia a Nun'Álvares Pereira. Fácil será ainda apresentar alguns poetas como inspirados, de Camões a Fernando Pessoa, de Barbosa du Bocage a Guerra Junqueiro. Mas iniciados? Teremos nós iniciados? Parece-nos poder responder afirmativamente, parece-nos que o tenham sido D. Diniz ou o infante D. Henrique, D. Sebastião ou Sampaio Bruno, na qualidade de mais ilustres representantes das quatro tradições ocultas que transparecem na História de Portugal.

Sampaio Bruno, no seu livro «O Encoberto», analisa a base étnica da nacionalidade e conclui que o Messianismo é uma constante do modo de ser português, dando-nos assim a explicação dos sucessivos abusos de poder que a nossa História regista. Apesar da grande admiração que temos por Bruno, não nos parece que a tese que aquele filósofo defende se adequa à nossa mentalidade actual, quer dizer, o fundo étnico messiânico que Bruno apresenta como constante, talvez se tenha diluído, pois o homem culto português de hoje espera mais uma reforma política, um novo sistema filosófico, ou mesmo uma nova religião, do que um Messias, espera mais um espírito do que um homem.

Manifestaremos finalmente a nossa opinião sobre se existem homens superiores na actualidade.

Conhecemos as dificuldades que tal resposta apresenta, conhecemos o perigo que tal afirmação acarreta, mas isso não nos impedirá de afirmar o que em nós temos como certo: hoje, existem também homens relacionados com o transcendente, quer pela iniciação, quer pela inspiração, quer pela heroicidade, pois como diria Carlyle, são eles que garantem a separação entre a luz e as trevas, e nos períodos conturbados da História, quando tudo parece sossobrar, surge sempre o iniciado, o inspirado, o herói, que indica o caminho a seguir, que capitaneia, conduzindo a porto seguro, a nau prestes a afundar-se.

Os homens superiores distinguem-se, pois, em nosso critério, pela altura do pensamento que atingiram em determinados momentos da sua vida. Mas como é através do físico que atingimos o psíquico, para através do psíquico atingirmos o espiritual, será através da sua manifestação física de hoje, que poderemos discernir o homem superior, será através dos seus escritos, que atingimos o seu pensamento, será através do escritor, que conhecemos o artista.

AVELINO ABRANTES

1 — A falência da necessidade do mal

A expressão mais clara e consequente do primado que a antropologia obteve na filosofia actual, reside na convicção de que o mal não é necessário. Esta convicção conduz ao abandono de todas as manifestações de pensamento teológico e artístico que impliquem a necessidade do mal. A teologia foi sujeita — na nobre e última tentativa de Leibniz, pensador para quem a felicidade constitui o estado natural e espiritual do homem — à teodiceia que procura conciliar a existência do mal e a ideia de Deus. E transformada em contingência a ciência do bem e do mal, a arte aparece como gloriosa mas transitória expressão dos homens amargurados.

Nos nossos dias, a convicção de que o mal não é necessário alargou-se à consciência comum e quotidiana. A explicação da dor e do sofrimento existentes atribui-se ao mal que os homens fazem uns aos outros. Neste, como em nenhum outro aspecto do pensamento, adquire especial significado a consciência comum e quotidiana, pois é nela que recaem e existem a dor e o sofrimento. Fonte da maldade humana é a que todo o momento se patenteia na injustiça social, sempre impressionante na desigualdade que se observa na situação e na relação entre os homens. Nada há, com efeito, que justifique a diferença que separa o senhor e o servo, o rico e o pobre, o forte e o fraco, o poderoso e o abandonado.

2 — A desigualdade social

Reconhece-se, sem dúvida, que abissais diferenças distinguem cada homem, mas tais diferenças pertencem ao domínio da subjectividade, àquele domínio em que cada um está e se quer separado e isolado na individualidade que lhe é própria. São essas, em primeiro lugar, as diferenças caracterológicas, as que separam o contemplativo do pragmático, o ciumento do confiante, o generoso do pusilânime, todas elas variantes maiores ou menores dos dois extremos em que estão o homem inteligente e o homem estúpido. São elas, em segundo e mais importante lugar, as diferenças que provêm do grau de desenvolvimento ou ampliação da subjectividade.

Tais diferenças não oferecem, contudo, qualquer essencial correlação com a desigualdade social. Não há individualidade que requeira a situação de senhor ou de servo, nem há singularidade que justifique a situação de rico ou de pobre. É que as diferenças de situação social são logicamente diferenças de relação, pois não há rico se não houver pobre, não há senhor se não houver servo. Daqui provém a grossa ilusão de que, alterada a forma ou a designação de uma situação, se anula a desigualdade que reside numa relação, como acontece na narrativa histórica que vem desde a doutrina contratual de Lock até à abolição da escravatura. Como o senhor e o servo são determinados por uma relação, não por uma situação, bem se pode alterar ou extinguir a forma de uma daquelas situações que ela logo reaparece noutra forma, se não se extinguir também a situação correlata. O que portanto encontramos nas narrativas históricas é a sucessiva transformação do senhor e do escravo antigo no nobre e no servo medieval e a destes no que hoje se denomina por empresário e empregado, patrão e criado, chefe e subordinado.

3 — A dialéctica da injustiça

Ora tais relações e situações sociais de modo nenhum dependem da singularidade característica de cada indivíduo. São uma total exterioridade, fundadas na dialéctica de uma injustiça que não resiste à mais superficial reflexão.

O ponto de partida desta dialéctica reside no personalismo concebido como uma dádiva: por pertencer naturalmente à organização social em que se encontra, o indivíduo receberá uma situação pessoal determinada por uma relação social. Isso, pois, de aí se encontrar, obriga-o desde logo a receber como se a organização social fosse uma mãe dispensadora de benesses; todavia, logo a generosa mãe se amadrasta, e a situação pessoal recebida contém, para quase todos, uma relação social injusta. O indivíduo vê-se, assim, obrigado a dar mais do que recebe e porque são raros os que saibam ou possam, como os deuses, «vender o que dão», a sociedade acaba por pagar mais ou tudo aos que menos ou nada dão. O personalismo corresponde à transformação do direito natural em direito positivo e à absorção do direito privado no direito público. O predomínio exclusivo do direito público consagrará a injustiça que o personalismo estruturou: o direito de propriedade, correlato do de liberdade e independência e que se funda no reconhecimento do indivíduo e da extensão familiar dele, cede o seu lugar natural e privado às múltiplas formas do direito público, desde os diversos modos da renda até aos modos injustos da herança.

4 — O sofisma da injustiça

Desfeita a dialéctica personalista, logo o problema da justiça transita da política para a moral, e apresentam-se a injustiça e a desigualdade das relações sociais como consequentes da necessidade do mal da dor e do sofrimento. Uma velha técnica política, literária e até religiosa, de pacificação, isto é, de persuadir à aceitação da injustiça, consiste em mostrar que a riqueza não dá felicidade ou que os poderosos também sofrem, o que tem tanto valor justificativo como dizer que todos os homens comem, sonham e amam. Este sofisma grosseiro confunde aquilo que pode ser origem de dor com o que não tem de ser origem de felicidade: a independência e a consequente liberdade não trazem por si sós a felicidade à casa do rico, mas a falta de independência e de liberdade por si só leva o sofrimento à casa do pobre. Impiedoso prolongamento deste sofisma é a interpretação comum da chamada «resignação cristã» que não é resignação perante a injustiça mas sim perante a vontade de Deus, que é vontade de bem.

Na grosseria do sofisma não se deverá contudo ver apenas cinismo mas também intuítos quanto possível benévolos: o seu fim não é tanto a defesa da injustiça como dela apresentar uma compensação possível: a sua origem é a convicção de que tal injustiça, como todo o mal, são pelo menos inerentes à situação do homem no mundo. Assim se verifica como, na base da vigência da injustiça, está o conceito da necessidade do mal que, assim considerado necessário, reduzia a proporções insignificantes o

que há de injustiça e desigualdade. A dor e o sofrimento serão inseparáveis da existência do homem no mundo e, abrangendo igualmente ricos e pobres, poderosos e desamparados, em sua imensa perenidade anulam o que há de fugaz nas suas manifestações sociais. Pouco ou nada será a injustiça social no seio da imensa dor necessária. Para lá de todas as nossas efémeras desigualdades, a dor a todos igualiza. Todos serão, portanto, igualmente participantes de um mesmo, entre todos igualmente se dividem, se não os bens deste mundo, ao menos os males deste homem. É só na dor que todos seremos associados e iguais.

5 — O mal contra a amizade

Nesta doutrina assenta, para lá dos fins de pacificação e inibição, o que a moral tem de mais importante. O que assim será de fundamental, é o que Leonardo Coimbra exprimiou quando disse: «o mal existe; é imoral negá-lo». Partindo daqui, a moral chega aos diversos imperativos de amor do próximo.

É imoral negar o mal porque isso seria negar a mesma moral, porque toda a moral consiste em reconhecê-lo. Apenas reconhecê-lo será, porém, de uma passiva moralidade: será pois preciso afirmá-lo de modo tal que se promova o trânsito da passividade para a emoção activa. Tal trânsito realizar-se-á com o apelo ao amor do próximo, isto é, à amizade social, que, depois de ter perdido todo o valor de convicção, se instalou, desde o século passado até hoje, em diversas formas de instituições, desde as associações de caridade religiosas e de socorros mútuos laicas até à oficialização da assistência pública.

Eis, porém, que só pode haver uma falsa relação entre o apelo à amizade e a necessidade do mal, entre a origem e o fim desta doutrina que a antropologia refuta mas que nenhum sistema político ainda teve a força, a coerência, a dignidade de dispensar. A amizade só tem sentido quando, precisamente, supuzer que o mal não é necessário.

Sem o recurso à amizade, aquela doutrina não evitaria provocar a angústia de um desespero infinito, o que explica a importância que os filósofos gregos atribuíam à amizade como objecto de estudo do político. A amizade, porém, não é suficiente para arrancar o homem ao desespero se, para além da companhia no sofrimento, ela não for guiada por uma atitude de esperança. Se a dor associa e igualiza, só haverá amizade se houver libertação da dor. Os amigos não se unem no sofrimento e na dor, unem-se contra o sofrimento e a dor. Assim, o mal que existe no mundo não poderá ser afirmado como necessário e inerente à existência do homem, mas aparece como uma negação transitória, como um obstáculo transponível à livre existência e à livre situação do homem. O destino e a natureza do homem é a felicidade e o bem; o homem é um ser para ser feliz. É sobre isso, é com esse fim, não sobre o sofrimento comum, não para pacificação onde só há lugar para o desespero, que a amizade é possível e a justiça realizável.

6 — A amizade não é substancial

A amizade contra o mal, por ser uma amizade contra o que é negativo e por ele promovida, não é uma amizade segundo a individualidade de cada homem, não está radicada na sua subjectividade nem possui relações substanciais. O que cada um procura é afirmar, ampliar, desenvolver a sua singularidade individual, e o «amor do próximo» ou «amizade social», fundando-se precisamente no que cada um tem de comum com a mais vasta generalidade, assim impede a intervenção da subjectividade. Isso explica a frustração do «amor do próximo», frustração multi-secular que parece repetir a cínica desilusão de Aristóteles: «Amigos! Não há amigos». Todavia, a amizade adquire um sentido subjectivo quando eleva a um plano espiritual, segundo o paradigma da *irmandade* ou da *fraternidade*, os laços de convivência e de parentesco.

Perdura com toda a actualidade a «Ética Nicomaqueia» no que se refere à classificação da amizade segundo o prazer, como é próprio dos jovens, e segundo o interesse, como é próprio dos velhos. Nenhuma delas, porém, é amizade segundo a substância, ou seja, prolongamento do aparente egoísmo da plenitude subjectiva e individual. Isso identifica a amizade com a hipocrisia que é tranquila sabedoria no velho guiado pelo interesse mas que constitui uma dramática desilusão no jovem que, depois da reflexão órfica, não encontra na amizade segundo o prazer a segurança de uma relação substancial. Elas apenas são, pois, modos exteriores de relação que procuram suprir a ausência de sentido que há no existir cada um onde a escolha lhe não é possível: em certa civilização, em certo país, em certa cidade, em certa forma e época de convivência social que é obrigatória por não ter alternativa.

7 — A fraternidade

A relação de irmandade ou de fraternidade é, entre as formas de parentesco, a mais difícil e, entre as formas da amizade, a mais fácil. Com efeito, nas outras relações de parentesco — maternidade, paternidade, filialidade — a união dos seres provém de factores que, essencialmente, são alheios à subjectividade de cada um, e não assenta no conhecimento que cada um tem de si mesmo e do outro. Por outro lado, não se escolhem os termos da relação segundo o parentesco, e nesta ausência de escolha poderá ver-se uma analogia com a convivência, a que nos referimos há pouco, cuja obrigatoriedade é suprida pelas formas não-substanciais da amizade, como a amizade segundo o prazer e o interesse ou ainda segundo o medo e o entusiasmo.

Mas a relação de parentesco transcende a obrigatoriedade na necessidade. Não tendo sido escolhida, não se tendo formado sobre a liberdade, ela apresenta-se a cada um como se, caso tivesse havido a liberdade de estabelecer tal relação, fosse essa mesma a que se teria estabelecido. Entre todos os pais, mães e filhos possíveis, aquele que cada um teria escolhido seria precisamente esse que lhe foi dado. Isto se explica pela individualidade de cada ser. Cada um é o que é sendo como é, outro seria se outros fossem seu pai, sua mãe, seus filhos. Na progenitura, na criação e na educação está a origem de cada homem. Ter escolhido outra origem seria não ser aquilo que se é.

(Continua na pág. seguinte) Pág. 5

Um moderno pensador franciscano perante a filosofia portuguesa

(Continuação da pág. 20)

II

Ensaio bem mais profundo e desenvolvido e conhecedor acaba de publicar o P. João Ferreira, O. F. M. na excelente revista «Itinerarium», a «coleção de estudos» da Editorial Franciscana. Existe hoje em Portugal uma corrente de moderno pensamento franciscano, que se exprime através da obra já valiosa de alguns escritores novos, entre os quais João Ferreira, este o jovem e audaz renovador que deu um original surto a esse pensamento. Assim se prolonga uma tradição portuguesa, já que o franciscanismo está profundamente ligado à nossa história, tendo sido os franciscanos os primeiros missionários a partir nas naus do Infante e já que a cultura portuguesa está radicalmente ligada ao franciscanismo, tendo sido Santo António de Lisboa o primeiro grande teólogo e doutorador de uma corrente de que S. Francisco foi mais a acção e o exemplo do que propriamente a teoria.

No seu exaustivo estudo, «Fundamentação geral do problema da filosofia portuguesa», de que está só publicada uma parte, o P. João Ferreira começa por examinar a «possibilidade teórica das filosofias nacionais, distinguindo o nível em que a filosofia é intemporal e a-especial do nível em que é decididamente temporal e circunstancial, para concluir pelo diálogo entre as filosofias nacionais e a verdade absoluta. Debruça-se em seguida sobre a questão da existência da filosofia portuguesa, começando por estudar com enorme erudição a «filosofia portuguesa na estimativa dos historiadores da filosofia universal» («É desolador o silêncio dos estrangeiros sobre a produção filosófica portuguesa») e explicando os motivos deste silêncio por erros nossos e lacunas de cultura dos pensadores estrangeiros. Analisa a obra dos nossos pensadores mais pessimistas a respeito da capacidade filosófica dos portugueses, como Antero, Ferreira Deusdado, Fidelino de Figueiredo ou Miguel Torga para, logo a seguir, analisar os que desenvolveram posições afirmativas, com Lopes Graça, o movimento da Renascença Portuguesa, Cunha Seixas, Teixeira de Pascoas e Leonardo Coimbra. As teses de Alvaro Ribeiro dedica as suas mais extensas considerações. E, em conclusão, baseando-se nos trabalhos de escritores de diversa índole que mostra ter estudado a fundo, aponta a que poderão ser as características do pensamento filosófico português. Vale a pena citar estas ca-

racterísticas, investigadas objectivamente por João Ferreira, para terminar esta nota que já vai longa:

- 1 — «não há razão que fundamente o pensamento duma invencível incapacidade filosófica portuguesa (Santana Dionísio, Vieira de Almeida, Joel Serrão, Délio Nobre dos Santos, etc.).
- 2 — Os portugueses não só não são incapazes para a filosofia, mas possuem um pensamento filosófico nacional que lhes é peculiar (Alvaro Ribeiro, Emy Galvão, Vieira de Almeida).
- 3 — É falso o mito da pobreza do pensamento português (Délio Nobre dos Santos).
- 4 — O pensamento português é:
 - a) caracteristicamente dispersivo (Vieira de Almeida) e descontínuo (Delfim Santos);
 - b) aristotélico (Delfim Santos, Alvaro Ribeiro);
 - c) vincadamente espiritualista (José Marinho, A. Ribeiro, A. A. Andrade, Délio Santos);
 - d) humanista (Délio Santos);
 - e) anti-cientista e anti-positivista (José Marinho);
 - f) predominantemente escolástico até Pombal (A. A. Andrade);
 - g) de cunho essencialmente sentimental ou saudosista (Teixeira de Pascoas e Ramón Piñero López);
 - h) estreitamente relacionado com a teologia (José Marinho);
 - i) a-racionalista e a-metafísico (António Quadros);
 - j) atitude ambivalente no esforço pela compreensão da realidade (Delfim Santos).

Pela seriedade e profundidade dos trabalhos dos seus mais jovens representantes, pensadores actuais e radicando em estudos exaustivos de cunho, o moderno pensamento franciscano assume assim o primeiro lugar dentro da esfera do pensamento religioso português. Basta dizer, como o salientou Orlando Vitorino numa das suas últimas e habituais críticas de ensaio e filosofia no «Diário Popular», que o Seminário Franciscano de Leiria é a primeira instituição portuguesa onde se ensina filosofia portuguesa, já que o Estado ainda não reconheceu a sua existência, ensinando-a na Universidade. 57 não pode deixar de se congratular por esta tomada de consciência do pensamento religioso nacional.

Integração valorativa do homem

II — A criatura e a criação

Por

JOSÉ A. FERREIRA

A crença de que o pensamento estabelece no homem a relação entre a criatura e a criação — entre o que há-de criar e a própria actividade criadora —, necessariamente há-de valorizar o significado da existência e admitir uma missão valorativa, de conteúdo social e religioso, que é exigida a todos os homens. Vencidos pela tragédia do seu destino, estes encontrarão naquela crença o conforto para os acidentes e imponderáveis da vida e para os mistérios da morte e do nascimento.

Na história da relação entre Deus e o Homem, o Ocidente descobre duas perspectivas essenciais que dão a chave da eterna luta que sempre se travou, com o fim de tornar conscientes aqueles mistérios e do Universo. Uma, inscrita na face do templo de Delfos, segredava-nos o caminho da introspecção, no duplo aspecto da interiorização e da sua projecção externa, alicerçada na capacidade humana do filosofar; a outra, emocionalmente profundamente, quando mergulhamos na contemplação de Jesus e na simpatia com Ele, por amor do Pai.

O conhecimento do Homem pelo próprio homem parece ser, ainda hoje, o processo que melhor liberta o ser humano da sua aparente inferioridade e o ergue à consideração divina, pela descoberta das correntes da natureza anímica que o harmonizam com as outras criaturas e com a vida universalizada.

O homem que procura conhecer as mais secretas manifestações da sua alma e apreender os motivos que a fazem vibrar, pensar e sonhar, adquire uma vantagem preciosa sobre os que, esquecidos da voz interior mediadora, se deixam balouçar nos atractivos fascinantes do mundo externo. Permitindo a posse da motivação psicológica, a auto-contemplação íntima alarga o conhecimento da pessoa individual ao actuar do homem social e, por isso, compreende a actividade mistificadora dos preconceitos impostos sem reflexão, mesmo quando estes embrumam as correntes pessoais do egoísmo e da autolatrida, da ambição dominadora e da sugestão compulsória, com a ostentação da modéstia e do desinteresse e com o sorriso da fácil e falsa sabedoria.

Quando o homem de hoje se habituou a ver o humanismo clássico, e principalmente o grego, como algo de mais valioso do que mera forma de conduta intelectual, já gasta e ultrapassada por um cientismo ilusoriamente progressivo, porque unilateralmente material, (fala assim só quem nunca meditou na intrépida serenidade que, através da cultura clássica, coloca o Homem em face da divindade, é possível que venha a abandonar os rumos, que tem seguido o porque o poder alucinatório da vida moderna o fixou moldado na eterna instabilidade e insegurança do

movimento, ou porque a cegueira dos educadores, tornada endémica, lhe coartou a potencialidade ingénita de escolher o verdadeiro caminho a que a sua natureza espiritual dava direito.

Se, desde o berço, o Homem não for amorosa e desinteressadamente conduzido a reflectir sobre si mesmo e a ver no íntimo da sua actividade e na dos outros, a contradição entre o impulso original, alegremente inspirado no desabrochar das virtualidades divinas da sua alma, e o comportamento corpóreo, individual e social, que procura mascarar ou obliterar a actuação primária essencial, dificilmente poderá chegar à determinação qualitativa diferenciadora dos valores e da verdadeira escala em que se hierarquizam.

A actividade pedagógica deve ser conduzida, por isso, de modo que a criança, o adolescente e o jovem referenciem o observado no mundo externo e em si mesmos ao luminoso facto que neles brilha e deles pode espalhar torrentes de luz e de compreensão. É necessário que reflectam nas diferenças e semelhanças das coisas, dos fenómenos e dos seres, que meditem nas relações afectivas da sua afinidade, para que, ao atingir a idade adulta, possam discernir, com humilde segurança, o verdadeiro do falso e compreender a mais secreta ou sublimada motivação da actividade dos homens e do movimento histórico. Esta capacidade de discernimento valorativo, desenvolvida progressivamente pelo aperfeiçoamento da faculdade de filosofar, produz um enriquecimento espiritual, cuja amplitude só o homem iniciado na filosofia pode viver com toda a intensidade e em silenciosa exaltação.

A outra face da perspectiva histórica oferece-nos a mediação de Cristo, como instrumento de libertação. A sua doutrina, purificando o coração e a materialidade e, depois, por sucessiva aproximação do modelo excelso, da espiritualidade de preconceito, permite que se alcance a graça de compreender a irmandade do sofrimento que se estende às coisas, aos homens, ao próprio filho de Deus e à vida em geral.

Atraindo o Homem para a consciencialização da sua transitoriedade e imperfeição, para a sua impotência em face da vida e da morte, a mensagem cristã é fundamentalmente de natureza formativa, no sentido de que procura revelar ao Homem os motivos da sua sociabilidade e iniciá-lo, consequentemente, no mistério da criação e da existência de Deus.

O acreditar que os acontecimentos humanos e universais não aparecem como fruto não proibido do acaso (admitir o acaso é acreditar num deus que intuitivamente cremos que

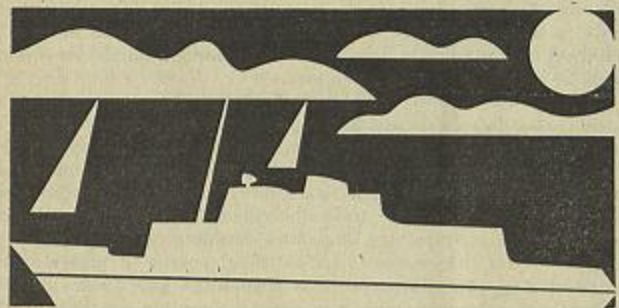
o não é, pela falta de uma inteligência ordenadora) ajuda-nos a compreender talvez melhor o verdadeiro significado histórico e intemporal do aparecimento de Jesus.

A decadência do Mundo Antigo, com efeito, mostra-nos a incapacidade dos ideais sociológicos da Grécia e de Roma para satisfazer a eterna aspiração de paz terrena e sobrenatural que anima o ser humano. O homem grego individualizara excessivamente a sua existência política e fechara a filosofia em disputas de escola e de estéril interpretação filológica, quando não a desprestigiara a democratização operada por Alexandre. Por outro lado, a sociedade militar romana perdera, por esgotamento das forças de oposição, o elo unificador que a mantinha, e, sem espiritualidade própria, deixou de ter valor humano significativo.

O Cristianismo, aparecendo no momento em que agonizava a civilização clássica, parece providencial, pois salva para o Ocidente e, por intermédio deste, para a Humanidade, as realizações culturais do Mundo Antigo, ao mesmo tempo que ilumina a sabedoria antiga, de natureza individual ou estatal, com a promessa do conhecimento de Deus, por meio da fé, da esperança e da caridade. Quer dizer, a doutrina de Cristo pressupõe que a salvação só é possível, quando os homens aceitam a sua sociabilidade como uma necessidade de significação finalista, cuja efectivação exige o enlace amoroso recíproco e a crença na irmandade de todos os homens. Este enlace e esta crença harmonizam-se com a criação, pelo compadecimento com ela, e faz ressuscitar em nós a esperança de beatitude que, por meio da virtude da caridade, só Deus graciosamente pode conceder.

Daí que seja legítima a inferência de que a religião cristã, além de uma missão histórica, documentada no esforço secular de missionação, e tendente a revalorizar o conceito teológico de dignidade humana, teve sempre uma outra, intemporal e universalmente válida, que consiste em apontar o caminho que o Homem deve seguir, para que, por intermédio das realidades superiores que possui, possa alcançar o conhecimento de Deus e do Universo criado. Esta última missão filia-se directamente numa tradição cultural que se enraza na filosofia grega, porquanto nenhum outro povo, como o grego, soube descobrir e utilizar melhor o mistério da relação que existe entre o pensamento humano e o pensamento divino.

O Cristianismo transferiu, acreditando ainda naquela afinidade, para o plano do social a concepção clássica e preferiu fundamentar aquele dualismo na relação da criatura com o criador. Fé-lo, todavia, com um alcance que transcende a mera observação inerte da realidade, pois no termo criatura se inclui, etimologicamente, a significação dignificante de que o ser criado possui em si a potencialidade criadora.



Suíça, país dos lagos encantadores!

Chegou a época das férias... convidando-vos a viajar.

Visitai os lagos azuis da Helvécia, as suas cidades de aspecto medieval, os seus sítios pitorescos.

Economizai utilizando as numerosas facilidades oferecidas pelas empresas de transporte suíças.

Bilhetes e assinaturas de férias a preços reduzidos, bilhetes colectivos para grupos a partir de 6 pessoas. Até aos 6 anos as crianças viajam gratuitamente; dos 6 aos 16 anos pagam só meio bilhete.

No vosso bilhete de férias podeis incluir percursos em caminho de ferro da planície e de montanha, nos barcos que cruzam os lagos, em autocarro postal nas estradas de montanha e interromper a viagem, sem formalidades, em qualquer estação.

Para informações: Centro Nacional Suíço do Turismo Av. da Liberdade, 158-A, Lisboa e Agências de Viagens

SUIÇA

O PAÍS DAS VOSSAS FÉRIAS...

A JUSTIÇA E A AMIZADE

(Continuação da pág. anterior)

8 — A Justiça como condição da amizade

A relação fraterna já não apresenta, porém, esta necessidade e dela se poderá dizer, por isso, que é de todas as formas de parentesco a menos radicada na natureza e a menos presa ao desenvolvimento natural. A individualidade do ser não está dependente do ser do irmão — como estão a do filho e a do pai —, e quando a fraternidade ascende à amizade é porque se verificou um processo de escolha que assenta numa analogia ou identificação subjectiva. Certo é, porém, que tal escolha está, por assim dizer, dada ou feita pois, unidos na igualdade de geração, criação e educação, o desenvolvimento do conhecimento reflexivo de cada um é acompanhado pelo conhecimento do outro. E sendo o conhecimento que cada um tem de si e do outro a condição da amizade, neste sentido podemos dizer que a amizade fraterna é a mais fácil das amizades. Implicando a fraternidade, ao mesmo tempo, uma ligação natural, isso lhe dá um carácter de necessidade que parece ser o que mais se tem valorizado na amizade fraterna, sobretudo quando a política e a religião procuram estabelecer com ela a analogia da fraternidade social e da irmandade fradesca. Há, sem dúvida, nessa analogia um poderoso apelo que só será eficaz se tal analogia oferecer aquilo que constitui o ponto de partida da amizade fraterna: sobre a igualdade natural de todos os homens, a igualdade de geração, de criação e de educação, ou seja, a justiça social. A amizade entre os homens não é, pois, realizável como pacificação, resignação e inibição no seio da desigualdade, mas só é, pelo contrário, possível quando fundada na igualdade ou na justiça.

Publicações recebidas

«Memorial da Berlenga», de Varela Aldemira. Meditações estéticas. Lembranças, Confidências, Paisagens. Lisboa 1956.

«Conflitos», de Fernando Lopes. Contos. Barcelos 1957.

«Flor seca», de Vasco Branco. Contos. Litoral Editora. Aveiro.

«Problemas da mentalidade», de Victor de Sá. Ensaio. Centro Cultural do Minho. Braga 1957.

«Uma mulher em Berlim», de Christine Garnier. Romance. Tr. de José Saramago. Publ. Europa-América. Lisboa.

«Linda Inês», de Armando Martins. Janeiro. Tragédia. Ed. Europa-América. Lisboa, 1957.

«Gente de acaso», de Vasco Branco. Romance. Litoral Ed.

«Bratérias»
«O Cronista»

ORLANDO VITORINO

LITERATISMO E CONSCIÊNCIA FILOSÓFICA DA LITERATURA

Por
BALTAZAR COVÕES

Deixando no esquecimento os percursos, entre os quais se pode contar Garrett, a verdade é ter sido Teófilo Braga o fundador da História da Literatura Portuguesa. Depois dele, já no século XX se distinguiram noutro ramo da cultura as individualidades de Fidelino de Figueiredo e Hernani Cidade. Outros historiadores, menos ilustres e menos distintos, prosseguindo na via aberta pelos seus mestres, não fazem mais do que compendiar e repetir os trabalhos antecedentes. Se é certo que, nas monografias alguns estudos divergentes vieram alterar pormenores do quadro histórico da literatura portuguesa, também é verdade que, nas linhas mestras, são respeitados os juízos de valor que correm livremente de geração em geração. Não houve até agora uma personalidade de garra capaz de realizar a figura admiravelmente descrita por José Régio no seu romance «Os Avisos do Destino» sob o nome de Estêvão, a qual se propunha rever, documento por documento, as apreciações estabelecidas e consagradas, acerca dos escritores portugueses.

Estamos em pleno século XX e nos cinquenta anos decorridos pudemos admirar poetas como Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoais e Fernando Pessoa, que elevaram a épica nacional a uma altura só atingida por Camões, mas continuamos a ler nos compêndios da História da Literatura a exaltação preciosa da geração de «70», que não nos deu obra poética sequer comparável à de António Feliciano de Castilho, Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Nos mesmos cinquenta anos tivemos a fortuna de ver surgir pensadores tais como Sampaio Bruno, Teixeira Rego e Leonardo Coimbra, que tornaram possível restituir ao povo português a consciência filosófica de que o positivismo o havia divorciado, mas continuamos a exaltar os políticos estrangeiros, que foram Antero de Quental, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão.

Quer dizer, não são os conceitos, os juízos e os valores do nosso tempo, que presidem à elaboração dos livros de história literária, mas os preconceitos, os prejuízos e os desvalores de uma geração que teve a audácia e o talento de impôr o seu estilo à perpétua admiração dos vindouros. Tão verdade é dizer-se que os mortos governam os vivos.

Ao contrário deste lugar comum, próprio das sociedades decadentes que se julgam modernas ou modernistas, adoptamos o princípio tradicional de que a árvore se conhece pelos seus frutos e o de que o passado tem de ser explicado pelo futuro. Se a literatura portuguesa, desde os seus alvares, caminhou lentamente para ascender a cumes tais que se chamam *A Pátria*, *regresso ao Paraíso*, *Mensagem*, *A Ideia de Deus*, *A Nova Teoria do Sacrifício* e *A Alegria, a Dor e a Graça*, temos assim as coordenadas a partir das quais devemos situar todo o nosso passado histórico. Onde encontraremos nós, no século pretérito, obras que se sobrelevem a estas?

Infelizmente o que é dado a ler aos jovens, como modelo de uma

obra literária, é a série dos chamados romances de Eça de Queiroz, através da qual a vida portuguesa fica diminuída e aviltada aos olhos dos estudiosos nacionais e estrangeiros. Já foi pelos críticos notado que, na obra deste escritor, não aparece uma mulher honesta, pois todas as figuras femininas se encontram maculadas pelos desdém do sexo oposto. Além dessa injúria, muitas outras existem contra os políticos, jornalistas e escritores contemporâneos de Eça de Queiroz e progenitores das pessoas que ainda hoje o admiram. Uma figura caricatural, como o conselheiro Acácio, é uma excepção, se não for uma pura invenção.

Esta ficção literária perdura apenas por ignorância da história política. Com efeito, quem se dê ao trabalho de consultar e analisar os diários das reuniões da Câmara dos Pares e da Câmara dos Deputados, verificará que os políticos da monarquia liberal estavam muito acima dos insultos redigidos nos *Farpas*, ou desenhados nos periódicos de Rafael Bordalo Pinheiro.

O segredo que nós gostaríamos de descobrir e que deixamos enunciado aos futuros historiadores da literatura, é o do agente, da causa, do motivo que originaram a desnacionalização característica dos Conferencistas do Casino e dos Vencidos da Vida, mas que perdura ainda no nosso tempo de verdadeiro ou falso nacionalismo.

OS EDITORES

A sua inoperância comercial A sua responsabilidade cultural

É impossível medir a responsabilidade dos editores na evolução da cultura portuguesa, tão alta ela é. O livro é hoje, na decadência da relação mestre-discípulo dentro da universidade, na insignificância moderna das artes plásticas, na crise de toda a expressão oral ou representação simbólica, o livro é hoje o primeiro de todos os meios de cultura e educação. É no livro e através do livro que se vão formando espiritualmente as novas gerações. O produtor do livro, o editor, está pois em posição actualmente superior às instituições universitárias e estatais na responsabilidade da formação espiritual dos homens.

Como enfrenta o editor esta tremenda responsabilidade? Triste é dizê-lo, por muito que pese à estima e até à compreensão que temos por tantos editores portugueses, vítimas quase sempre de uma inércia que vem de muito longe e de que não são talvez pessoalmente os criadores: a actividade editorial portuguesa não corresponde às exigências de expansão e desenvolvimento da nossa cultura, não fornece em condições o mercado que está à sua disposição, não valoriza e dignifica o escritor, não responde às solicitações espirituais do público. Atingindo o mercado dos possíveis leitores de língua portuguesa o quantitativo de cerca de 80.000.000, conforme demonstrámos no nosso último número, como é possível que as edições de livros originais portugueses raro excedam os 2.000 ou 3.000 exemplares? E que poderão fazer os editores contra estas circunstâncias, que impedem a cultura portuguesa de exercer a sua influência sobre esse grande mercado potencial e, escusado será dizê-lo, previamente interessado, quer pela via da língua, quer pela via de uma espiritualidade comum ou afim?

Como não queremos apenas agitar o problema, mas sim contribuir francamente para a sua solução, vamos apontar alguns exemplos de inoperância em que rotineiramente caem tantos editores, e algumas

Da cultura portuguesa ao romance francês

Por
ANTÓNIO TELMO

vista na crítica literária permitiu negar a possibilidade do romance português.

O realismo, também chamado naturalismo, não é mais do que a subordinação da literatura ao positivismo, embora devesse ser etimologicamente adequação à realidade ou imitação da natureza. Quando J. H. Huysmans, depois de uma fase de obediência ao realismo, escreve *«A Rebours»*, livro pelo qual se reatava a autêntica tradição francesa do romance, derivada do ensino do português Pascoal Martins, Emílio Zola manifestou viva discordância. Como Zola, protestou unanimemente a multidão dos críticos. Somente Barbey d'Aurevilly soube antever os efeitos revolucionários do livro. Huysmans e Barbey d'Aurevilly formam com Léon Bloy uma triade de romancistas odiada, por terem denunciado repetidamente nos seus livros a aliança secreta que o positivismo estabeleceu nos três sectores principais da sociedade francesa: — na política, na religião e na literatura. Assim, cada um destes escritores propôs-se demonstrar quanto é falso o preconceito de que a

literatura é expressão da sociedade, pois se o chamado realismo soubesse levar ao limite este seu princípio condutor, sondando a vida social parisiense nas suas zonas mais cobertas, logo a sociologia se dissolveria para mostrar o princípio do mal, isto é, o príncipe das trevas ou o príncipe deste mundo.

Quem compare Marcel Proust com Barbey d'Aurevilly, André Gide com Huysmans, Paul Bourget com Léon Bloy poderá então avaliar a grandeza e a força do malefício que a *«Presença»* fez à cultura portuguesa e sobretudo à cultura francesa, ao esconder os seus maiores valores, divulgando outros para os quais facilmente encontramos equivalência na nossa literatura. Não caiu nesse erro Teófilo Braga, quando, num dos volumes das *Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, chamou a atenção para Balzac. Sem dúvida que encontrou, também, a resistência dum certo sector da mentalidade nacional, representado, então, por Amorim Viana, que alguns se refere com desdém ao autor do Luís Lambert. Teófilo Braga, temperamento impetuoso e irascível, impreca violentamente o deísta. Torna-se interessantíssimo entender como é o positivista quem defende o pensador duma filosofia heterodoxa que foi Balzac.

Em nenhum outro romancista como no autor de *Serafita* podemos surpreender tão bem as origens que transmitem originalidade ao romance francês. Discípulo de Claude de Saint-Martin, conforme mostrou Ernest Curtius, num livro muito divulgado em Portugal, Balzac filia-se, pelas ideias que animam o seu pensamento literário, no martinismo, isto é, naquela corrente filosófica cujo promotor foi o português Pascoal Martins. A influência deste contemporâneo de Pascoal de Melo determina, aliás, todo o romantismo francês, consoante se entrelaça nas obras de Victor Hugo, Lamartine, Alexandre Dumas ou Gérard de Nerval. Daqui o interesse de excepção que tem para nós, portugueses, a literatura francesa iniciada na *Revolução*. A ocultação dos verdadeiros valores da França explica as justas reacções periodicamente movidas contra a cultura desse país por aqueles portugueses que se negam a aceitar a superioridade de escritores que, nem na terra natal deles, é inteiramente reconhecida. Licito é, então preferir a literatura inglesa para a qual nos atrai, além disso, a afinidade atlântica.

Uma fonte de equívocos é a produzida pela confusão que se estabelece entre o romance que se expressa do sobrenatural e, por conseguinte, de função educativa ou iniciática, e o romance como expressão de uma doutrina moral e, por conseguinte, de intenção didáctica ao serviço de um universalismo qualquer. O romance, como a poesia, como, em geral, toda a literatura didáctica, tem sido justamente combatido pelo simples motivo de que constitui uma transgressão do género. A poesia didáctica dedicou Sampaio Bruno algumas páginas de crítica e combate no *Brasil Mental*. Mas quem não estabeleça aquela confusão (e, para isso, é condição não a levar dentro de si), só tem de estar atento para reconhecer e receber o ensino artisticamente ministrado pelos grandes mestres do romance, espíritos para quem o moralismo e o didactismo, sociológico ou outro, constituem eternos obstáculos à evolução ininterrupta da humanidade.

sugestões para a sua acção comercial e cultural que, devidamente meditada e realizada, poderão abrir perspectivas inéditas ao futuro da edição portuguesa.

1. Propaganda do livro — A propaganda do livro é feita em condições mais do que deficientes, em flagrante atraso em relação à propaganda de outros produtos comerciais. As exposições nas montras, as anuais e incartográficas Feiras do Livro e os rectângulos publicitários nos jornais, que ninguém lê, são métodos insuficientes e pobres de propaganda. A simples constituição da Sociedade Portuguesa de Escritores agitou um pouco o meio e levou a iniciativas como o Prémio Camilo Castelo Branco, o ciclo «A literatura

EU, EU, EU...

«Lirismo queixoso, lirismo amoroso, lirismo saudos, lirismo narcisante, lirismo doente, dolente e indolente, — a humanidade fartou-se dele, e com razão. Quem não possui mais que dar, em literatura, melhor será que guarde o que tem. Em vinte séculos de poesia e de prosa fomos ouvindo confissões de almas de tanta casta, que já nos não restam mais almas que confessar. E quando passamos e lemos eu, eu, eu, logo seguimos a resmungar: tu, tu, tu... deixa-me em paz! Desde Homero até Selma Lagerlöf; desde os três anos da idade, no Kindergarten, até morrer cada um de nós de velho na sua cadeira de rodas — a literatura que conta, e entretém, e dura sempre, é acção escrita, é mundo em letras, é embate de almas, duas pelo menos, e não a biografia chorosa e egoísta de uma alminha só. Contar histórias — eis o problema.»

AGOSTINHO DE CAMPOS

2. Divulgação do livro — Se a propaganda do livro é deficiente, não é menos a divulgação do livro. Os editores não têm serviços bibliográficos, não se unem para divulgar os livros dos autores portugueses e assim para aumentar os seus mercados. Faltam, por exemplo, brochuras periódicas de divulgação, por espécies ideográficas, de livros portugueses sobre determinados assuntos. E desta modo, o leitor acaba por não saber da existência de obras que o poderiam interessar. E, porque só conta com um mercado de 3.000 exemplares, o editor não pode pagar ao autor mais de 10 por cento, enquanto o distribuidor e o livreiro auferem 40 por cento!

Estas duas notas constituem apenas o início das nossas considerações sobre o tema. No próximo número, retomaremos o assunto, que é vitalmente importante para o desenvolvimento da cultura portuguesa.

B. C.

A Estética de António Duarte



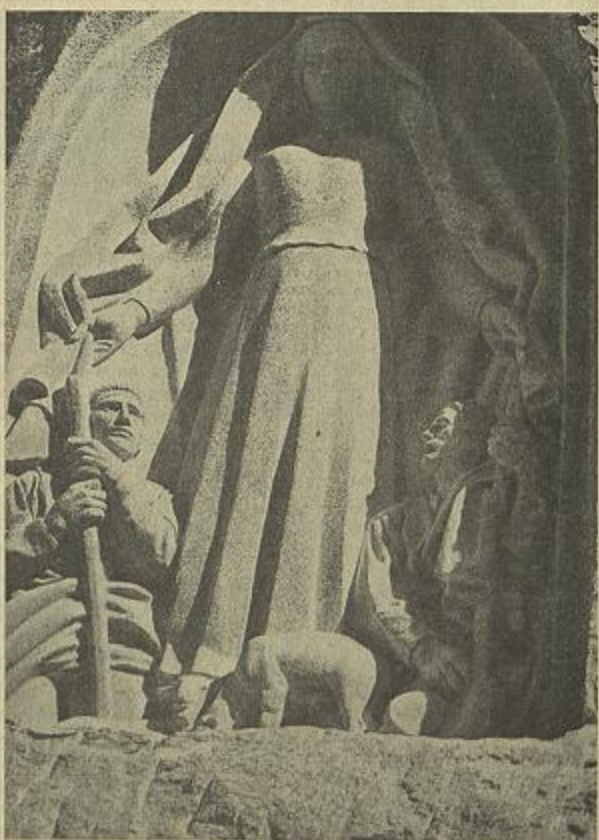
António Duarte, é sem dúvida um dos mais cultos e conscientes artistas modernos. Nas suas obras não exprime apenas o gosto, como tantos dos seus camaradas, porque possui uma *estética*. Sabe perfeitamente que a escultura, enquanto simbólica, é a medianeira nas suas radicações cosmológicas, entre o plano humano e o plano inefável.

As suas realizações provêm pois, não só da inspiração individual, da mensagem de sua emocionalidade, como dos estudos caracterológicos, fisiognómicos e biotipológicos, sem os quais um género artístico como a escultura decai para a inexpressividade. Ao fazer escultura religiosa, ao fixar o encontro dos três mundos, o humano o natural e o sobrenatural, António Duarte assume a actualidade do génio português, sintetizando-os simbolicamente na obra de arte, em vez de dar predomínio abstracto a um dos três, como acontece nas culturas de inspiração mediterrânica.

Virgem de Fátima



Virgem de Argas



Virgem dos Pastores

As representações plásticas religiosas tendem na verdade a inclinar-se, numa Europa dominada pelas correntes agónicas de radicação grego-latino, racionalistas e dialécticas, para extremos que assinalam a sua inadequação à verdade possível. No caso especial da mariologia artística, a realidade é que, não sendo possível comunicar, nem uma Virgem fiel à sua existência histórica, nem uma Virgem idêntica à de uma sua existência sobrenatural, só simbolicamente pode ser visionada ou imaginada, de acordo com as condições antropológicas e cosmológicas da revelação. Feita sempre dentro dos arquétipos da imaginária popular e nacional.

A Virgem adorada em Portugal é a Virgem portuguesa, e a sua adequação artística fica dependente pois da sua plasticização conforme à antropologia bem como à indumentária características da região onde o culto é prestado. António Duarte, amigo de Pascoais, seu companheiro em vagabundagens nas serras onde Maranus e a Saudade se encontraram sob a visão do poeta, sabe bem como a Virgem aparece ríticamente portuguesa, cosmologicamente portuguesa, espaço-temporalmente portuguesa, pois só nestas condições o diálogo é possível e só assim o culto é autêntico.

A trilogia das estátuas das Virgens da Serra da Estrela, de Argas e de Fátima que apresentamos, é um documento significativo da arte de um escultor que soube conciliar a realização artística, a representação religiosa e o pensamento simbólico. A Virgem dos Pastores, fundida na rocha serrana, quase confundida com ela, está a carácter com uma arte e com uma religiosidade que, como sucede entre nós, faz da natureza a medianeira entre o homem e o transcendente. É a Virgem portuguesa da serra, é a Virgem dos pastores e da saudade, é a Virgem que abençoa as fragas, as ovelhas e os homens.

A Virgem de Argas, da pequena aldeia minhota da Serra de Argas, veste a preceito o traje tradicional e tem nas mãos, como oferendas da natureza, as espigas de trigo que ela própria semeou. É simbolicamente transposta e sobrenaturalmente iluminada, a mulher da terra, a mulher do trabalho, a mulher que tange os bois e dança e canta nas festas e romarias.

A interpretação da Virgem de Fátima sai também dos quadros vulgarizados, que, buscando moldar uma ficção abstracta, um ideal, não estão afinal à altura das vias características e tradicionais da religiosidade portuguesa. A Virgem de Fátima de António Duarte é, como as suas irmãs da Estrela e de Argas, não uma senhora, não uma quintessência dos ideais burgueses, mas a mulher do povo também, envolta no seu manto, surgindo aos olhos extasiados das crianças como a Mãe, a Mãe próxima, natural, familiar.

A formação filosófica e poética de António Duarte tê-lo-á ajudado a realizar uma concepção tão fresca, tão original, tão nova. E também a sua formação de artista moderno terá contribuído para que a dimensão do tempo caldeasse e actualizasse uma antiga e talvez esquecida tradição.

Destas três estátuas, a primeira é, como se sabe, fundida na própria montanha, a segunda não pôde ainda ser passada à pedra e a terceira, passada a mármore, encontra-se na Catedral de Nampula.

A. Q.

I. O fim da obra de arte: paralelismo entre realistas e abstractos.

O grande problema artístico do nosso tempo, é sem dúvida o do fim da obra de arte. Outros problemas se colocarão sem dúvida aos artistas, uma vez resolvido por um acto de escolha este problema inicial. Entra-se então num segundo nível, de técnica, de gosto, de subjectividade: trata-se agora da adaptação das formas à revelação anímica que sugere, desde logo, um caminho; trata-se agora da individualidade artística que sempre, em acordo ou em desacordo com o progresso de um dado complexo existencial, se vem a exprimir com mais ou menos talento.

O crítico de arte escreve em volta deste segundo nível, isto é, aceita os valores que o artista propõe, medindo apenas a distância entre a expressão artística dada e os valores por que ele se conduz. O esteta procura directamente, investigando as formas e penetrando os símbolos, atingir o primeiro nível, isto é, discutir até que ponto é válido ou insubsistente o finalismo artístico e que obedecem os valores estéticos apresentados. De estética, e não de crítica de arte ou mesmo de filosofia de arte, é este ensaio que procurará envolver e desenvolver esse problema base, que é o do teleologismo artístico.

Já se sabe que muitos artistas resolvem o problema sem o resolver, isto é, fechando os olhos e deixando-se conformistamente conduzir, seja por hábitos mentais e sensoriais, seja pela moda, sempre aliciante para os espíritos fracos.

Um dilema real angustia o mundo da arte. Não é a dialéctica modernismo-passadismo, já ultrapassada. Dialéctica, a existir, só pode existir dentro de um mesmo tempo, e não pela introdução forçada de anacronismos ao lado de manifestações verdadeiramente actuais. Mas uma dialéctica existe, com alternada preponderância de um ou de outro termo: a dialéctica do finalismo.

Tem a arte como fim a própria arte? Sendo a arte um fim em si mesma, persegue unicamente a beleza dos elementos plásticos?

Ou esta beleza é apenas, dentro de um composto ou de uma síntese, um de entre outros elementos constitutivos? Por outras palavras, está a arte, através da singularidade de cada artista, exclusivamente ligada à forma, ou parte da forma para outra perspectiva mais alta?

Escusado será dizer para onde inclinam as mais poderosas correntes do momento: a chamada arte rea-

Progressão dialéctica

lista e a chamada arte abstracta são paralelas, embora em direcções contrárias, dentro de um mesmo itinerário, cuja estação terminus tem sempre o nome de Forma. São ambas formalistas pois colocam a estrutura formal e o seu exclusivo valor, o belo, acima de qualquer outro valor de tipo vital ou existencial.

Certo é que, mais primários, mais ingénuos, mais rudimentares, os pintores realistas ou positivistas, ao copiarem a natureza tal como ela surge ao espírito e à sensibilidade comuns, transportam para as suas telas um belo encontrado fora, e independentemente deles, nada acrescentando de individual, à fotografia de um conjunto harmonioso de aparências. No encontro sujeito (pintor)-objecto (paisagem), há um elemento que forçadamente se apaga, o sujeito, na preocupação de fidelidade absoluta ao modelo exterior. É evidente que nunca o sujeito logra apagar-se por completo, pois até à objectiva fotográfica parece impossível a eliminação integral da subjectividade, dada pela perspectiva, pelo ângulo de visão, pela experiência pessoal. Com os pintores abstractos, a operação é apenas inversa. Exactamente: apenas inversa. E esta simplicidade extrema da arte abstracta, na verdade a forma contrapolar, mas não contraditória, da arte positivista académica, explica que, como esta, tenha obtido também o triunfo social.

Se dois estilos podemos apontar, na primeira metade do século, como tendo obtido um acordo em escala social, são o realista ou positivista e o abstracto ou idealista, este triunfando na adesão quase completa das novas gerações de pintores, mas também em zonas mais mundanas, na decoração arquitectónica, no mobiliário, nos objectos utilitários de uso caseiro, nos desenhos e nas cores estampadas nos tecidos de forros, cortinados ou vestidos femininos. A senhora de sociedade que é incapaz de pendurar nas paredes da sua sala um óleo abstracto, mesmo que seja da autoria de um Mondrian, um Kandinsky ou uma Vieira da Silva, é igualmente incapaz de recusar a escolha de motivos abstractos aplicados aos tecidos que lhe propõe, no mercado comercial, a produção francesa. Nenhum outro movimento artístico do nosso século — futurismo, cubismo, surrealismo, expressionismo — logrou sair tão nitidamente das esferas intelectuais, pois o próprio surrealismo teve de viver sempre em clima de violenta polémica. Como é a operação abstracta,

Folhetim das Exposições

Por
MIGUEL FONTANA

Esta sumptuária que é a Arte, torna-se indispensável ao nível de vida de todas as cidades que o são. O índice cultural de cada urbe, pode avaliar-se, também, pela qualidade das suas montras.

Lisboa, que tem na comunidade um milhão de habitantes, ostenta nas galerias a expressão artística do seu modo de ser.

Várias salas — «Pórtico», «Diário de Notícias», «Belas-Artes», «SNB», «Agência Havas», «Cooperativa dos Trabalhadores Portugueses», «Casa Alcobia» — abriram e mantiveram em activo o culto da pintura e da cultura do ciclo desta Primavera.

As constantes da Arte Portuguesa e da Arte em Portugal inquietaram-se em todos os quadrantes.

Júlio Resende — Estará a Arte Moderna separada do grande público? E porquê?

De cada vez em que se depara uma exposição, como a de Júlio Resende

escutamos os comentários e a pergunta aparece.

No entanto o artista impõe-se e valoriza-se pelo choque que provoca. É o seu grande mérito. Esta pintura galharda e atrevida vai além do próprio tempo em que apareceu. Razão da sua modernidade.

A plástica, neste pintor, tem sofrido as dolorosas fases inquietas da sua personalidade desde a visão mais linear do mundo até onde se encontra. Com um pincel vigoroso, desgarra por cores verde-sombra e azul o que se desprende da sua pintura com um inefável que é pungente sem deixar de ser terrível. Aquele mundo de formas anda, porém, sempre à procura de outro ritmo.

Conta-nos o pintor que chegou, onde se encontra, depois da sua estadia no Alentejo, em que tudo o que se deparou, diante dos olhos tem aquela sobriedade de bloco. Aqui estará a raiz varonil e galharda destes quadros.

O que nos mostra da sua pintura é um ciclo de vários períodos, que merecia outra sala, que não aquela, pois o espaço é restrito para as dimensões dos quadriláteros emoldurados.

ARTES SIMBÓLICAS

apenas inversa da operação positivista-realista? Se nesta se abstraiu do complexo pintor-paisagem o primeiro termo, ficando unicamente o segundo — naquele abstraiu-se simplesmente o segundo termo, ficando apenas o primeiro, o pintor. Se o positivismo pictórico quis fotografar o belo na natureza, o abstracionismo quis exprimir o belo, mas sem o auxílio da natureza, considerada como vestatória muleta para o verdadeiro artista. É evidente, neste como naquele caso, que também a sensibilidade do pintor não pode ser arrojada em absoluto. Enquanto na arte abstracta figurativa persistem vestígios de formas naturais, na arte não-figurativa persiste, pelo menos, a gama das cores, arrancadas, abstraídas do seu meio natural.

Se a arte realista e a arte abstracta, e os estilos intermediários entre estes dois polos, desde o impressionista ao cubista, parecem resolver o dilema do fim da arte pela vitória social da plastificação, impura ou pura, das formas — o certo é que permanece de pé, embora um pouco velada pelo desfavor social do momento, uma outra grande tradição que se nos afigura ser cimeiramente representada pelas pinturas flamanga, barrôca e surrealista e na qual a forma não é já um ponto de chegada, mas um ponto de partida.

De Uccello aos realistas e abstractos, de Van Eyck aos surrealistas e aos simbolistas do futuro, eis os itinerários verdadeiramente diversos e divergentes dentro da progressão da pintura europeia nos últimos cinco séculos.

2. De Paolo Uccello à modernidade.

É o «Quattrocento» nos Países Baixos e em Florença que marca o abandono definitivo da Idade Média mística. A arte do «Trecento», quer na sua feição gótica da França e da Alemanha, quer na sua feição bizantina da Toscana, é contemplativa, aspirando a figurar na terra a ordem celestial, quer nas grandes catedrais ogivadas que exprimem o racionalismo tomista, quer nos templos de Ravena ou Siena, que traduzem a interpretação oriental do cristianismo. No século XIV, o pintor é ainda o visionário do oculto e do maravilhoso. Lado a lado, nos dois centros culturais da Europa cristã, o ocidental e o oriental, o verticalismo ogivado franco-germânico e os dourados resplandecentes de Bizâncio e da Toscana, são diferentes, mas

contemporâneas e congêneres expressões puras de uma exaltação teológica do divino.

Passado Van Eyck, passado Giotto e Masaccio, o artista vai surgindo cada vez mais como um intermediário do que como um visionário. Mas como um intermediário entre o humano e o celeste, do que como apologeta do divino. A pintura é agora o lugar cosmológico de encontro entre as duas realidades, que antes não pareciam tocar-se, o que representa um regresso ou um renascimento da cultura humanista grega. É depois da erupção do humanismo, com efeito, que o equilíbrio teomórfico das correntes gótica e bizantina-toscana se desfaz.

Se é a partir de Van Eyck que os Países Baixos irão descobrir o simbolismo, é a partir de uma geração de artistas florentinos de que Paolo Uccello pode ser considerado o paradigma, que a Itália enveredará cada vez mais por uma estética formalista do belo, favorecida pela moda do platonismo que as lições de Crisoloras e de Marcelo Ficino e as tendências de Cosme de Médicis e de Petrarca haviam propiciado.

Desde o instante em que a preocupação de resolver problemas formais se sobrepõe à preocupação de exprimir, pelo método intransferível da imaginação artística, uma mensagem existencial seja ela imanentista ou transcendental, em ambos os casos superior ao próprio manuseamento pictórico, ficam abertos os trilhos que conduzem duplamente ao realismo positivista e ao abstracionismo platonista.

Antes dos chamados «pintores sábios» florentinos, na verdade, a pintura ignorava ou desprezava o realismo, isto é, a necessidade de reproduzir fielmente a realidade visível segundo a perspectiva positivista do homem. Por outro lado, repugnaria ao espírito místico dos homens do «Trecento», transformar os seus quadros em experiências de laboratório, relegando para segundo plano o conteúdo ontológico da obra de arte. Ao collocarmos Uccello no princípio desta dupla trajectória, é porque a obsessão pelo problema realista da perspectiva foi talvez o mais evidente passo no caminho que levaria, tanto aos «pompieri» como a Picasso e aos abstracionistas.

A descoberta e amadurecimento das leis da perspectiva permitiu que, a certa altura, a pintura fosse considerada como uma espécie da fotografia.

A realização de experiências perspectivistas nas próprias telas de exposição levou a todo o género de

experiências formais, que tiveram o seu necessário desfecho modernamente nos ciclos impressionista, cubista e abstracto.

Brunelleschi terá inventado a perspectiva. Masaccio, Donatello e Ghiberti terão sido os primeiros a ensaiá-la, ainda hesitantemente. Mas foi sem dúvida Paolo Uccello quem levou a obsessão de explorar as descobertas da perspectiva às últimas consequências dos seus magníficos e famosos quadros de batalhas, de cavalos e de lanças.

O caminho estava iniciado e toda uma raça de pintores através dos séculos não poderia impedir-se de rolar pela mesma rampa. Piero della Francesca, ainda mais directamente precursor dos abstractos entregá-lo-ia aos problemas do volume, da luz e da cor. Andrea del Castagno, que, na frase de Cristoforo Landino «foi um amador das dificuldades da arte» dedicá-lo-ia ao problema do movimento, pelo que pode ser considerado um primeiro antecessor do futurismo de um Boccioni ou de um Severini. Os irmãos Pollaiuolo iam deter-se especialmente, antes de Leonardo, no inesgotável tema da anatomia humana, enquanto Luca Signorelli daria particular atenção ao estudo do nu. Esgotados todos estes problemas plásticos no «Cinquecento» de Leonardo, Rafael e Miguel Angelo até ao advento de Barrôco, a corrente entra numa degenerescência plástica que vai a par com o processo do seu completo esvaziamento transcendental e do correspondente desenvolvimento do iluminismo e do positivismo, através das vicissitudes plásticas da França posterior à Revolução.

Do formalismo humanístico-religioso de Rafael e Miguel Angelo para o formalismo realista e burguês vai um lento caminho que tem as suas estações mais notáveis no palacianismo de Watteau ou Fragonard, no populismo de Courbet ou Chardin, no alegorismo de David ou Ingres, no historicismo de Delacroix ou no ruralismo de Millet.

A outra tendência, a do experimentalismo, seria retomada pela geração impressionista: os Pissarro, os Monet, os Cézanne, os Sisley são com efeito experimentalistas que, no

laboratório dos seus ateliers ou do ar livre, misturam e decompõem incessantemente estes três elementos agora subjectivados (e não objectivados, como no tempo de Uccello e de Piero): a luz e a forma, através da sensação.

Com Braque, com Derain, com Picasso, que exploraram certas sugestões de Cézanne, surge a violenta reacção contra o impressionismo — mas ainda dentro do mesmo espírito formalista. Salta-se do predomínio do sujeito sobre o objecto, para um objectivismo tão forçado, que pretende planificar esquemática e matematicamente, reduzindo todos os ângulos de visão a um só, objectivo, uma dada figura exterior, que passa para o quadro no chamado sincretismo cubista. Se o impressionismo fora um experimentalismo sensorial e naturalista, o cubismo é um experimentalismo puramente intelectual e já abstracto.

Contra o seco cerebralismo de Picasso, que cedo se desprende do cubismo para rolar pela senda das experiências, cada vez mais experiências, na perseguição angustiada de algo de absurdo que, por radicar no nada, parece exprimir-se apenas na contradição — contra Picasso, fomos a dizer, reagiram duas grandes correntes: o surrealismo e o abstracionismo. Picasso era já, aliás, um pintor abstracto. Mas não fazia abstracionismo segundo uma estética definida: queria sobretudo inovar, experimentar, perseguir a ilusão da forma pura, mergulhar na volúpia de ser um homem-deus e de realizar o que só a um deus é dado: criar formas, criar seres, mesmo plásticos, mesmo imóveis, mesmo estáticos para todo o sempre. Picasso nem sequer sacrificou ao valor do belo: a pintura foi para ele menos uma arte do que uma ciência experimental da arte.

Os abstractos, pelo contrário, experimentalistas embora — da cor, dos volumes, das perspectivas, dos jogos de claro-escuro, da recta e da curva — collocaram sempre o belo na cúpula da sua estética, e por aqui estão mais intimamente ligados aos platonistas florentinos e aos impressionistas parisienses. Atingir o belo através da pureza dos elementos

plásticos, sem o artifício de uma beleza já encontrada feita no mundo exterior, foi sempre o seu objectivo. Este ideal de beleza pura, com ou sem figurativismo, um pintores de sensibilidade tão diferente como Kandinsky, trágicamente tocado pelo absurdo; Klee, alegremente exprimindo a sua grande imaginação onírica; Mondrian, geometrizando e herdeiro dilecto das perpendiculares cubistas; Kupka, constructivista à procura de um ritmo musical de linhas paralelas; ou Vieira da Silva, plasticizadora de uma saudosa vivencialidade lírica.

No abstracionismo se esgota pois uma corrente que tem os seus inícios num Uccello e num Piero della Francesca. A ligação do pintor ao mundo que o rodeia — aos homens, à natureza, a uma transcendência — foi sendo cada vez menor, até se reduzir ao mínimo da expressão de sensibilidades particulares. Mas ao mesmo tempo, o abstracionismo teve o mérito de levar às últimas consequências esses problemas que há séculos vinham sendo postos. Ele é um fim. Ele é o fim do formalismo. O formalismo já não pode ir mais longe. Já se esgotou na repetição saturada dos cromos naturalistas. Já se esgotou na exteriorização dos núcleos íntimos de sensibilidade, abstractamente separado de toda a ligação espiritual. Esgotou-se o realismo. Esgotou-se o abstracionismo.

A revista de Sartre, «Les temps modernes», já pede uma arte «de síntese simbólica». Wladimir Weidlé deu na sua grande obra a última refutação estética do movimento anti-existencial que o abstracionismo foi. Pois ele teve o seu apogeu criador há trinta anos com Klee, Kandinsky, Picabia ou Kupka e nos últimos dez anos não vemos senão repetições e forçadas originalidades. Estudaremos no próximo número o que nos pode oferecer a outra corrente, a do simbolismo, que tem a sua raiz iniciática em Van Eyck e a sua última expressão de escola, também esgotada já nas bases em que foi posta, no surrealismo.

ANTÓNIO QUADROS

Paulo Guilherme — O mundo deste artista é uma estrada social onde as figuras aparecem tocadas pelo estado lírico. São árvores delicadas, que têm os ramos tristes a dizer adeus ao vento; criaturas com os olhos húmidos como destinos frustrados; paisagens das horas mortas; dedos esguios, à espera de momentos imponderáveis para actuarem nos seus gestos languorosos. Com um leve humor de «fim de século» dir-se-ia que estes desenhos aguarelados fazem parte dum cenário de «ballet». Sim, Paulo Guilherme e a sua arte pertencem ao bailado, àquele estilo de luz artificial onde as personagens não têm voz e vivem todos por gestos marcados nos esquemas de Folkline ou Massine sobre uma música de Ravel ou de Debussy.

Martins Correia — O escultor Martins Correia encontrando um amigo, dias antes da sua exposição, diz-lhe:

- Já me testes?
- Onde?
- No inquérito do «Diário de Lisboa».

O outro responde que espera a exposição anunciada para o ler.

É Martins Correia um escultor. Mas não é escritor. A sua exposição no «Diário de Notícias» é dum escritor que faz escultura. Muitos desenhos sobre temas literários e poucas esculturas.

Os desenhos dum escultor — ele o sabe — servem para subsídio. Em ex-

posição? Só aqueles que tenham mérito de estudo. Ora Martins Correia é um escultor telúrico. Nem grego nem romano — só com asas e raízes. A sua personalidade fortíssima poderia ir para os místicos medievais, mas nunca para os gregos ou romanos, onde a harmonia e a graça se desprendem das formas.

— A escultura do seu «Camões» exposto em frente do Palácio da Independência, acusa essas tendências. Faltando-lhe a gravidade e hierarquia da épica, só pode ser visto de ângulos escolhidos, pois, se aí a estátua tem as proporções solenes, noutros lados encarado, parece-nos que este bronze não as possuía.

Heim Semke — Na galeria «Pórtico» este escultor germânico apresenta-se com uma exposição de máscaras de cerâmica. Saliente-se a nacionalidade do pintor pois é esta a essência da sua arte.

«A arte não vive sem a Pátria do artista... aprendi eu isto para sempre no estrangeiro», disse Almada Negreiros em 1926.

Semke está há 30 anos em Portugal. Nem que viva aqui um século; aquela tragédia que se desprende da sua teoria de máscaras, que agora nos apresenta, estão fora de nós todos. Podemos admirar — e comovermos-nos; entusiasmaremos — e aplaudimos o escultor que dominando o barro, o fogo e o vidro consegue obter aqueles pratos do seu apostolário. Mas Heim Semke está de fora, como expositor e espectador de Portugal.

João Carlos — Nos Salões do S. N. I., depois da saída de António Ferro, as «Exposições de Arte Moderna» que todos os anos tinham ali acolhimento, foram acabando a pouco e pouco, até que desapareceram por completo. O célebre quadro «A varina» da autoria de Mário Eloy que esteve no seu gabinete, não teve mais as honras de primeiro plano. E assim, as salas deste organismo que eram tidas por baluarte de vanguardismo estético, recolhem-se à doce quietação da sonolência onde se adibergam pintores e escultores do meio-termo.

João Carlos apresenta uma sua exposição com desenhos e esculturas para fazer o enquadramento dum tríptico destinado à cidade de Covilhã.

João Carlos desenha em estilização, recreando-se nos motivos coevos das iluminuras e semelhanças. Esta moda teve grande auge. João Carlos fiel ao seu culto conseguiu uma personalidade adentro e, por tal, os seus trabalhos não se confundem. Pintura ou desenhos.

Também João Carlos como Martins Correia escreve e é artista plástico. Martins Correia é escultor acima de tudo. João Carlos quando desenha e escreve — a pintura e o desenho são sempre apoiados na literatura.

Guilherme Camarinha — O presente faustoso que o Chefe do Estado Português destinou ao Presidente da República do Brasil foi mos-

trado na Feira das Indústrias, antes da sua partida oficial. Era um tapete de grandes dimensões que foi executado na «Fábrica Fino de Portalegre» sobre cartão de Guilherme Camarinha.

Este artista provou aqui todos os seus dotes de grande colorista. Sobre a carta de Pero Vas de Caminha, onde se relata o achamento daquela terra povoada de jaunas e flora maravilhosa compôs em três motivos de ornato da sua natural invenção, uma obra alegórica bem viva.

Cooperativa dos Trabalhadores Portugueses — Um grupo de artistas dos mais jovens do nosso tempo e da nossa cidade, abriram-se ao público neste local. Dos seus trabalhos diremos que gostaríamos de tê-los visto mais arrojados. Bronze e Relógio foram os nomes fixados com mais originalidade.

Este rancho de moços apresentou também, no átrio do Teatro Apolo uma colecção que ofereceu ao empresário Sandro Polónio, destinado à permuta e réplica em São Paulo, do que nos foi aqui revelada pelos artistas do Brasil.

1.º Salão de Escultura — A escultura em Portugal atingiu, no nosso tempo, um sentido de monumentalidade que vive uma era de euforia. Na madeira, na pedra e no bronze, ergue-se pelo território nacional um jardim de estátuas que tem servido para o auge desta modalidade.

A hora alta da escultura em Portugal viveu-se agora em síntese, na sala das «Belas-Artes», onde os nossos artistas prestando honra a Francisco Franco — o maior — expuseram parte dos seus trabalhos.

Por três sectores se espalharam as obras, que agrupadas por tendência, dão uma ideia clara da hora escultórica.

Num dos compartimentos o sossego dos consagrados e talvez clássicos. João Silva, Anjos Teixeira, Vasco da Conceição, Numidico e Delfim Maya em «apantes». Ao centro Franco com um impressionante, sereno e monumental «Bispo de Lamego» e alguns desenhos. A seguir e fechando a mostra um arraial de inquietos. Entre as obras trouxemos estas na lembrança: um «cavalo» assinado por João Fragoso, da melhor estirpe decorativa; um tronco em mármore azul de Sintra, de António Duarte que é uma festa de formas; o «Infante» apresentado por Barato Fejo para o monumento de Sagres com um excepcional estilo barroco; um Cristo chagado e dramático de Joaquim Correia; um rosto de camponeira onde Martins Correia volta a grande atitude da sua personalidade. E mais fixamos os trabalhos de Lagoa Henriques e os desenhos de originalidade sombria de Fernando Fernandes.

Fechou assim o ciclo dos acontecidos pelas artes plásticas nesta Primavera de 1957.

Não há cinema português

Falar do cinema português é coisa já tão desacreditada que o público acolhe os que nele falam com o mesmo sorriso piedoso e divertido com que recebe nas salas escuras, as primeiras imagens e os primeiros sons de um filme português. Entre o que há de totalmente desacreditado,

a não contar com o m do Génio o único cam

O INSTITUTO DO CINEMA PORT

o cinema ocupa o primeiro lugar, com um descrédito que se alarga a todas as zonas e categorias de espectadores. O público sabe que há por aí alguns homens que se dedicam à cinematografia, que se fazem alguns documentários oficiais, educativos e noticiosos, que existem uns estúdios e uns laboratórios donde saem umas películas à mistura com algumas intrigas, e ri-se, piedoso, divertido, prazenteiro até.

Em 50 anos de actividade, o cinema português não só não criou um estilo como nem sequer dominou uma técnica. Não dominou sequer os aspectos mais mecânicos da técnica cinematográfica; ainda não conseguimos, — tão só, tão só! — a reprodução aceitável do som, e os filmes de boa fotografia são excepções de espantar.

Ora hoje, o cinema já só começa onde começa a arte, isto

é, onde o domínio da técnica é total e perfeito, onde, para nos limitarmos aqueles dois aspectos técnicos, o domínio da fotografia permite a sua adequação ao momento cénico, onde o domínio do som lhe dê valor de expressão e comunicação. Já não estamos nos bons tempos de simples curiosidade pela reprodução mecânica de movimentos e palavras, nos bons tempos em que bastasse projectar na tela o fluxo das ondas do mar ou encher a sala com o ruído de palavras saídas da boca dos personagens, para que o público acorresse e sentisse satisfeita a curiosidade que o brinquedo lhe provocava. Hoje já, não há, em qualquer categoria de público, desde a qual até às palavras, desculpa para um filme que não ofereça a divisão do espectáculo ou a comoção da obra de arte.

Tenhamos, pois, a saudável

franqueza de a nós próprios, homens de cinema e de cultura, dizermos isto mesmo: o cinema português está ainda longe da possibilidade de iniciar, depois do entusiasmo pela descoberta do espectáculo mecânico, o seu domínio técnico e a sua transformação em arte. Tudo que se faça, nas condições existentes, só constitui um ingénuo engano. O que é preciso é transformar essas condições.

Já houve cinema português

Quem considerar o que tem sido o nosso cinema, terá de reconhecer que a situação em que hoje estamos representa um retrocesso para além de «Maria do Mar» que Leitão de Barros e Lopes Ribeiro realizaram em 1922, onde houve já um logrado intento artístico, intento que hoje não se pretende sequer nos filmes que se produzem, e que muito menos se alcança.

Depois da fase do «brinquedo mecânico», da barraca de feira», o nosso cinema teve os seus tempos heróicos. Tempos em que, dentro de condições incipientes não só do meio mas de progresso técnico e cinematográfico, alguns homens ambiciosos e valentes se propuzeram finalidades que ultrapassavam o que seria possível nessas condições. Esses homens foram Leitão de Barros, Lopes Ribeiro, Cotinelli Telmo, Manuel de Oliveira e Brum do Canto, que conseguiram efectivamente,

realizar alguns filmes — Maria do Mar, Ala Arriba, Pátio das Cantigas, Canção de Lisboa, Douro — que se têm de considerar produto da vontade, entusiasmo e talento individuais. Diremos até que esses filmes representavam, proporcionalmente, um talento superior ao da generalidade das cinematografias estrangeiras, então presas sobretudo ao domínio e aperfeiçoamento da técnica que vieram a conseguir depois da última guerra.

Quando havia entusiasmo

O entusiasmo desses tempos heróicos alargou-se ao público que transformava em êxitos retumbantes cada filme português e que ainda correspondeu às exigências heróicas participando na aquisição de acções que permitiram erguer e apetrechar os estúdios do Lumiar.

A decadência

Os tempos heróicos não podem durar sempre, e quando aqueles homens se dispunham à tranquilidade, que mereciam, de se dedicar ao cinema nas condições que souberam preparar, outra era a face do mundo, a que levou e mostrou a guerra mundial e, depois, o superlativo desenvolvimento técnico, a superlativa produção estrangeira, a superlativa exigência do público, ao lado das limitações de toda a ordem do mercado e da matéria artística que os nossos ambientes lhes forneciam.

Os homens heróicos, mais com poder de vontade do que com o talento do equilíbrio, lançam-se à realização de assuntos heróicos, abandonando a simplicidade artística da singeleza de «Maria do Mar», da «Canção da Terra», de «Aldeia da Roupa Branca». Enquanto Cotinelli Telmo desaparece, Leitão de Barros realiza filmes de grandezas épicas: «Camões» e «Vendaval Muçulmano»; Lopes Ribeiro não consegue com o «Frei Luís de Sousa» redimir-se da «Revolução de Maio»; Brum do Canto enfada-se na epopeia africana do «Chaimite»?

Estes homens atravessam assim uma longa fase de frustração artística que não deve apagar, todavia, os méritos que conquistaram na fase anterior. Mais combativo, Lopes Ribeiro é o único que tenta reatar o fio perdido, produzindo o artístico filme de Manuel de Oliveira, Aniki-Bobó, mas dos filmes realizados só no «O Pátio das Cantigas» é que não fica abaixo do estilo de «Maria do Mar» e de «Canção de Lisboa». Os tempos, porém, já não davam vagas para tal reatamento. Com essas sucessivas frustrações artísticas, o nacionalismo amortece e abre-se a triste fase, em que estamos, do total descrédito do cinema português. Perdemos tudo. Abrangidos na mesma desolação, aqueles homens abandonam o cinema: ou se dedicam a ele passiva e intermitentemente ou limitam-se à produção de documentários e noticiários.

O marasmo

Entretanto, os que mais perderam são aqueles que nesta fase chegaram ao cinema na prossecução de um destino artístico. Formaram-se eles enquanto a decadência do nosso cinema ainda não tinha chegado ao marasmo. Homens dotados como Reinaldo Garcia e Manuel Guimarães, conseguem revelar estilo próprio em no «Marido Solteiro», outro no «Saltimbanco», e no vazio do ambiente ainda procuram o caminho de uma afirmação que se adia.

A outros, porém, nem isso as circunstâncias permitiram, apesar das qualidades que conseguiram revelar. Homens como João Mendes, de predominante bom gosto e conhecimento técnico, ou como Perdigão Queiroga e Henrique Campos que seguem aquela comercial, mas imprescindível e necessária directriz que Artur Duarte tem conseguido manter, perdem-se na produção de filmes condicionados ou publicitários.

Com eles, todos os que tentaram o cinema, como um destino e uma vocação. Com eles, todos os que queriam. Ficam todos eles, toda uma geração, sementeira esquecida, feno podre. Há muitos que ainda estão à espera.

A continuação do marasmo

Claro está que a decadência fez barulho, provocou reacções, promoveu tentativas de a sustar, de segurar o que se tinha conquistado de reatar o que se tinha perdido. Dessas tentativas algumas ainda perduram, formalmente, como heras numa pedra tumular.

Foram eles a protecção oficial à co-produção; a instituição do Fundo do cinema; a protecção e financiamento estadual à Tóbis, única empresa portuguesa com estúdios e laboratórios.

Vejamos o que representaram ao fim de alguns anos de experiência, estas tentativas.

A co-produção

a) A protecção à co-produção com países estrangeiros só se efectuou com a Espanha. O primeiro filme, «Inês de Castro», realizado por Leitão de Barros e Garcia Viñolas, mereceu um êxito que poderia anunciar a abertura de um caminho. Logo, porém, a felicidade da escolha do primeiro assunto, a sua implícita beleza, o cuidado artístico com que foi realizado, o talento comprovado dos dois realizadores, cedeu o lugar a obras que, aprovadas dificilmente, não esconderam as suas intenções exclusivamente comerciais que, por não serem adequadas a uma primeira fase da co-produção, a desacreditaram e comprometeram, levando à suspensão, silenciosa e tácita, da protecção oficial.

As vantagens e fins da co-produção não são, aliás, referidas ao cinema como arte. Referem-se sobretudo, e quase exclusivamente, ao alargamento da indústria cinematográfica e à disposição comercial dos mercados dos países co-produtores.



Duas imagens de um cinema português que já houve

Milagre ninho é TUGUÊS

Nestes termos foi a co-produção realizada, e é em nome de interesses do comércio e da indústria de filmes que ainda hoje é apresentada por quem julga ver nela um recurso para empresas em dificuldades ou uma maneira de empreendimento capitalista. Não oferece, pois, a co-produção possibilidades de contribuir para o que é preciso: o alicercamento, o aprofundamento técnico, artístico e humano do nosso cinema.

Os estúdios

b) Dos tempos heróicos do cinema, herdou-se a «máquina» dos estúdios e laboratórios do Lumiar. Esta «máquina» tem perdurado como entidade jurídica através da inexistência do nosso cinema e das vicissitudes administrativas provenientes da ausência de trabalho e de possibilidades de produção. Sem estas possibilidades, inerentes, por um lado, à incapacidade financeira da Tobis e por outro lado provenientes da inexistência de uma cultura cinematográfica, a máquina reduziu-se a uma designação comercial que, por maior boa-vontade de todos, não consegue suportar o deficit acumulado de cerca de 20.000 contos.

Nos últimos anos, por iniciativa oficial, tentou-se revigorar a existência da Tobis para, sobre ela, fazer renascer o nosso cinema. Para isso, o Estado participou no capital social, reformou a organização administrativa e nomeou representantes seus. Ao fim de 5 anos verifica-se não se poderem alcançar os resultados almejados. Com um deficit que não pode suportar, a Tobis está completamente enredada nas suas infindáveis dificuldades financeiras, e por maior boa vontade, por melhores intenções, por mais sábia administração, verificou-se que o esforço da Tobis para a produção cinematográfica, durante estes cinco últimos anos, só pôde ser de 2.500\$00!

E que o que faz mover o cinema, até como indústria e como comércio, é o talento e a vocação individual desenvolvidas num ambiente de cultura cinematográfica.

O Fundo de Cinema

c) A tentativa mais ampla foi, todavia, a de instituição do Fundo Nacional do cinema criado por António Ferro. Dispondo de capitais poderosos — cerca de 8.000 contos por ano —, o Fundo administrá-los-ia mediante a concessão de subsídios suficientes para assegurar, à produção de filmes com qualidade artística, a defesa contra o deficit inevitável.

No espírito da instituição e da respectiva lei, a produção e a escolha

- Não há cultura nacional sem cinema nacional.
- Constitui-se uma comissão organizadora para que se constitua um movimento de todos.
- Com o Instituto do Cinema Português podemos seguir o fecundo exemplo da Itália e da Espanha.
- Um apelo dirigido à consciência de todos: escritores, plásticos, críticos, jornalistas e governantes.
- Esperamos as palavras de boa vontade.

do assunto, género e qualidade dos filmes, seria exclusiva e livre iniciativa dos produtores, enquanto um Conselho oficial apreciaria as condições em que tais filmes estariam de receber ou não o subsídio para eles requerido.

Após as primeiras decisões do Conselho do Fundo de Cinema, os produtores e realizadores verificaram que o critério desse Conselho tendia para a preferência pelos assuntos de algum modo consagrados, como os de significado histórico, de renome literário ou de intenção moralizadora, critério que sobrelevava absolutamente o do puro interesse cinematográfico e artístico e até o de conciliação entre os dois interesses. Os filmes produzidos com o auxílio do Fundo de Cinema foram pois extraídos de obras literárias e de assuntos históricos, propondo-se ambições que as condições artísticas da cinematografia não permitiam alcançar. Isso levou a que só um dos filmes subsidiados, o «Frei Luís de Sousa», não constituísse, mesmo com o subsídio do Fundo, uma produção deficitária e até ruínoza.

Tais resultados levaram à suspensão da atribuição de subsídios, e os dinheiros do Fundo foram aplicados na protecção ao estado, como vimos incurável, da Tobis.

O único caminho

Não somos dos que pensam residir na institucionalização do cultivo artístico o fundamento da actividade artística. Mas sabemos que a arte se ensina e se aprende, e temos de reconhecer que não há actividade que, como o cinema, exija um aprendizado prático mais ao alcance das possibilidades individuais de cada vocação singular. Sendo para o nosso tempo o que a arquitectura foi para o medievalismo, o cinema chega a reunir, na produção de cada obra, a colaboração de 400 profissões diferentes, colaboração só viável através de uma prática e de uma técnica que estabeleçam aquela relação de comunidade em que a representação artística se pode manifestar e afirmar. Nenhuma arte está, como o cinema, tão ligada à aprendizagem.

Ora, em Portugal, toda a aprendizagem de cinema está vedada ao iniciando. Está vedada porque, em primeiro lugar, não há uma actividade permanente, contínua e estruturada;

em segundo lugar porque, quanto mais reduzida é a indústria de cinema, mais profissional é o segredo dos conhecimentos que se conseguem obter.

De outro ponto de vista, observa-se que a obtenção de um conhecimento técnico e artístico fica sempre isolado, o que é contrário à multiforiedade característica do cinema. Assim, havendo quem consiga dominar um aspecto técnico ou artístico do cinema, mantém-se na ignorância de outros aspectos que mutuamente se condicionam.

De um terceiro ponto de vista, pode considerar-se como os estudos estéticos são inexistentes entre nós, o que se verifica diariamente na crítica cinematográfica dos jornais.

Ao dizermos aprendizagem de cinema podemos dizer, logo a seguir, cultura cinematográfica que sobre aquela se constitui. Dessa verificamos, de longe em longe, algumas manifestações entre nós, mas consistem sempre na expressão de comentários estéticos de espectadores dos filmes estrangeiros. E pois uma cultura que se não radica portanto nas condições de uma expressão cinematográfica.

Só uma cultura ligada à aprendizagem poderá conduzir ao cultivo do cinema.

O Instituto do Cinema Português

Há duas maneiras de realizar aquela aprendizagem. É uma a persistência da indústria cinematográfica, da produção contínua de filmes e, portanto, do emprego e utilização permanente de profissionais que sucessivamente vão percorrendo e conhecendo os segredos da realização cinematográfica. É a outra, pura e simplesmente, a da escola.

Ora a primeira não existe entre nós, nem pode existir por ausência da prévia cultura cinematográfica isto é de técnicos e de artistas. A segunda pode instituir-se.

Em situação análoga à nossa encontraram-se já, para só nesses países falarmos, a Espanha e a Itália. Ambos promoveram instituições e meios de protecção análogos às nossas, análogas ao nosso Fundo de Cinema. Mas ao lado dessas medidas, por assim dizer passivas, criaram institutos ou escolas de cinema, e verifica-se hoje que a renovação das

respectivas cinematografias se deve e está devendo a tais institutos, Bardem e Berlanga, por exemplo, os nomes mais expressivos do cinema espanhol, saíram desses institutos.

E para a criação entre nós de uma Escola do Cinema Português, do Instituto do Cinema Português, que nos dirigimos a todos os cineastas dispersos e desistentes, às autoridades e organismos responsáveis, aos homens de cultura e de arte, solicitamos

do-lhe a sua adesão a uma iniciativa que nos parece constituir, fora do milagre e do génio, o único caminho para que a cultura portuguesa possa ter a sua expressão cinematográfica.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

Orlando Vitorino
Afonso Botelho
António Quadros

BALANÇO DA TEMPORADA TEATRAL

Por
ERNESTO PALMA

vive entre nós, tornou-se evidente com a presença daquela companhia brasileira que revelou alguns dos motivos principais da inferior qualidade dos espectáculos portugueses.

5 — O motivo principal foi, todavia, a burocratização resultante da maneira e do condicionalismo com que foram concedidos os subsídios do Fundo de Teatro. O processo de tal burocratização consistiu no seguinte:

- Temporada de 1954-55: Instituídos os subsídios, foram eles concedidos a todas as empresas que os requereram;
- Temporada de 1955-56: Organizada a sua actividade no sentido de corresponderem ao que significava a instituição do Fundo de Teatro, as empresas condicionaram a sua existência financeira a orientações menos comerciais, o que era equilibrado pelo auxílio oficialmente concedido;
- Temporada de 1956-57: Assim assegurada a dependência das empresas, substituiu-se o auxílio do Fundo de Teatro por uma subordinação excessiva, ditando-se um funcionamento, um elenco e um repertório incompatíveis com qualquer espécie de sentido artístico.

As empresas que tiveram de aceitar esta subordinação, viram-se assim de tal modo burocratizadas que os actores e demais contratados delas, passaram a receber os seus ordenados mensais (alguns de vinte e tantos contos) na tesouraria do Fundo de Teatro!!!

6 — Sobre tudo isto, avoluma-se a previsível, prevista e inevitável consequência de tal orientação e burocratização: o total descrédito artístico, público e comercial do teatro.

Haverá, depois desta temporada, alguma possibilidade de salvação? E o que estudaremos no próximo número. Entretanto,

7 — parece-nos ser um dever de lealdade transcrever a frase final do discurso com que o director do Fundo de Teatro tornou públicas as determinações oficiais que levaram a esta situação:

«Agradeço a Deus ter depositado nas minhas mãos a salvação do teatro português.»

PREÇOS FIXOS

Sensacional!

GENERAL ELECTRIC

MODELO-LB 8TP

9 Modelos desde 8.750\$00 a 22.950\$00

À VENDA EM TODO O PAÍS NOS AGENTES DA "GENERAL ELECTRIC PORTUGUESA"

Quem é o autor de um filme

Por

AVELINO ABRANTES

Numa entrevista dada à revista espanhola *Indice*, Alexandre Blasetti põe, de maneira sugestiva, o velho problema da autoria das obras cinematográficas.

Com Luigi Zampa e Vittorio de Sica, Blasetti está na origem do actual cinema italiano e tem, sobre aqueles realizadores, pelo menos o primado cronológico. Por um lado, foi ele que encetou o caminho do neo-realismo com esse admirável, e na época despercebido, «Dois Dias Fora da Vida»; por outro lado, assegurou a via cinematográfica da fantasia significativa e simbólica que vem desde o seu filme «A coroa de Ferro» e chega ao «Milagre de Milão» de De Sica.

Parece-nos que poucos cineastas oferecem, como Blasetti, tão grande riqueza de virtualidades, aliadas a uma discreção de processos artísticos e publicitários que explicam a sua ausência dos grandes festivais de cine-

ma bem como o apagamento do realizador em obras admiráveis que crítica e público confundem com o êxito de uma vedeta ou de um argumento; isto aconteceu com «Que Pena Seres Vigarista» que poucos atribuíram ao realizador, esquecido perante o renome da actriz que desempenhou a protagonista e do escritor que assinava o argumento, nítido decalque da novela de Pierre Louys «A Mulher e o Fanteche».

Entre os outros realizadores, Blasetti singulariza-se por uma qualidade em que o artista ultrapassa a obra que realiza: para lá de uma entrega intuitiva e imediata à obra, o autor pensa-a exteriormente, a distância dela. Os filmes são assim mais pensados do que inspirados ou imaginados, e a narrativa é estruturada num desenvolvimento em que a aparente frieza apenas espelha um significado que se insere até nas obras de carácter mais gratuito.

Major autoridade possui por tais motivos, a opinião que, sobre a autoria da obra de cinema, Blasetti transmitiu à revista *Indice*. Segundo ele, a autoria tem variado segundo a evolução da cinematografia. Esta evolução realizou-se em três fases: Na primeira, o cinema não tem quaisquer

preocupações de autonomia artística e limita-se, por um lado, a satisfazer a curiosidade do espectador apresentando-lhe o espectáculo da animação mecânica das imagens enquanto, por outro lado, acrescenta como motivo desse espectáculo a filmagem da apresentação dos actores; é assim que, nesta primeira fase, o cinema é exclusivamente dominado, na sua parte artística, pelo actor.

A segunda fase é caracterizada pela busca de uma linguagem própria do cinema, de uma maneira autónoma de expressão; satisfeita e morta a curiosidade pelo espectáculo mecânico, o espectador começa a exigir que esse espectáculo possua um valor e um sentido nas imagens que apresenta e enquanto, por um lado, as imagens podem ser escolhidas em tudo o que existe na natureza, verifica-se também que a arte do actor tem no teatro a sua mais adequada expressão. Esta procura da linguagem cinematográfica constitui a missão do realizador.

Em nossos dias, o cinema pode considerar-se senhor de uma expressão autónoma e própria que, potencialmente, já é possuída pelos mesmos técnicos. Do que se trata, pois, é de dar a essa expressão o estilo artístico de cada obra singular. A missão do realizador é, pois, diferente, se não se há-de considerar acabada; do que se trata agora é de encontrar as motivações que promovam o estilo manifesto num filme. Quer dizer, do que se trata é de encontrar um argumento e dar-lhe, no chamado guião, a expressão cinematográfica própria. Os problemas da fase anterior, que eram os problemas da filmagem, passam pois a ser secundários.

Esta opinião de Blasetti é não só rica de interesse e de sugestões como sobretudo contribui para esclarecer e determinar quem seja, efectivamente, o autor de uma obra de cinema.

É habitual atribuir-se a autoria ao realizador, mas se aceitarmos o quadro de Blasetti concluiremos que isso é o resultado de uma fase já ultrapassada de evolução cinematográfica. Hoje o autor será, primordialmente, o responsável pelo argumento e pelo guião.

Quem ouviu as expressões de admiração e até de subordinação, com que Vittorio de Sica há pouco tempo se referiu em Lisboa publicamente ao argumentista e guionista dos seus filmes, Cesar Zavattini, verá assim confirmada a opinião de Blasetti.

Parece-nos interessante, neste mesmo sentido, registar uma prognose da revista francesa «Cahiers du Cinema» quando se começou a realizar, extraição da famosa peça de Inge, o filme de Joshua Logan «Pic-Nic». Analisando as obras anteriores deste realizador, o articulista concluía, em previsão, que o seu novo filme seria necessariamente um filme medíocre e infeliz. Como se sabe, foi o contrário que se verificou, e o erro do articulista deve-se, portanto, a ter atribuído ao realizador a autoria da obra cinematográfica.

O problema definido por Blasetti, vem sugerir ainda um análogo problema teatral. Com efeito, o realizador poderá ser, em cinema, o que o encenador é em teatro, paralelo fortalecido pela coincidência epocal do predomínio cinematográfico do realizador e do predomínio teatral do encenador. Encenador e realizador estão na origem do que é espectáculo, e assim como o teatro está no ponto de cruzamento entre o gesto e a palavra, entre o espectáculo e o texto, assim o cinema está no ponto de encontro entre a imagem e a sua motivação, entre o filme e o argumento. Esse ponto de encontro é o guião e nele estão reunidos como autores, o argumentista e o realizador.

É muito difícil aplicar o problema a Portugal, por razões óbvias. Nelas podemos verificar que o que há de cinema entre nós está ainda na segunda fase da evolução, está na fase do predomínio do realizador. Isso significaria que ainda procuramos o que há de característico na linguagem cinematográfica, se não procurássemos ainda a posseção dessa linguagem, sem continuidade no nosso cinema, isto significa que todo o filme que se inicia entre nós constitui um trabalho de aventura, de «tempos heróicos», além de tornar cada vez mais difícil o recrutamento de gente nova, de outra gente, para a actividade cinematográfica.

Estamos, pois, numa fase em que se não pode suportar nem se pode evitar o cotejo com os filmes estrangeiros que há muito se encontram na fase definitiva do cinema. Há que sacrificar alguma coisa, antes de começarmos. É justo que ninguém esteja, pessoalmente, disposto a fazê-lo. Mas o Estado deveria intervir na solução do problema. Noutro lugar, define-se a contribuição de 5% para a renovação do cinema português.

A. A.

Espectáculos para menores

Acaba de sair uma nova regulamentação acerca da assistência de menores aos espectáculos públicos. A anterior pouco mais de cinco anos durou, e as novas alterações revelam bem as dificuldades que tal assunto, ou melhor, a legislação sobre tal assunto reveste. Diga-se, desde já, que numa sociedade que, como a nossa, assenta na família, toda essa regulamentação, com o carácter uniforme, geral e obrigatório, vai interferir no domínio mais privado da família, que é a educação lúdica dos filhos, e despojar o chefe da família de uma autoridade que naturalmente possui. O argumento de que a maioria dos chefes de família não tem discernimento ou cultura para assumir, no plano educativo, a autoridade que lhe é dada no plano natural, não pode ser defendido se não se salvaguardarem as famílias que é injusto colocar numa situação de menoridade.

Considerando, todavia, que tal legislação é um facto, cumpre-nos chamar a atenção, em primeiro lugar, para a sua inadequação à produção portuguesa dos espectáculos. Como praticamente não existe, nem há possibilidades de existir, uma indústria portuguesa de espectáculos infantis (os vesgos e anémicos espectáculos de teatro infantil ou de circo apenas se apresentam em Lisboa e em condições insignificantes para a população da cidade), a legislação aplica-se apenas à produção estrangeira, ou seja, aos filmes estrangeiros.

No rigoroso espírito da lei, tais filmes deveriam começar por ser proibidos às crianças pois, sendo falado em outras línguas e acompanhados de legendas que nem as crianças que sabem ler podem seguir, tornam-se incompreensíveis e são motivo de perturbação mental para a consciência infantil.

Rigorosamente, verifica-se assim que a lei não é susceptível de aplicação, não tem matéria a que possa aplicar-se e a sua persistência apenas reveste em mais um condicionalismo para as diversas indústrias de espectáculos.

Não podemos, entretanto, deixar de registar a ausência que há na lei acerca do período mínimo dos espectáculos infantis. Determina-se apenas a duração máxima de cada espectáculo, (1,30 ou 2 horas), mas não se determina a duração mínima. As mais importantes consequências disso são estas: sujeitam-se as famílias e as crianças à vil exploração comercial da empresários de menos escrúpulos que, cobrando os preços normais dos bilhetes, oferecem espectáculos de poucos minutos, como aconteceu, durante o ano passado, com um espectáculo teatral sobre a «Nau Catrineta». Outra consequência, e mais grave, é a forma como habitualmente se apresentam os espectáculos de cinema. Escolhendo uma hora imprópria, a das 18 horas, a que fica entre a primeira sessão vespertal e a sessão da noite, as empresas de cinema não têm tempo ou empregados com tempo para realizarem uma sessão de cinema, fãntarem, descansarem e voltarem à sessão da noite. Imprimem, então, a projecção para crianças uma velocidade que não é a da projecção normal dos filmes, e isso não só extrai toda a qualidade dos filmes como prejudica os órgãos visuais da criança. Por outro lado os filmes são cortados sem qualquer critério, e a criança, assiste perturbada, a narrativas que não entende nem pode entender.

Outro resultado, é os complexos que cria às crianças e adolescentes das várias idades. Com efeito, formase na criança com menos de 6 anos o ressentimento e a inveja pelas que têm mais idade, destas pelos de mais de 12 anos, e assim até aos 18 anos. Os malefícios pedagógicos desses consequentes, são evidentes.

Verificamos portanto:

- 1.ª — A legislação é um abstracto conjunto de proibições sem qualquer aspecto construtivo por falta de matéria a que se aplique.
- 2.ª — Condicionamento negativo das indústrias e do comércio de espectáculo.
- 3.ª — Desautorização educativa da autoridade natural do chefe de família.
- 4.ª — Apresentação dos espectáculos possíveis em condições nefastas para a educação e para a saúde dos menores.

O primeiro ponto mostra que, a troca destes malefícios, a legislação nenhuma vantagem oferece.

Propomos, portanto, às autoridades e organismos responsáveis uma solu-

ção que se deduz da própria ética social urgente:

Que a legislação perdure apesar de tudo para não desrespeitar a motivação inicial, mas que se permita que, dado o consentimento pessoal do chefe de família, a criança ou o menor possam assistir a todos os espectáculos a que desse modo forem autorizados pelo Pai que Deus lhes deu.

B. C.

Não há pessoas

(Continuação da pág. 3)

que aceitam as opiniões dos superiores mas só o fazem depois de estarem convictos delas.

É evidente que, com tantas condições prévias, «não há pessoas...», nem pode havê-las, pois só há pessoas fora de tais condições.

Com estas observações apenas pretendemos mostrar o que há de falso e de errado no estribilho burocrático; mas é também nosso intento prevenir com isso os responsáveis, enquanto todas as funções directivas não estiverem preenchidas por nomes anónimos de homens que, por muito respeitáveis no seu particular comportamento, nada significam nem devem significar para os interesses gerais da cultura. É certo que há a vigilância para que «o poder não caia à rua», mas que deve-se ter o cuidado de impedir que «a rua suba ao poder».

E. P.

O Chocolate mais imitado



Para Mousses e Doces um produto Favorita

ENSAIOS ACTUAIS

• O DRAMA DO UNIVERSITÁRIO

De Afonso Botelho

• A ANGÚSTIA DO NOSSO TEMPO E A CRISE DA UNIVERSIDADE

De António Quadros

• ESTÉTICA E ENIGMÁTICA DOS PAINÉIS

De Afonso Botelho

ED. CIDADE NOVA

Depositária: LIVRARIA SÁ DA COSTA LISBOA



Resposta a um inquérito

Da adaptação de «A Pérola» de Steinbeck, às possibilidades do cinema português

Por
ANTÓNIO L. DE MACEDO

da ideologia de um Jim Nolan, na «Luta Incerta»; a dureza com que Steinbeck revolve os problemas do homem e a maneira como ele os põe como tipicamente humanos são atraídos pela obra fílmica, que usou de uma plástica não adequada ao que o escritor tinha a dizer e como efectivamente o disse. Fora disso, porém, o filme considerado em si só, é uma obra excelente.

2.º—Não acho que a literatura americana (mesmo a posterior à crise de 1929) se detenha menos em aspectos psicológicos do que a europeia. Pelo contrário, a moderna literatura americana, de um modo geral, ainda se encontra numa fase tipicamente psicológica (por exemplo, Faulkner, Tennessee Williams) que a moderna literatura europeia ultrapassou numa direcção mais metafísica. Podem-se extrair conclusões bem frutuozas da comparação entre obras como, por exemplo, «Other Voices», «Other Rooms» (T. Capote) e «Tobacco Road» (Caldwell), por um lado, e «La Peste» (Camus) e «Der Prozess» (Kafka), por outro. Além disso a preponderância de diálogo que se observa em escritores modernos americanos, dificilmente poderá ser atribuída à influência do cinema, pois que, conquanto tais autores pertençam a uma época posterior à crise (haja em vista John dos Passos), — e portanto coeva do cinema mudo — onde o diálogo não passava de uma legenda acessória. É certo que o estilo dito «cinematográfico» destes escritores deve algo ao cinema como o conhecemos hoje; todavia essa influência não é a mais importante. Há,

antes de tudo, que atender à maneira de ser, ao espírito específico de um povo, neste caso um povo de acção, um povo para quem também «time is money»; e se não quisermos confundir o «apressado» com o «dinâmico», temos de reconhecer que pouco há de comum entre o «dinamismo» assente numa obra de cinema (mesmo num filme lento como «Os Trovadores Malditos», onde fervilha a eterna luta do Bem, do Mal e do Amor), e a «pressa» com que o homem da civilização técnica americana procura resolver os problemas que se lhe antolham. Esta «pressa» característica produz um tipo de obras de arte, literárias ou fílmicas, com um ritmo próprio, bem exemplificadas no romance «Adeus às Armas» ou no filme «O Gigante»; — e se vemos essa característica (técnica) surgir em escritores pertencentes a povos com outro espírito (por exemplo Erico Veríssimo, J. P. Sartre, Pereira Gomes), não é tanto por influência directa do cinema como por influência directa das obras dos escritores americanos. Por outro lado, a feição do melhor cinema americano está na tradição do gigantesco Griffith, não só directamente (por exemplo Chaplin, K. Vidor), como através da escola russa de Eisenstein e Pudovkin (por exemplo Orson Welles), sobre cujo génio fílmico a influência formadora de Griffith foi

capital, como o próprio Eisenstein assevera. Isto é, — trata-se de uma tradição puramente fílmica, que pouco tem a ver com a literatura, — a não ser no facto material da adaptação de obras literárias ao cinema; — mas não é deste modo que se pode dizer que uma arte atinja outra arte.

3.º—Do que se disse anteriormente depreende-se que a literatura norte-americana não é mais própria à adaptação cinematográfica do que qualquer outra. Quando um artista (seja ele romancista ou realizador) se apropria de um tema e o encarna num assunto de ficção, fá-lo pelo menos de acordo com duas solicitações: o fogo que ele possui para animar o mito e a intencionalidade do que tem para dizer. Assim a diferença que medeia entre os romances «Adeus às Armas» e «Guerra e Paz», que ressaltam imediatamente na disparidade formal, radica na diferença de «mensagem» (passe o lugar-comum) que cada autor tinha para nos transmitir, — e o que faz dessas obras-primas é que exprimem da forma mais justa (arrebata e sensacional, uma, — compendiosa e epopeica, outra) o assunto que os autores se propuseram transmitir. Ora sendo o cinema, como forma de arte, essencialmente diferente da literatura, o artista que queira trabalhar um certo tema em romance, não o poderá fazer da mesma forma que em filme: este tem as suas exigências próprias, a tal ponto que cada conceito literário, ao ser transposto para o cinema, tem de se despojar das

suas características puramente literárias e passar a obedecer a uma lógica nova, que a literatura ignora porque não informa a sua essência, — a lógica fílmica. Por isso não acho que o assunto de ficção e a vida íntima de, por exemplo, «Adeus às Armas», sejam mais próprios à adaptação cinematográfica do que o assunto de ficção e a vida íntima de, por exemplo, «Guerra e Paz»; ambos podem ser tomados com igual felicidade (ou infelicidade) para a criação de uma obra de cinema. O facto de, na primeira (e em romances do mesmo tipo, como os da literatura norte-americana), os conceitos literários aparecerem menos complexos e portanto exigirem do planificador menos «imaginação» e menos «trabalho» para uma adaptação cinematográfica, não implica a sua melhor «adaptabilidade» ao cinema, — pelo contrário: essa aparente facilidade pode levar o realizador a esquecer momentaneamente a lógica fílmica para resvalar para a lógica literária, como vemos de resto em certos filmes portugueses adaptados de romances ou de peças de teatro.

4.º—Existiu, realmente (e, de certo modo, ainda existe hoje) uma acentuada influência do romance norte-americano no nosso neo-realismo, — atestando-o nomes como Pereira Gomes, Alves Redol, F. Namora, Cardoso Pires. Até que ponto, porém, essa influência foi ou não frutuosa, podemos constatar de duas maneiras: por um lado, o inegável êxito das algumas obras neo-realistas portuguesas, que se apresentaram como verdadeiras tomadas de consciência de certos problemas actuais (embora possamos criticar o seu tipo de interpretação), — por outro lado, após o ápice, o contínuo des-avivar que conduziu à presente crise da corrente em questão. O grande atractivo do neo-realismo foi o trazer consigo um certo número de ideias já feitas, um esquema interpretativo do homem e da vida, — o que, aliado a uma aparente maior facilidade de narração, permitia ao escritor português, em geral pouco filósofo, o compor obras que tivessem, realmente, um «sentido». Isto é, o conteúdo ideológico acabava por decorrer da forma literária que se tinha imposto noutros países graças ao espírito do respectivo povo e ao modo de encarar dos seus problemas, — erro, que, necessariamente, levou, entre nós, à repetição, ao esgotamento, — à crise. Só poderemos assim considerar a influência aludida há pouco, como frutuosa, na medida em que nos permitiu ver, a nós portugueses, que o nosso caminho não era bem esse, mas que tínhamos de procurar a nossa própria ideologia se queríamos produzir obras verdadeiramente de arte. Após a fase psicológica (à imitação de Proust ou de Dostoiévski) e a sociológica (neo-realista), e mesmo após a sociológica temperada com um psiquismo tipo freudiano (recurso!), ainda nos resta a fase metafísica, — antes que possamos atingir a culminância do mítico-vivo, canalizada através de todas as forças que nos inspiram no nosso caminho para diante, — cerne de toda a obra dita, rigorosamente, de arte.

Quanto a indicar um romance neo-realista português adaptável ao cinema, — não o faço, por duas razões: — primeiro, o cinema português não é uma realidade viva, não tem ainda uma tradição definida, necessita de criar a sua própria filosofia para voar e disseminar-se, — e um romance neo-realista não é o mais indicado para consubstanciar uma filosofia de tanta responsabilidade como essa; — em segundo lugar, creio que uma obra de cinema, capaz de criar uma escola e de lhe dar a vida que lhe permita continuidade, só tem a ganhar se for originalmente concebida e não adaptada de um romance (haja em vista «Potemkines», de Eisenstein, ou a obra de Chaplin, por exemplo). Assim, se me fosse dado realizar um filme, iria para um em que a língua e a sensibilidade portuguesas se unissem no que as caracteriza: o lírico e o sonhador (não confundir com o romântico!). A nossa língua, por ter sido tão mal compreendida pelos cineastas portugueses, é que tem produzido diálogos no cinema que, quando não são ridículos, são assustadores; — e quando não há amor pela palavra humana a ponto de não entender a própria língua, — é preferível fazer cinema mudo, — ou até não fazer nada. Repito, se me fosse dado realizar um filme, escolheria um argumento original. No entanto, se me fosse absolutamente imposta a condição de extrair o argumento de um romance português, — optaria pelo maravilhoso e terrível mito «O Príncipe com Orelhas de Burro», de J. Régio, que me parece na situação artística das mais próprias para dar vida a um filme verdadeiramente português e universal.

ARTES ESPECTACULARES OS CRÍTICOS

CLARO que é muito útil, talvez imprescindível, a existência de críticas de cinema e de teatro publicadas nos jornais do dia seguinte à estreia dos filmes e das peças. É muito útil porque tais críticas, apresentadas sem ligações comerciais, poderão orientar o leitor na escolha do espectáculo a que nessa semana irá assistir. Por isso mesmo tal crítica deveria ser exercida por jornalistas especializados, com cultura cinematográfica e teatral e que estivessem inteiramente desligados de interesses passados, presentes ou futuros, na produção ou exploração dos espectáculos de teatro e de cinema. Ora é isso mesmo o que na generalidade não acontece e, assim, as críticas que as empresas jornalísticas oferecem aos seus incautos leitores ou compradores, são elaboradas pelas seguintes espécies de críticos:

- 1.º—O crítico sem cultura da especialidade que escreve e publica tais artigos guiado por um imaturo desejo de expressão pública;
 - 2.º—O crítico improvisado que escreve o seu artigo porque mais ninguém, na redacção, estava disposto a fazê-lo;
 - 3.º—O crítico que o é por extensão das suas funções profissionais de agente publicitário das empresas distribuidoras de filmes ou dos empresários teatrais;
 - 4.º—O crítico com autoridade, que está longe de constituir um quinto do número total de críticos.
- Quatro quintas partes dos críticos oferecem, pois, aos leitores uma apreciação dos espectáculos que, além de infundada nuns casos, é muitas vezes motivada por razões inconfessáveis. É assim que não há crítico teatral dos principais jornais diários, com uma única excepção, que não esteja ligado ao teatro como autor ou produtor de peças.
- Ora nestas condições, tudo pode acontecer. E como no 57 não fazemos afirmações vagas, aqui estão dois exemplos daquilo que efectivamente acontece.
- 1.º—Entre os filmes que este ano se exibiram em Lisboa, deverá con-

tar-se como obra de admirável valor o filme de Manckiewicz «Eles e Elas». A singularidade do filme, acrescentam-se ainda o renome do realizador que afirmou um poderoso talento artístico nos mais diferentes géneros de produção cinematográfica: comédias como «Tudo sobre Eva», dramas como «Sangue do meu sangue», tragédias como «Júlio César» e agora um filme de music-hall como «Eles e Elas», sempre os filmes de Manckiewicz são obras de excepção. Em «Eles e Elas», o talento do realizador alcança já as zonas do virtuosismo a que só chegam os artistas lídeos ou superiores.

Pois com tantos motivos de prevenção, com tantos avisos sobre o que esse filme valeria, a crítica dos organismos de informação diária, com excepção de dois jornais apenas, considerou tal filme como uma obra vulgar, produto habitual do mais industrializado cinema.

Claro que isso em nada, ou muito pouco, prejudicou o filme e o realizador; mas prejudicou, sem dúvida, o público imbuído por essa informação ou de assistir ao filme ou de o apreciar com a atenção devida.

O perigo que este exemplo revela está na sua aplicação ao cinema português. Vamos admitir — pois admiti-lo é, pelo menos, possível — que se produzirá em Portugal um filme de qualidade artística. Esse filme correrá o risco de ser recebido pela crítica que apreciou daquela maneira «Eles e Elas», e com mais razões, como um filme sem qualidade. Ele será, pois, um fracasso em Portugal e como não nos estão abertos os mercados estrangeiros, um filme de qualidade que se produza entre nós corre o paradoxal risco de ficar incompreendido e sepultado nas colunas dos jornais.

2.º—Este segundo exemplo refere-se à crítica teatral e foi-nos contado por um empresário amigo e amável.

Na abertura de uma temporada, um crítico que se faz muito conhecido procurou aquele empresário e propôs-lhe a representação da tradução, que ele faria, de uma adaptação francesa da «Lisistrata»; o empresário sorriu e prometeu pensar no assunto. Tempo depois, o crítico alar-

ga a proposta: que a tradução seria feita em comum com o empresário o que diminuiria os direitos a pagar e a ambos traria publicidade e glória literária; o empresário tornou a sorrir e a prometer pensar no assunto. Terceira vez o crítico insistiu, e o nosso empresário não chegou a saber claramente se a proposta agora era substituir na adaptação francesa os nomes de lugares e pessoas por nomes portugueses para dar a adaptação como original; mas tornou a sorrir e a prometer. Entretanto ia a temporada em meio, e na tarde de um dia de estreia de peça, vai o crítico ao teatro e pergunta ao empresário se já pensara na proposta. Novo sorriso e promessa. Todo em pé, muito honesto e digno, o crítico exige uma resposta imediata. Então o empresário respondeu-lhe o que desde início pensava: que não aceitava a proposta. O crítico cresceu, ainda mais honesto e digno: «O senhor estreia esta noite uma peça, pois leia amanhã a minha crítica». O empresário pôde, com efeito, ler a crítica e também pôde ler, em dias sucessivos, uma campanha de artigos em que o crítico desagrovou a sua ofendida honestidade.

Eis, pois, prezado leitor, dois exemplos do que pode acontecer. Ao apresentá-los não pretendemos magoar quem quer que seja, mas protestar contra uma situação injusta e perniciosa e assim promover e colaborar numa campanha de saneamento e dignificação. Conhecemos de perto a vida do jornalismo, sabemos como os jornalistas, por analogia e extensão do desdém que cai sobre o escritor, são mal apreciados e mal julgados; pensamos no que há de nobre e de abnegado na missão geral da imprensa e na acção quase sempre anónima e injustamente perdida na efemeridade, do jornalista profissional. Sabemos também como os que se dedicam à crítica de cinema, de teatro e de literatura, são geralmente alheios ao jornalismo profissional que, com a sua actividade realizada como descrevermos, só vêm comprometer. É pois a esses jornalistas, a esses companheiros, que oferecemos a colaboração, humilde e modesta, deste artigo.

E. P.



Meridiano do Chiado

A Feira do Livro e os interesses dos escritores

Por

AZINHAL ABELHO

Portugal celebrou, em Maio passado, o centenário de Fialho de Almeida.

Em Vila de Frades, nos jornais e revistas, na Academia das Ciências, na Casa do Alentejo, no Palácio das Galveias, por iniciativa da Câmara de Lisboa...

Foi aqui onde encontramos, de mais perto, aquele, considerado pelos contemporâneos, escritor maldito.

Retratos a óleo, esculturas, edições variadas, ilustrações dos contos e dos artigos e, sobretudo, os autógrafos das suas cartas e apontamentos, em letra correntia mas nervosa, pretendendo mostrar a verdadeira face da personalidade.

Um vai-e-vem de visitantes enche as salas, matando a curiosidade passadista e necrológica. E isso, tanto nos inquieta a perguntar: Porque gostam hoje tanto de Fialho? Porque o exaltam e porque o festejam?

Ah! Fialho está morto e já não faz sombra a ninguém.

Naquelas estantes envidraçadas ficam-se as frases da sua prosa. Nada mais. O corpo está definitivamente num cemitério alentejano. Tombado, vencido, sem poder fazer sombra a qualquer. Tranquilamente a Nação o adopta como filho dilecto, aquele que em vida repudiou.

É legítimo interrogar:

Até que ponto a comemoração do centenário dum personagem pode significar preito de glória?

Fialho com o nome numa rua ou numa praça; Fialho com páginas especiais nas revistas; Fialho discursado, exaltado e celebrado...

A cidade de Lisboa assim procede hoje, cem anos depois do seu nascimento, numa vila perdida na charneira do Suão.

Ah! mas foi esta mesma cidade o n. d. e. ele — querendo apear-se, vindo do Alentejo, poucos dias antes da morte — tinha uma ordem de captura na policia que vigiava a Estação do Terreiro do Paço.

Tudo isto consta dos escritos e livros que estão expostos nas vitrines do Palácio das Galveias, onde nós todos, como corvos, tentamos mexer nos ossos do escritor.

Na sala da exposição, continuos, policias e bombeiros, fardados de grande gala, conversam baixinho nos intervalos dos visitantes. Dois deles — oiço o diálogo — falam dos triunfos do Benfica. Um velho e uma solteirona compram o catálogo. Moços de escola, não vi. Saio e o bafio do tempo acompanha-me, até ao Largo do Campo Pequeno. Uma lápide está no jardim, evocando o nome do Marquês de Marialva — outro de outras eras. Decididamente, hoje, o passado é o meu tormento. Um cartaz de toiros adia a corrida. Agora olha-se em frente, para a construção dum prédio. Ponho-me a contar os pisos. Já vão em sete. Um condutor dos eléctricos está, também encantado, a ver crescer o edificio e trava comigo este diálogo:

— Se a Avenida fosse só com prédios assim! Digo-lhe.

— Acha-os altos ou baixos?

— São altos. Em Lisboa não pode haver prédios mais altos.

— Porquê?

— Por causa dos aviões.

— Mas em todas as cidades há

Pág. 14 prédios altos e aviões!

— Sim, isso é verdade. Então, é por causa do terreno. Olhe, hoje vi no jornal que em Luanda vai haver um arranha-céus de vinte andares.

— Ai tem. E lá também há aviões.

Ambos rimos da conclusão. Pensamos na plaqueta que se vendia na exposição comemorativa do Fialho de Almeida e que se intitulava «Lisboa Monumental». Uns desenhos, tirados de ilustração eram elucidativos. A cidade continua com os seus problemas. É uma urbe colorida só com recantos. E se comemorassem também centenários em subtração?

— Há oitocentos anos que não fizemos a ponte sobre o Tejo. E a outra banda está por urbanizar. E a cidade foge do Tejo. Os edificios têm medo de subir, por causa dos aviões...

Passámos ao Campo Grande, depois do monumento da Guerra Peninsular e lembrámo-nos da anedota que dizem ter a resposta do escultor Francisco Franco.

— Para V. Ex.^a é a melhor estátua? Muito bem. Basta dar corda, e as figuras põem-se todas a dançar. Será por isso?

Outra escultura se topa, na entrada do ajardinado «Luís Todis» feita por Martins Correia. Não percebemos aquela alegoria de moças gregas, em traços de ouro sobre mármore preto.

Adiante...

Ah! Mas adiante, sim, adiante encontramos uma pessoa viva. Em carne e osso — o escritor Aquilino Ribeiro, senta-se num banco a gozar a sombra. A seu lado uma senhora, da mesma idade. Ambos calados. Só a passarada chilreia. As cegonhas e os pavões andam por ali à solta. O escritor, com aquele seu jeito tão pessoal de pôr o chapéu cinzento, como o vemos sempre, desabado à frente, talvez medite. Passo por ele e mesmo calado oiço a sua prosa semelhante à do alentejano.

— É verdade, o que dirá Aquilino a respeito de Fialho?

No artigo de fundo do «Século», no dia seguinte lá vem o seu depoimento.

«Miséria Iníqua», é o título. E a epopeia dos escritores portugueses passa, passa como um friso de proscritos.

São as palavras de Aquilino. «Camões, Bocage, Filinto, Teodoro de Almeida, Garrett, Amorim, Alberto Braga, que procição de esfaimados!»

E depois, transcrevem-se cartas de Gomes Leal a pedir esmola.

Reflectindo, tornamos a perguntar:

Até que ponto, a comemoração centenária, dum escritor pode significar preito de glória!

É a literatura um ornamento dum povo — ainda nas palavras de Aquilino.

José Osório de Oliveira comentava há meses a amargura do escritor, num artigo pungente que deu brado. Não se modificaram os tempos. Chega-se a esta conclusão bárbara — é precisa a imolação em vida, para se alcançar a glória. Timida e pequena é a nossa vida literária. Mas mesmo assim não se sente a necessidade de a modificar. É este o dilema terrível.

Orlando Vitorino, noutro escrito também amargurado, vindo no «Diário Popular» comentava nestes termos a antipatia que os políticos sentem pelos escritores.

«Desta antipatia, ambos, escritores e políticos, são os que mais perdem, para além dos inconvenientes e malefícios de ordem ge-

ral daí resultantes. Por muito cuidado que ponha na sua figura, sempre o político acaba por ser reduzido aos paradigmas caricaturiais dos conselheiros Pachecos e Acácios ou dos tiranetes ridículos e tenebrosos. Por sua vez, o escritor fica reduzido a uma situação social de esmola e miséria: ao fim de um século de socialização, o escritor nem sequer é reconhecido profissionalmente, não possui direitos próprios, não tem associações de classe, nem sindicato, nem grémio, nem corporação, nem ordem, são-lhe criados todos os condicionamentos através de instituições que só servem para lhe limitar a actividade e influência.»

Pensamos ainda e sempre em Fialho de Almeida, que aproximando-se de João Franco, ambicionava o lugar — que nunca teve — de embaixador de Portugal em Madrid. Depois veio a República, a República que ajudou a erguer, e os homens dessa mesma República o esperam no Terreiro do Paço para o mandarem prender.

A amargura do escritor!

Do poeta, do romancista, do filósofo!

A pior é a de ter voz e não poder fazer poemas; de ter tinta e não escrever romances; de ter dois dedos de testa e não divulgar o que pensa...

Fialho morto, cem anos à quem nascia... Deu-se-lhe um nome numa esquina. Comemorou-se o centenário. E o passo pungente da sua ordem de captura, como criminoso, porque enviava cartas para o Brasil, servirá como anedota para se lhe fazer a biografia, chamando-lhe escritor maldito em vida e hoje glorioso.

Mas perguntamos, sempre:

— Será necessária a amargura do escritor, para se erguer uma Literatura Nacional?

A resposta cai sobre nós como anátema terrível.

Num discurso de responsabilidades literária um dirigente da nossa cultura lá nos manda o opróbrio da «Nociva inquietação».

Escritores malditos! Daqui a cem anos espera-vos a glória. Mais nada.

Carta a um professor primário

(Continuação da pág 16)

moral social que, embora importante, nada é em comparação com a moral íntima, com o domínio pessoal que sobre si próprio a criança adquirir através das actividades (e não disciplinas) que verdadeiramente sollicitam a actividade criadora. Há uma unidade, uma convergência, uma síntese de interesses, de ideias, de experiências. A criança só então possui um ideal: conhece-se para se aperfeiçoar. Reconhe-se para melhor se expandir e se dar. Não a perseguem as scienciazinhas, positivas, muito objectivas, concretas, utilitárias, muito informativas. Ou se surgem é tudo para o sorvedouro desse eu, real, absoluto, dominador, que nasceu e cresce. A criança sabe porque vai, por onde vai e para onde vai. Acostuma-se a reflectir, a reconhecer essa unidade e quando a «idade do eu» chega, já o conhece, já se conhece. Decidirá de si. A vocação surgiu ou está a romper. Sabe que pode criar, que pode, como os pássaros e as flores, deixar um rastro de asa na terra e uma pegada no céu... Possu-se porque se conquistou através dum esforço próprio, dum auto-revelação continuada. Nunca teve medo à sua intimidade, aos subterráneos que a hipocrisia social quer tapados. Não serão alcapões os problemas da vida, mesmo os práticos, mas obras de arte que ela formula e resolve ou luta para resolver, em ânimo e em altura. Em beleza, finalmente.

AFONSO CAUTELA

toda a utilidade como se apresenta em condições que depressa levantam no comprador a certeza de ter sido iludido.

A Feira constitui pois um simples negócio de editores portugueses e de agentes de editores estrangeiros, negócio que é revendido de interesse nacional pela solenidade oficial da sua abertura. Atribuir, porém, a culpa deste malefício aos editores consiste em ocultar os verdadeiros termos do problema. Com efeito, não se pode pedir a uma indústria que, embora próspera, sempre é uma pequena indústria, o sacrificio de baixar os preços, como seria necessário, a um quantitativo que daria prejuizo. A Feira do Livro nunca deveria ser promovida ou realizada por empresas particulares mas sim pelas entidades oficiais que estão representadas na abertura solene, no florido Maio de todos os anos.

Para que a Feira do Livro seja o que deve ser, aquilo que é significado pela solenidade da sua abertura, deveria obedecer aos seguintes requisitos:

- 1.º — Os preços baixariam para, no máximo, 30 % do preço habitual;
- 2.º — Os livros à venda seriam exclusivamente livros de autores portugueses;
- 3.º — O Ministério da Educação Nacional restituiria a cada editor os 70 % reduzidos nos livros vendidos.

Eis a proposta que aqui deixamos e que nos parece não ter alternativa.

A. A.

Companhia Nacional de Navegação

Sede - Rua do Comércio, 85 - Lisboa

Sucursal - Rua Infante D. Henrique, 73 - Porto

Serviço rápido de carga e passageiros para a África Ocidental e Oriental, Índia, Macau e Timor.

Frota da C. N. N.

NAVIOS DE PASSAGEIROS

«Niassa»	10.000
«Angola»	9.550
«Moçambique»	9.423
«Quanza»	6.230
«Índia»	7.000
«Timor»	7.000
«Zambézia»	1.657
«Lurio»	1.605
«Save»	1.300

NAVIOS DE CARGA

«Sofala»	12.145
«Moçimedes»	9.120
«Rovuma»	9.100
«S. Tomé»	9.050
«Nacala»	3.370
«Tagus»	1.680
«Chindes»	Em construção.
«Angoches»	

A SITUAÇÃO SOCIAL DO ESCRITOR

Os artigos que alguns redactores dedicaram, no primeiro número de 57, à situação social do escritor obtiveram e provocaram a reacção manifesta de numerosos escritores, numa afirmação, ainda em esboço, do espírito de classe. Ao lado dessas manifestações, o quadro que descrevemos da maneira como o escritor é desdenhado, obteve também reflexos de indignação em importantes sectores da vida nacional.

Com efeito, o significado da hostilidade social ao escritor português, tornou-se tão evidente que promove já uma geral indignação a que, nas colunas deste jornal, vamos procurar conferir sentido e orientação pragmáticas, para bem e para honra de todos os portugueses.

1.º — O escritor perante o Estado

Para além da maneira desdenhada como as empresas particulares — jornais, editores, etc. — remuneram o trabalho do escritor, é maior motivo de preocupação a forma como os organismos oficiais consideram os trabalhos que tomam a iniciativa de encomendar ao escritor.

Já no número anterior nos referimos a alguns destes organismos. Devemos agora acrescentar o caso talvez mais impressionante por oferecer immediatos contrastes, da Emissora Nacional de Radiodifusão.

Este organismo, preenche a sua produção de 12 horas diárias, com programas quase todos elaborados por escritores e colaboradores por músicos, actores e locutores. Pois bem, reflectindo o modo como a sociedade o considera, o trabalho menos remunerado é o da elaboração do escritor, pago por menos de metade daquilo que recebem os colaboradores, muitas vezes secundários e accidentais, dos programas. E assim que na aplicação deste critério, num programa de meia-hora constituído por textos de um escritor, este recebe a quantia de 500\$00; participando nesse mesmo programa actores que se limitam a ler as «falas» ou passagens de tais textos, quase sempre sem ensaios prévios, numa immediata e repousante passividade que não

vai além de uma intervenção de dois, quatro, ou seis minutos, cada um destes actores cobra tanto como o escritor recebe pelo seu esforço de imaginação, de preparação, de elaboração e de exclusiva responsabilidade pelo programa.

Outro exemplo da maneira como o Estado alarga o seu zelo administrativo a limites que ferem os interesses e até a dignidade de cada escritor, é o que nos dá essa magnífica e sem dúvida frutuosa Biblioteca Educativa editada pelo Ministério da Educação Nacional, dentro da Campanha Nacional de Educação de Adultos. Os louvores que a promoção e a execução desta Biblioteca nos impõem, não podem impedir-nos de registá-la entre os exemplos da maneira como o Estado não reconhece os direitos sociais do escritor português. Esta Biblioteca teve o mérito de encomendar os seus livros aos nossos escritores, assim contrariando o estafado estribilho burocrático de que «Não há pessoas...». Pagou por cada livro a quantia de 5.000\$00 que os autores, habituados ao desdém com que os tratam, nem sequer discutiram. De cada livro, tirou a Coleção Educativa 25.000 exemplares a que atribuiu o preço de 5\$00; isto soma, para cada livro, a quantia de 125.000\$00, segundo a avaliação daquele Ministério. Ora qualquer editor, dentro das condições de exploração habituais, paga a um autor 10% do preço de capa em livros com menos de 3.000 exemplares, e 20% em livros com tiragens superiores. Cada livro da coleção Educativa deveria, pois, ter sido encomendado pela quantia de 25.000\$00, deste modo se verificando que o zelo administrativo, apoiado na hostilidade geral, lezou cada escritor na quantia de 20.000\$00!

2.º — Os prémios literários

Desmascaradas as associações de piedade, e ridicularizados os chás da caridade a que as grandes empresas financeiras davam apoio e alimento

Por
ERNESTO PALMA

por intermédio de subsídios bem propagandeados ou da presença ilustre e elegante das esposas dos seus directores, o mesmo espírito parece ter sido agora transferido para a instituição de prémios literários em que os grandes nomes da plutocracia se acotovelam pressurosos.

Nos últimos meses, três das maiores empresas do nosso comércio e indústria, se apressaram a instituir e reclamar prémios literários que, a julgar pela propaganda, de uma só vez salvam o primado do espírito que preside à civilização ocidental e arrancam da sargeta o mísero escritor premiado, agradecido e enriquecido com duas ou três dezenas de contos. Vimos, pois, anunciado nas primeiras páginas de todos os jornais, a instituição do prémio Gulbenkian, do prémio «Diário de Notícias» e do prémio Nuno Simões. O primeiro e o último, dão assim justa celebridade a um dos maiores nomes do negócio internacional e a um dos maiores nomes da finança nacional. Vamos assim ter um prémio de 25.000\$00, outro de 30.000\$00 e um terceiro de 50.000\$00. Juntam-se estas elevadas e libertadoras quantias às dos prémios, no valor mais modesto, mais caseiro, de 5 a 10.000\$00 do S.N.I. e da Academia das Ciências.

Tão farta multiplicação de prémios literários pode conduzir a situações deveras divertidas. E assim que pode acontecer que todos esses prémios recaiam num único livro; pode acontecer que, seguindo o critério errado de tantos júris oficiais, os prémios não sejam atribuídos, por falta de obras

que os júris considerem meritorias. Tudo isto pode acontecer porque, no interesse de atribuir prémios, se pensa em tudo menos no escritor a quem se dizem destinados.

Como nas desacreditadas obras de caridade, também aqui parece haver mais o intuito de ostentar a instituição de um prémio do que de realizar a finalidade que a justifica. Ao mesmo tempo, essas múltiplas instituições desacreditam-se mutuamente: que significado passam a ter os prémios nacionais de 5.000\$00 do S.N.I., ao lado do prémio capitalista dos herdeiros do Sr. Gulbenkian ou do Sr. Nuno Simões? Como se explica que a imensidade da Fundação Gulbenkian, ou das empresas Nuno Simões, destinem apenas 25.000\$00 a um prémio, quando a modesta indústria dos editores e livreiros oferece, para idêntico fim, a quantia de 80.000\$00?

A mesma ostentação se reflecte na constituição dos júris desses prémios e no livro cuja escolha é condicionada por esse júri. Tal constituição reúne um grupo de escritores reformados ou de simples funcionários de serviços culturais que, ao aceitarem essa função de jurados logo admitem a impossibilidade de concorrerem aos prémios, logo se reconhecem na situação de aposentados, logo estão predispostos a galardoar os escritores que valorizam por verem em situação análoga à sua: os que já atingiram a idade inoperosa ou manifestam um vazio e morto conformismo. Não se trata, pois, do lado do júri e do lado dos julgados, de uma apreciação *inter-pares*, única a que um escritor se pode sub-

meter sem prejuízo da sua dignidade. Devemos reconhecer que, deste lamentável panorama pantanoso, parece distinguir-se o prémio cujo quantitativo os editores e livreiros entregaram à Sociedade dos Escritores, a quem incumbiram, ao mesmo tempo, de elaborar os regulamentos para a atribuição do prémio.

Tudo isto mostra, pelo menos, a necessidade e a urgência de as beneméritas entidades financeiras se reunirem e se entenderem quanto à forma como os seus prémios não-de ser instituídos, regulados e atribuídos.

Quando o escritor Léon Bloy andava a pedir esmola à porta das igrejas, um respeitável senhor que saía da sua missa de domingo, reconhecendo o grande escritor, aconselhou-o a dirigir-se a uma associação de caridade de que era presidente o nobre Marquês de X. Léon Bloy respondeu-lhe que só acreditaria numa associação de caridade presidida por um mendigo.

Também nós, escritores portugueses, alimentamos a maior admiração pelos inesgotáveis recursos financeiros e lucrativos dos grandes potentados económicos; mas quando eles querem desviar algumas migalhas dos seus banquetes para o faminto escritor ou artista, seja ele um Léon Bloy, um Gomes Leal ou, mais recentemente, um Manuel Ribeiro de Pavia, que há três meses morreu de uma fome a que chamaram pneumonia, só lhes podemos responder o que Léon Bloy lhes respondeu.

3.º — A Sociedade dos Escritores

Esta Sociedade deveria ser uma Ordem; não deixaram. Esta Sociedade deveria ser um Sindicato; não deixaram. Esta Sociedade ficou apenas a Sociedade Portuguesa dos Escritores.

Uma Sociedade que pretende reunir todos os escritores por-

tugueses e substituir, portanto, a associação de classe — oficial, corporativa ou cooperativa — que não existe, deverá ter como suas principais finalidades: 1.º — estabelecer a deontologia do escritor, mediante o combate à inveja, à calúnia, à mútua e campeante agressividade; 2.º — promover as condições de existência social do escritor.

Ambas as finalidades, mas a última sobretudo, incidem nas relações entre o escritor individual, entre o trabalhador isolado, e o Estado, as instituições e as empresas que utilizam e exploram politicamente, industrialmente ou comercialmente, o trabalho intelectual.

Neste sentido, deverá desde início a Sociedade dedicar-se ao estudo da legislação existente, propor a necessária reforma e assegurar a respectiva aplicação. Deverá procurar estabelecer uma tabela de preços para o pagamento do trabalho intelectual, fixando os mínimos a receber por cada artigo na imprensa diária, por cada artigo na imprensa científica ou cultural, pela tradução dos livros de cada especialidade, pela elaboração de obras originais.

Deverá a Sociedade, em segundo lugar, estabelecer as condições desse pagamento que geralmente é feito de maneira mendicante, do lado do escritor, e de maneira esmolar, do lado de quem o utiliza. A melhor forma de o conseguir será a de o pagamento só poder ser feito através da Sociedade.

Deverá, em terceiro lugar, assegurar o cumprimento do contrato feito com o escritor e bem assim a rectidão e dignidade de todas as formas de utilização da existência social do escritor como, por exemplo, os prémios literários. Para isso, deverá estabelecer: que todos os contratos obedeam às normas e termos por ela definidos; que todos os exemplares de livros, traduções ou originais, só possam ser vendidos com o selo da Sociedade; que todos os prémios literários sejam regulamentados pela Sociedade e só atribuídos depois da sua aprovação.

Será preciso que o nosso próximo artigo sobre este assunto, seja um apelo à consciência de todos, escritores e não escritores, governantes e governados?

AS INICIATIVAS DA

Sociedade Portuguesa de Escritores

«A literatura e o cinema»

Sem intuítos lucrativos, apenas com o objectivo de divulgação cultural, a Sociedade Portuguesa de Escritores organizou, no cinema Monumental, um ciclo sobre «A literatura e o cinema». As três primeiras obras apresentadas, extraídas de obras literárias famosas, foram o «Hamlet», de Shakespeare, «A pérola», de Steinbeck e «O capote», de Gogol. Fizeram-se inquéritos entre o público, sobre os problemas relacionados com a adaptação ao cinema de romances ou dramas, tendo-se distribuído aos autores das melhores respostas, pequenas bibliotecas oferecidas pelos editores. Os escritores que comentaram respectivamente estes três primeiros filmes — Aquilino, Re-

A Sociedade Portuguesa de Escritores nasceu de uma nobre intenção. Congregar os escritores portugueses na defesa dos seus direitos, uni-los em objectivos comuns, fazendo cair as barreiras que por vezes os separam, pela via da fraternidade que une sempre os homens da mesma profissão, eis o espírito que, desde logo, foi proposto pela sua Comissão Organizadora, constituída pelos escritores Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Adelaide Félix, Maria da Graça Freire, Assis Esperança, Luís de Oliveira Guimarães, Leão Penedo, Alexandre Cabral, Joaquim Paço de Arcos e António Quadros, quase todos eleitos, na primeira Assembleia Geral, para os cargos directivos da Sociedade. A Sociedade Portuguesa de Escritores vai ainda no princípio do seu caminho. Instalou-se numa sede própria, nomeou uma série de comissões para dar seguimento às suas iniciativas e abriu as suas portas

ao escritores portugueses, sem distinção. Pode dizer-se que está ainda na fase do crescimento e podemos esperar dela um sério contributo para a resolução do problema social do escritor, que temos vindo a focar em notas sucessivas e que assume aspectos cujas consequências se reflectem directamente na criação cultural portuguesa e na formação espiritual do país.

Algumas das iniciativas da Sociedade foram já anunciadas e não deixaremos de as focar oportunamente: referimo-nos, por exemplo, ao Prémio Camilo Castelo Branco que, com a colaboração dos editores, será o prémio mais avultado até hoje concedido em Portugal e à I Semana do Livro, que deverá ser efectuada em Outubro deste ano.

dol e Domingos Monteiro — autografaram nos intervalos os livros da sua autoria que os espectadores lhes levaram por assinar.

O que queremos aqui salientar, é sobretudo o interesse com que o público acompanha esta iniciativa, comparando em grande número, comprimindo-se em volta daqueles escritores com livros para autografar, respondendo para além da expectativa à ideia da Sociedade Portuguesa de Escritores. Tudo isto veio provar que muito se pode fazer com êxito no caminho da valorização social do escritor, da propaganda do livro português, da conquista de mais mercados para as obras originais portuguesas, que, tendo ao seu alcance, um público potencial de oitenta milhões de leito-

res, se traduzem em ridículas tiragens de 3.000 exemplares. É preciso ir ao encontro do público, é preciso ter ideias, entusiasmo, iniciativa, espírito de sacrifício. Podemos divulgar este aspecto significativo: os escritores que fizeram parte da Comissão Organizadora do ciclo «A literatura e o cinema» estavam dispostos a fazer face aos encargos respectivos, caso os espectáculos, a preços barattíssimos, apenas de propaganda, não dessem para as despesas. Tal não foi necessário, felizmente, pois o público respondeu à chamada. Mas é só para além do egoísmo, que alguns escritores toma por vezes o nome de narcisismo, que se consegue, efectivamente, construir. A Sociedade Portuguesa de Escritores tem à sua frente um imenso campo de acção.

Confiemos em que saberá fazer tudo quanto estiver ao seu alcance para prestigiar e valorizar o elemento fundamental de uma cultura: o escritor.

O existencialismo e a libertação do ensino

Por

AFONSO BOTELHO

I — A disciplina e o exame

Num importantíssimo livro — «Introdução à vida docente», dado à estampa o ano passado, o Dr. Dias Agudo defende e define a disciplina como a própria educação, pois entende que toda a tensão do espírito exercida no tempo psicológico do conhecer ao executar é o fruto da maior ou menor actividade disciplinadora que a personalidade comporta.

No entanto, a disciplina, que é para o Dr. Dias Agudo uma alta qualidade de ordenação antropológica e até cosmológica, pode também surgir como arma eficaz de opressão e desordem, segundo ele próprio reconhece. E surge precisamente como tal, quando relacionada com o exame, que merece do autor deste livro as páginas mais justas e precisas que ultimamente se têm escrito sobre problemas de ensino.

As qualidades naturais de filósofo que o Autor revela neste livro fortaleceram-se numa sinceridade que lhe permitiu tratar de todos os assuntos, mesmo daqueles que costumam estar vedados ao ponto de vista e às conveniências dos professores.

Aliás, já o facto de ser professor do liceu e não da universidade lhe confere uma simplicidade moral que a situação de catedrático tornaria muito difícil, senão impossível.

A relação que estabelece entre disciplina e exame é verdadeira, pois não resta dúvida que aquele processo de prova é a principal origem da indisciplina interior dos alunos. No entanto usando os termos conforme a realidade que traduzem, isto é, tendo em atenção que a disciplina, tal qual se exerce no ensino público, não vai além da relação exterior, entendo que o exame também se deve interpretar como fonte quase exclusiva da disciplina existente.

As relações pacíficas entre professor e aluno, sobretudo a partir dos primeiros anos da Universidade, não deviam significar nenhuma garantia diversa da que é devida à convivência ordeira dos cidadãos em geral. Porém, mesmo na Universidade o poder da disciplina faz-se sentir, não já pelas manifestações exteriores adequadas à maneira de ser infantil, mas pelos fios invisíveis e fortes que deflitem a coacção moral. No ensino secundário o exame oferece ao professor uma dezena de disciplinas com que ele fustiga o desenvolvimento natural da personalidade dos alunos; na Universidade o exame reserva aos professores cadeiras que pesam sobre a formação livre da mentalidade e idealidade dos que aprendem.

É uma disciplina, tanto a dos liceus como a da Universidade, imposta pela matéria do ensino e pelo processo por que é ensinada e provada. Ao contrário, a obediência verdadeira e fecunda nasce do desejo de aprender, da matéria humana e viva que orienta a sua carência para a forma espiritual, para a sede de todas as plenitudes. A disciplina é a escorrência da matéria substantivada e «positivada», pronta para uso da educação necessária da sociedade estática a que pertencemos, ao passo que a matéria original ou maternal, obediente à finalidade que se anunciava sem opressão de formas, constitui a própria sociedade itinerante, renovável e renovada a cada momento.

2 — A renovação do ensino

Assim encontramos um motivo das nossas indagações: preferimos a observação da matéria à observação da forma por esta razão de ordem existencial, por considerarmos que uma renovação do ensino português, especialmente do ensino superior, deveria partir da necessidade de uma nova matéria-prima, colhida pela análise da situação em que radica a nossa existência.

Há muito, no entanto, que em Portugal, sempre que se tenta renovar o ensino, se segue o caminho oposto, a mera substituição de formas que não chega sequer a alterar os processos didáticos de exposição e de prova, quando o que merece o esforço de um novo princípio pelo qual a criação, a educação e a formação, criem, adquem e formem verdadeiramente a personalidade individual

dos seres que a comunidade vai gerando.

Li com agrado na revista de estudos escolásticos — «Filosofia» — pela pena de Júlio Meneses Rodrigues Ribeiro, algumas considerações sobre o fundamento radical da individuação que fortalecem o ponto de partida que escolhi.

Diz o autor do artigo que, por exigência do sistema tomista, o fundamento radical intrínseco da individuação «é o elemento potencial da essência», que se encontra na matéria-prima e não na forma substancial. Parece portanto, que acompanha neste ponto de partida a corrente tomista de Pedagogia. Porém, no desenvolvimento daquele princípio e confirmando a posição habitual desta corrente filosófica perante a hierarquia do conhecimento, e as suas consequências nos métodos do ensino, verifiquei que nos afastamos do percurso escolástico. A preferência, que manifestamos pela observação da matéria, decorre da visão aristotélica do movimento, em razão do qual procuramos o momento potencial, anterior à imobilização pela forma. O princípio escolástico aplicado à Pedagogia (confirma-o ainda o artigo) obriga o conhecimento a percorrer em sucessivos e descontínuos estados formais, as fases, psicológica, lógica, moral e metafísica, estabelecendo normas como esta «não há conhecimento superior sem primeiro haver inferior». Esta ordenação do conhecimento, se fosse consequência do princípio aristotélico do movimento, que inicialmente deu sentido à preferência da matéria potencial, seria circular e não linear, concreta e não abstracta, livre e não substancial. Parece que a tendência aristotélica se perde em breve no sistema tomista, para dominar a dualidade matéria-forma, que necessariamente se afasta do «e-lan» do sujeito ou da matéria-prima. É por essa razão, segundo creio, que o pensamento escolástico em Portugal não tem denunciado o erro do currículo do conhecimento, introduzido e mantido pelo espírito positivista no nosso ensino. Não há coincidência entre a classificação das ciências deste movimento social e a hierarquia do conhecimento daquela escola filosófica, mas confundem-se as pedagogias servindo as paragens formais do pensamento escolástico que geram em degradação, psicologismos, logicismos e moralismos metafísicos, aos estados de evolução previstos na célebre lei de Comte, consciente e inconscientemente realizada na vida institucional portuguesa.

3 — O existencialismo na Universidade

Qual terá sido, portanto, a pessoa, a corrente filosófica ou pedagógica que mais se aproximou da autêntica matéria do ensino no sentido de a libertar do domínio da forma antecipada, dando ao aprender aquela disponibilidade necessária à sua ascensão ao conhecimento e à sabedoria. Com mais influência e com mais profundidade, o existencialismo e a actividade intelectual do Dr. Delfim Santos. Um e outro foram os responsáveis pelo começo dessa emancipação, que ainda está longe de se completar, mas que promete realizar-se mais tarde ou mais cedo.

O existencialismo introduzido em Portugal, por via universitária, contribuiu efectivamente para que, entre os estudantes, se pusesse em dúvida a autenticidade da matéria ensinada. A exactidão das ciências matemáticas, aplicada ao saber da alma e do espírito, opuseram-se directamente as doutrinas existencialistas, que libertaram assim o sujeito do conhecimento da total abstracção a que os seis atributos humanos estavam subordinados. Com efeito, pode considerar-se que esta libertação despertada no plano cultural e no especulativo, trouxe para a razão prática dos estudantes, a consciência da sua humanidade e da autonomia do verbo aprender, que os justifica como sujeitos do conhecimento.

Assim, as primeiras manifestações do interesse dos estudantes pelo destino da Universidade coincidem com os primeiros sintomas de curiosidade pelo existencialismo, nos meios literários e culturais. É de então para cá progrediu consideravelmente a actividade estudantil, não tanto no campo político, onde a pessoa do estudante deixou de ter significado, mas sobretudo na acção cultural onde tem

sido notório o desejo de pôr em equação e de estudar os problemas que dizem respeito ao aprender. O Congresso da Juventude Católica e a série de conferências organizadas pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa sobre a crise da Universidade, confirmam sobejamente o crescimento de uma consciência estudantil que pode ter efectiva representação na vida e ordenação da Universidade. Até agora, porém, estas manifestações não são ainda da autonomia do aprender, mas da consciência da crise de uma Universidade professoral, ou do ensinar. A autonomia e emancipação do aprendiz só se efectivaram quando os estudantes se fizeram representar livremente na vida pública, sem preponderância nem fiscalização dos professores. Para tal, no entanto, deve desaparecer o preconceito de que a actividade estudantil, quando independente, rescava necessariamente na política subversiva. Aliás, este preconceito é um dos factores produtivos da mesma política e só o não sabe quem não reparou como os núcleos comunicantes aproveitam esta opressão social para fortalecerem as suas campanhas.

4 — A família e a educação

Mas não é apenas na Universidade e acerca da Universidade que se desenvolveu este espírito precursor da emancipação efectiva do aprender. Também, de há uns tempos para cá, despertou a consciência das comunidades familiares relativamente ao direito originário da Família em matéria de educação. O Dr. Guilherme Braga da Cruz acompanhou esse movimento com a publicação da sua conferência «Direitos da Família, da Igreja e do Estado».

A emancipação do aprendiz, tal qual a entendo, embora deva ter consequências efectivas na vida política, não se origina em qualquer reivindicação do tipo social, como o sufrágio, mas deve partir da interpretação existencial do conhecimento, ou da «situação fundamental» do sujeito do ensino na terminologia corrente. Deve corresponder à permanente emancipação do povo, que teimamos preconceituosamente em considerar de menoridade.

Nas apetências do sujeito do conhecimento tem de haver o anúncio ou prenúncio da existência do objecto. Daí que o sujeito do ensino, o estudante, apareça como totalidade vi-

vente, livre na sua intelectualidade e na sua efectividade. O que se ensina e quem ensina está, por isso, indissolubilmente ligado a quem aprende, tornando-se inadmissível a conjugação do verbo ensinar sem a conjugação do verbo aprender.

5 — Relação humana do estudante e do professor

Não seria suficiente referir a introdução literária do existencialismo para explicar a influência que esta doutrina tem na libertação do estudante. A actividade pessoal do Professor Delfim Santos cabe tanta importância ou mais do que à sua actividade doutrinária e expositiva. O que é verdadeiramente universitário na existência da Universidade é o modo como se estabelece a situação dos estudantes em relação à dos professores, às limitações humanas e desumanas que se lhes impõem, ou à liberdade que lhes é conferida para estudarem e formarem a sua personalidade. O currículo dos estudos, o método de exposição ou «leituras» do professor, representam um acordo com o destino originário dos que estudam, com a apertência manifestada pela matéria-prima. Aliás o entusiasmo verificado nos alunos do professor Delfim Santos pelas suas aulas, espontaneamente concorridas e vivas, o partido tomado a seu favor, partido que chegou a exteriorizar-se por saúbas de palmas em plenos actos académicos, não distinguiram o escritor nem o expositor, mas o professor que proporcionava um novo tipo de convivência e trazia às relações precárias do ensino um método de humanização do conhecimento. É a integração no humano que os estudantes de hoje, epígonos de uma época de saber desumanizado, mais profundamente desejam.

Reconheça-se na actividade pedagógica do Dr. Delfim Santos esse contributo de humanização, apoiado na mensagem de existencialismo antropológico.

A humanização do conhecimento, depois do domínio do cientismo e do positivismo, deve cumprir-se através da aplicação de dois princípios: re-ferencialidade da subjectividade e diferencialidade do objecto ou do real cognoscível. Ambos entram na acção pedagógica do professor Delfim Santos, como inspiração antitética de Aristóteles e Platão.

A diferenciação da realidade e a

adequação do conhecimento, pelo uso das várias categorias aristotélicas, preocupou o Dr. Delfim Santos como escritor e como professor, devendo-se-lhe sem dúvida o descrédito dos monismos metodológicos, de várias procedências mas garantidos unicamente pelo espírito positivista, de que a agonizante Faculdade de Letras de Lisboa ainda regorgita.

6 — Acção pedagógica e crise

O reconhecimento da subjectividade determinou o sentido da acção pedagógica daquele professor, pela aplicação exaustiva dos recursos sócráticos. A maieútica era o objectivo das suas aulas práticas, sempre práticas, porque eficientes. Nelas despertaram algumas vocações e raros teriam sido os estudantes que não se sentiram abalados pela acção perturbadora da pergunta irónica e estimulante. É natural que alguns tivessem ficado a detestar o professor Delfim Santos que, pouco psicólogo, agravava por vezes a força do seu método, baseado criteriosamente na antipatia. Mas através do estímulo da sua personalidade e do uso de uma dialéctica de efeitos experimentados, os alunos transformavam-se efectivamente em estudantes, isto é, reconheciam-se como sujeitos do conhecimento, sentido desabrochar o desejo pela diversidade de formas e actos do conhecer.

Esta ilimitação do aprender é necessária em qualquer circunstância de limitação da forma, faz parte da teoria do conhecimento, mas com maior razão de razão, no condicionalismo absurdo de agora em que a própria respiração social do estudante desapareceu. Por isso os universitários que assistiram à conferência do António Quadros sobre a «Cultura Portuguesa e a crise da Universidade», se empenham mais na discussão da crise do que no cuidado da função cultural a que o conferencista deu privilégio na ordenação lógica do trabalho. É que a crise sentem-na os estudantes em si próprios, na ausência de interesses humanos, desejos e ansias de saber; e habituados como estão a ver a cultura identificada e confundida com o saber formal das universidades, congressos e academias, nada esperam dela ou do que venha em seu nome. Antes da reforma da forma, precisam que se revitalize a situação fundamental, inicial, do estudante.

Carta a um professor primário

Actividade criadora e disciplinas informativas

A João Pedro de Andrade

Por

AFONSO CAUTELA

Estou certo de que havemos de concordar nisto: não podemos implantar como lei o nosso gosto pessoal e que tu simpatizes com a Aritmética na escola primária não é razão para legitimar a sua existência. Nem tão pouco o facto observado por ti de que «as crianças gostam». Pois gostam, que remédio têm elas? Do mal, o menos. Foi um hábito adquirido e que mais não seja por hábito elas pedem: «Senhor professor, vamos fazer problemas». Não podem amar aquilo que não conhecem, ou que nunca lhes demos a conhecer.

A verificação há-de fazer-se, sim, por outros meios:

- 1.º — Observação psicológica rigorosa e não empírica e superficial;
- 2.º — Observação do grau de «preparação para a vida» que a aritmética e outras disciplinas utilitárias facultam. Por isso pergunta-se: — Que influência profunda tem na psique infantil a Aritmética? Só isso importaria para avaliar o seu mérito educativo. A inclinação de alguns alunos ou da maioria para a Aritmética, a verificar-se, nada nos diz do seu valor educativo (e por educativo entendo funcional em comunhão perfeita com os interesses psíquicos infantis).

Insisto em referir tudo à educação e não à instrução e ao ensino, porque:

- 1.º — É de educação que se fala e é educação que se quer;
- 2.º — Mesmo que em realidade se não queira educação (porque é difícil, muito difícil) é a que, por mim, me preocupa;
- 3.º — Confundo educação com o processo total de realização do homem (de todos os homens que há em cada homem-indivíduo: o homem social, o homem animal, o homem profissional, etc.);
- 4.º — Não há instrução utilitária que consiga ser mais útil do que uma educação, uma verdadeira educação.

Por tudo isto, antecipadamente não reconheço às disciplinas informativas nenhum ou quase nenhum valor educativo; o que pode existir é em breve subvertido pelo que há nelas de me-

ramente memorizável, de meramente informativo, digo. Entendo-as, sim, como matérias subsidiárias, difundidas pelas disciplinas essenciais, a que chamarei formativas: a composição oral e escrita, o desenho, os trabalhos manuais, o canto e a ginástica.

É porque são estas as disciplinas formativas?

Quando um dia me disseste que o que te interessava era a vida, poderia parecer que ao falar eu de educação, cultura, espírito, consciência, moral, me alheava do que mais importa à criança concreta, aquela que ri, sofre, vive, aquela cujos cabelos afagamos, cuja voz ouvimos, cuja roupa remendadina denuncia faltas, talvez fome, pobreza certamente. Já to disse: não sei ver a educação desligada da assistência material à criança, por isso grito tanto por educação e tão pouco ou nada me interessa a instrução, a «utilitária» instrução; por aí vês como uma, na aparência, abstracta educação pura, se preocupa afinal mais do que julgam os incautos com a criança concreta, a criança que respira, come, dorme, brinca — enfim, a que vive, a que tem de viver.

Mas não pensemos agora nesses aspectos que serão tratados numa outra carta. E detenhamo-nos na educação do espírito, na formação da consciência, na criação gratuita a que devemos devotar a criança. Será tão pouco utilitária como parece? Utilitária, desde já o afirmo, não o é; mas útil (imprescindível, essencial) talvez possa mostrar que sim.

Depois de nos ministrarem muitos conhecimentos com que fugam ternos enriquecido a vida, não há um só de nós que chegue às idades difíceis, as idades de transição e transformação, às idades de angústia e descoberta, e não sinta a agonia do desamparo, do isolamento, da incom-

preensão. Somos uma casca a ba-louçar num imenso mar de fel. Ninguém nos compreende nem compreendemos ninguém; há proibições, deveres, mistérios, uma amálgama de preceitos e preconceitos; há problemas, os íntimos e os dos outros; há gente má e gente boa; desencontros, absurdos, infracções; há leis e prisões. E nada a que lançar uma amarra; nenhuma certeza; nenhum afecto a que nos unimos; nenhum ideal. Todavia um ror de disciplinas utilitárias, informativas, enciclopédicas, encheram-nos a cabeça de nomes, de leis, de fórmulas, que o tempo felizmente se encarrega de levar. Das nossas interrogações, nada mais ouvimos do que o eco que as prolonga. Está cheia a nossa memória, mas vazia, a alma.

Não haverá nada a fazer pela criança que será o adolescente, o jovem e o homem? Nada que lhe dê o ideal que lhe falta? Nada que lhe dê confiança e alegria de viver? Nada que a exalte em vez de a deprimir? Nada que lhe polarize a actividade?

Ministra-se educação moral, é certo. Mas, disciplina como as outras, de ensino ou instrução não passa: nomes, leis, fórmulas e mais nada. Quando a educação moral é, além do ambiente, uma consequência que decorre de mil e uma actividades com valia educativa, conglugado o trato do corpinho (boa comida, ar livre, jogos, lençóis frescos) ao do espírito (as actividades de projecção e domínio do eu consciente, a que chamo formativas) tudo num ambiente que seja vida, vida saudável, e onde a vida, por isso mesmo, se desenvolva sem precisar de chicote, como a flor nos jardins (com bom estreme e boa rega). A isso chamo educação. E terá que ser forçosamente educação moral, pois a comunidade, a pequena cidade-escola onde a criança é o centro de atracção, oferece-lhe diariamente o convívio com os companheiros e a oportunidade de se treinar nas relações sociais. Mas esta é a

(Continua na pág. 14)

UNIVERSIDADE *Livre*

Colóquio à mesa redonda

Os redactores de 57 abrem diálogo com os leitores para esclarecer, desenvolver e aprofundar

57 não é uma cátedra. Ao iniciar as suas páginas de «Universidade Livre», não pretende com isso substituir-se à Universidade institucionalizada, mas apenas, integrando-se na antiga e nobre significação da palavra, desenvolver como que uma acção supletiva às tarefas propriamente escolares, fora das dialécticas programa-exame, aluno-professor, diplomando-diploma. O período de verão, em que iniciamos estas páginas, parece especialmente propício para que, todos juntos, meditemos, não apenas nalguns velhos problemas educativos da universidade institucionalizada, mas sobretudo nos problemas culturais mais palpitantes dos nossos dias, face aos quais 57 afirma posições e opiniões que despertaram vivas controvérsias.

57 não é uma cátedra. Nós temos as nossas ideias e aqui, nas colunas deste jornal independente, as vimos expor, propor e defender. Por vezes, para as defender, somos obrigados a atacar. Assim, quando gelam as passagens dos mares do Norte, o quebra-gelos tenta reabrir os caminhos à circulação. Mas nós não queremos falar de cátedra. Mas nós não queremos assumir o papel de possuidores de uma ciência secreta de que apenas atirássemos umas escassas migalhas aos nossos leitores.

Pelo contrário: com os nossos leitores nos queremos sentar à mesa

redonda, num plano de igualdade e de fraterna troca de ideias. É a esta troca de ideias, que nós dedicamos as páginas da Universidade Livre. Ao fim de dois números do «57», já os nossos leitores tomaram sem dúvida contacto com as nossas teses, em muitos pontos diferentes e até antagónicas das teses mais comuns ou mais socialmente aceites que circulam nos meios de literatos, de cadetráticos ou de outros graus hierárquicos igualmente prestigiados. Publicámos já dois manifestos e exprimimos já alguns elementos da nossa doutrina em campos como o da filosofia e da literatura, isto é, das artes da palavra; da pintura, da escultura ou da arquitectura, isto é, das artes simbólicas; do teatro ou do cinema, isto é, das artes espectaculares; e ainda da educação e da política cultural, estreitamente radicado não só àquelas artes, como à economia, ao direito e à acção política propriamente dita. Apresentámos, por outro lado, algumas sugestões constructivas, como o Instituto Central de Cultura Superior e o Instituto de Cinema Português. Outras sugestões e outras iniciativas viremos a apresentar pouco a pouco.

Os redactores de 57 aqui se apresentam, pois, à inteira disposição dos seus leitores. Os redactores do 57 não se responsabilizam apenas pela matéria especificamente conti-

da nos seus ensaios e artigos. Tomam aqui a responsabilidade maior de esclarecer, desenvolver, aprofundar as suas teses, de acordo com as dúvidas, as interrogações, as perplexidades dos leitores — colaboradores livres desta universidade livre. Esta troca de ideias a todos beneficiará, sem dúvida — e até é lícito prever que os mais beneficiados ainda seremos nós, redactores, que convosco, leitores, queremos aprender juntos um caminho, queremos seguir juntos numa viagem, queremos subir juntos um degrau.

57 oferece esta Universidade Livre à reflexão dos seus leitores e a uma ampla troca de ideias. Nas suas colunas, todos os seus redactores, sem excepção, entrarão em diálogo com quem queira conhecer melhor o conteúdo do pensamento expresso nos seus artigos.

VIVER DA FILOSOFIA E VIVER PARA A FILOSOFIA

Outra classe, menos numerosa, de pessoas que extraem os seus meios de subsistência da necessidade metafísica, é composta por homens que vivem da filosofia. Entre os gregos, tinham eles o nome de sofistas; entre nós, o de professores de filosofia. Aristóteles não vacila em incluir entre os sofistas o nome de Aristipo (*Metafísica*, II, 2). A razão do facto encontramos-la em Diógenes de Laércio, que declara ter sido aquele o primeiro que cobrou dinheiro por lições de filosofia. Por isso Sócrates lhe devolveu o presente que dele havia recebido. Do mesmo modo entre os modernos, os que vivem da filosofia são, com poucas excepções, não só muito diferentes dos que vivem para a filosofia, mas também, e com frequência, adversários destes, ou até inimigos ocultos e implacáveis. Tão certo é que todas as obras filosóficas, verdadeiras e importantes, projectam muitas sombras sobre as dos sofistas, e não obedecem às intervenções e às restrições deste grémio. É por isso que os professores não se poupam ao cuidado de anular aquelas obras, valendo-se dos meios de que dispõem e que variam segundo as oportunidades e as circunstâncias; estes meios consistem principalmente em ocultar, calar, ignorar, dissimular, mas também em negar, rebaixar, caluniar, falsificar, e até em denunciar e perseguir. Por culpa dos professores ou sofistas, mais do que um grande génio, que não pode tornar-se conhecido, nem alcançar a celebridade, nem obter a recompensa devida aos seus méritos, teve que vegetar numa existência miserável, até que depois da sua morte o mundo foi obrigado a abrir os olhos e a fazer-lhe justiça, assim como aos seus perseguidores.

ARTUR SCHOPENHAUER

«O mundo como verdade e representações»

Para além da crise da Universidade

O que seria o Instituto Central de Cultura Superior

O «Instituto Central de Cultura Superior», com esta ou outra designação, não poderia resolver alguns dos problemas mais graves da Universidade: o exame e o concurso, o professor-burocrata, o abismo entre o corpo docente e o corpo discente, o estatismo dos métodos pedagógicos. Seria porém, tal como o temos vindo preconizando em conferências e até em livro¹: por um lado a possível solução de um problema concreto e específico; por outro lado, o primeiro passo para uma reforma bem mais profunda da educação no seu todo. O problema concreto e específico tem uma escala europeia, é certo, mas adquire entre nós particular acuidade. A Universidade está a reduzir-se cada vez mais a um mero aglomerado de escolas técnicas. A Universidade prepara especialistas e a especialização começa já no sexto ano de liceu. A Universidade forma advogados, engenheiros e médicos, mas não forma almas, não forma espíritos, não forma homens. Estamos a criar uma raça de técnicos e não damos a estes técnicos os horizontes culturais que lhes alarguem o âmbito da inteligência para fora do campo restrito da sua especialidade. Estamos a criar uma raça de técnicos desligados de uma visão superior da dinâmica espiritual da pátria em que se inserem ou da humanidade a que pertencem. Se os técnicos, antes de técnicos, não forem homens, e homens superiores, e homens compenetrados da missão que à razão humana incumbe no processo da evolução universal, para que abismo ou para que inferno caminhamos? Os técnicos, enquanto técnicos, isto é, projectando para as zonas da humanidade o positivismo ou o materialismo ou o moralismo da sua respectiva profissão, sonham com as utopias que, desde Samuel Butler a Huxley e Orwell, os escritores vêm mostrando aos homens como bandeiras vermelhas de «Perigo!».

Muitas soluções têm sido apresentadas para transcender este tecnicismo agora quase absoluto da Universidade, de acordo com o especial condicionalismo de diversos países. As mais conhecidas são as de Leonardo Coimbra, Ortega y Gasset, Gabriel Marcel, Karl Jaspers, Benedetto Croce, Robert Maynard Hutchins, respectivamente em adequação aos casos português, espanhol, francês, alemão, italiano e norte-americano. Concretamente: é necessário, como condição prévia a qualquer futura reforma, que os programas de estudo das Faculdades e Institutos Superiores do país, incluam disciplinas de formação cultural e espiritual, que equilibrem a exclusiva especialização. Abandonando a Universidade este papel e esta função eminentemente educativa, ela é assumida em exclusivo pela imprensa, pela rádio, pelo cinema e pelo livro, que como todos sabem, sofrem a pressão das modas sociais, dos objectivos comercialistas e do próprio regime de massas de que tiram as possibilidades de existência.

Irradiação cultural para toda a Universidade

Na impossibilidade orgânica de dotar todas as Faculdades e Institutos Superiores com disciplinas de

carácter cultural, por falta de um escol suficientemente lato para esse fim, nós sugerimos que, para principiar um movimento de largo alcance, as Cidades Universitárias de Lisboa, Coimbra e Porto fossem dotadas com um Instituto Central de Cultura Superior. Este Instituto Central seria frequentado por todos os universitários, em regime obrigatório. Este Instituto constituiria um foco de irradiação cultural para toda a Universidade. Este Instituto, utilizando os mais modernos métodos pedagógicos, daria à Universidade a radiação cultural e espiritual que hoje lhe falta, pondo os futuros técnicos em contacto com os problemas e os temas da filosofia, da poesia, da arte ou da ciência. Este Instituto, baseando-se principalmente na cultura portuguesa, daria um sentido superior, uma dimensão nova, um articulado fim a toda a Universidade que, não deixando de formar os técnicos, passaria também a formar os homens, de forma a que o progresso material desse as mãos ao progresso espiritual do país.

Inquérito aos estudantes e professores

A profunda reforma da educação, de que falámos no começo, apenas seria viável uma vez dado este primeiro passo, através do processo institucional que sugerimos ou de outro qualquer, equivalente. A Inglaterra pôde acabar agora com o sistema de exame, porque o seu superior e até único sistema educativo há muito vinha caminhando para esse fim, nunca tendo olvidado o primeiro objectivo da educação: o homem. O especialista vem depois. Por isso, no sistema inglês, o Desporto e a Tradição estão à frente da aquisição memorialista de conhecimentos que é a base do nosso sistema positivista.

Aqui abrimos hoje um debate, que interessa a todos os professores e estudantes portugueses. Publicaremos, nos nossos próximos números, as melhores respostas a estas questões:

- 1 — Concorda com o tecnicismo da Universidade moderna ou entende que ele é um perigo a ser evitado?
- 2 — Parece-lhe que a nossa hipótese de um «Instituto Central de Cultura Superior» poderia constituir, realmente, uma solução válida?
- 3 — Que outras hipóteses apresentaria, dentro da sua própria experiência, para fazer face ao problema?
- 4 — Está de acordo em que a cultura portuguesa deve constituir o centro da irradiação espiritual da Universidade, a partir de um Instituto Central ou através de uma série de reformas parcelares e progressivas?

Aos autores das três respostas mais construtivas, mais meditadas e mais profundamente integradas no problema, que serão publicadas no próximo número, «57» oferece assinaturas por um ano.

A. Q.

OS LICEUS Um problema de antropologia aristotélica

Com inteira razão se tem dito que, sendo a criança portuguesa dotada, como as crianças dos outros países, de igual, senão superior inteligência, só a deformação do ensino se deve atribuir a estupidéz que, em geral, caracteriza o adulto. Esta tese patriótica, justificada por quantos tiveram a sorte ou souberam encontrar fora dos quadros habituais e oficiais de ensino meios, gratuitos de aperfeiçoamento intelectual, está já na base dos escritos das novas gerações que apareceram a criticar o ensino universitário. E, no entanto, nas escolas de ensino liceal que primeiramente se instala o processo de corrupção das inteligências. O liceu que deveria ser uma escola destinada a dar aos portugueses pelo ensino da história, a consciência da Pátria livre desenvolvendo-se por meio de três tradições diversas: do ensino da filosofia, a consciência da língua e a arte dos nossos singulares processos de raciocínio; pelo ensino da filosofia a consciência que o português forma do natural e do sobrenatural — o liceu, dizíamos, é hoje uma escola que adormece, altera e adultera as nossas genuínas virtualidades. Um dos principais motivos desta adulteração reside em não se sujeitar as leis de harmonia do espírito no seu desenvolvimento com os ciclos de evolução biológica. A puberdade, que mais ou menos coincide com os catorze anos, sendo a idade em que o homem se encontra naturalmente apto a experimentar a vocação, deveria constituir o início do ensino liceal. Até aos dezasseis ou dezoto anos essa nova escola realizaria a escolha do destino espiritual de cada estudante qualificado, pronto a ingressar em letras, direito ou medicina com uma formação mental que tornaria infinita a sua evolução.

Alvaro Ribeiro, que se distinguiu no domínio da pedagogia tanto pela investigação teórica como pelo sentido prático de aplicação, publicou em 6 de Junho de 1957, no Diário Popular, um artigo sobre «Os Liceus»

do qual extrairmos este significativo trecho:

«Valerá a pena dizer que o curso dos liceus, em vez de ser a continuação do ensino primário, deveria ser qualificado por uma didáctica sui generis, própria para adolescentes dotados de vocação para os estudos superiores? Será útil repetir que a distinção entre a puerícia e a adolescência, idades de características psíquicas e somáticas tão diferentes que sugerem até a oposição, aconselha uma radical metamorfose dos processos didácticos, dos corpos docentes e das respectivas escolas? Será imperioso lembrar o significado da verdade e da sua relação com as vocações artísticas, filosóficas e religiosas?»

«Será inconcludente postular que a matrícula nos liceus só deva ser concedida a alunos com mais de catorze anos, e que o programa do respectivo curso inclua exercícios, problemas ou disciplinas que constituem propedéutica nas faculdades universitárias?»

Delimitado e definido o liceu, como tem sido proposto, em termos de escola para alunos com mais de catorze anos, já se nos afigura explícita a exigência de uma licenciatura em Ciências, em Medicina ou em Letras aos respectivos professores, como nos parece tolerável a gradativa especialização em disciplinas ou em grupos de disciplinas. Ao professor da escola primária ou ao didacta que professa um ensino comparável ao da escola primária, como é o actualmente ministrado nos três primeiros anos do liceu, não é indispensável exigir a habilitação de um curso superior. Entende-se, e muito bem, que a preparação didáctica deve consistir muito mais no estudo da criança, em suas diferentes idades ou metamorfoses psíquicas e somáticas, que vão da infância à puberdade. O aluno dos três primeiros anos do nosso actual liceu está longe de interrogar o professor em termos que solicitem uma resposta de nível universitário.»

¹ «A angústia do nosso tempo e a crise da universidade». Ed. Cidade Nova, Lisboa.



Afonso Botelho e a estética e enigmática dos Painéis

Quem acompanhou, nestes últimos anos, os protestos da pátria contra o ensino de filosofia estrangeira nas Faculdades de Letras leu, com certeza, o *Drama do Universitário*, livro em que Afonso Botelho denuncia o erro articulado e fechado que é a organização positivista do ensino. Com a *Angústia do Nosso Tempo a Crise da Universidade* de António Quadros tal livro representa e defende as reivindicações dos intelectuais dos nossos dias a favor dum ensino que corresponda à comum e geral ansiedade. Todavia, até hoje, nunca nenhum dos professores universitários das Faculdades de Letras apareceu a apoiar publicamente a crítica das novas gerações, pelo que é lícito concluir que consideram perfeita a organização do ensino tal como resultou da orientação positivista do professor Matos Romão.

Este novo livro de Afonso Botelho, que se insere no bulhoso debate à volta dos painéis de Nuno Gonçalves, no qual participam alguns pintores e muitos críticos e historiadores de artes plásticas, constitui admirável meditação dos problemas, métodos e fins da estética. Não rompe, porém, o autor a continuidade da campanha intelectual em defesa da filosofia, porquanto inicia o livro com algumas páginas de crítica aos estudiosos de artes plásticas que receberam uma formação universitária, isto é, aqueles que, incapazes de ler nas figuras, nos símbolos e nas imagens o único pensamento legível, desculpam o seu analfabetismo na falta de documentos para ler. Pena é que tal crítica não incida também sobre os plásticos, mais ou menos comprometidos com o ensino universitário, na medida em que repudiam a verdade estética de que a cada forma de actividade artística corresponderá uma doutrina que, no caso explícito da pintura, desenvolverá o hermetismo das figuras, das formas e das cores. O preconceito de que a pintura é só para *ver-se* e não para *pensar-se* também, de que o artista não deve conhecer a legenda, patente ou oculta, que integra a obra plástica numa tradição de pensamento, constitui evidentemente a consagração da estupidez, visto que estúpido é quem não pensa. Almada Negreiros merece, por isso, os elogios do autor da *Estética e Enigmática dos Painéis*, pois é, dos nossos pintores um dos raros que não ignora as relações da arte com a filosofia, embora o pitagorismo o conduza a explicações classicistas e passadistas da pintura, incompatíveis com a teoria «estética, ética e profética», tão luminosamente expressa no livro que comentamos.

Perante este quadro, a *Estética e Enigmática dos Painéis* aparece como uma obra singular, excepcional e diríamos inédita nos nossos dias, se não existisse a *Estética Existencial* de António Quadros. Estes dois livros constituem hoje, com efeito, o único ensino português de estética no nosso país, abrangendo na palavra ensino não só o que se divulga por meio de livros, como o que se transmite por

meio de instituições. Referimo-nos à Escola de Belas Artes e às Faculdades de Letras. A verdade porém, é que a primeira nem sequer apresenta uma cadeira de estética, como seria primacial numa escola criada para formar artistas, e as segundas incluem no curso de Ciências histórico-filosóficas uma disciplina cuja designação de Estética e História da Arte logo nos esclarece quanto à sua finalidade anti-filosófica.

Pode dizer-se ensino de estética aquele que nos dá os nomes dos reis ou dos arquitectos que construíram este ou aquele Templo, ou as datas em que este ou aquele Templo foram construídos? É lícito considerar ensino de um curso de filosofia aquele que se limita a classificar as obras de arte pelos estilos e a designar as partes componentes dum edifício, como em mecânica se descrevem as peças duma máquina? Constitui uma lição magistral a descrição dos estilos na sua sucessão cronológica ou na sua disposição espacial?

Tal ensino, certamente, não é de filosofia, pela simples razão de que é inteiramente possível ministrá-lo sem a luz duma ideia, sem qualquer espécie de esforço intelectual. E apenas História da Arte, e mesmo assim só de *história externa da arte*.

Um livro como o de Afonso Botelho representa, por isso, com o já citado livro de António Quadros e a Tradução da Estética de Hegel o maior acontecimento dos últimos anos no domínio das artes plásticas em Portugal.

Quem leu a *Catedral* de Huysmans e seguiu com atenção, simpatia e inteligência a meditação simbólica que o escritor francês exara ao longo de trezentas páginas está habilitado a prever o que deve constituir o autêntico ensino de Estética. Lícito é lembrar este livro magistral no momento em que lemos a *Estética e Enigmática dos Painéis*. E tanto mais lícito quanto Afonso Botelho é um escritor de pensamento redentorista, o que, de certo modo explica a sua admiração por Pascoais e Leonardo. Indiferente às disputas dos historiadores, projecta sobre os painéis a luz especulativa duma doutrina pensada na tradição paracelista portuguesa. Isso permite-lhe *ver* um sistema infinito de significações na pintura, da qual outros apenas recebem a luz baça de um quadro histórico. Pelo estudo do movimento chega a conclusões que culminam na interpretação dos painéis como representação do Espírito Santo servindo-se da analogia pode por fim identificar a dupla figura central com Jano ou o novo Adão.

Impossível se torna resumir o pensamento formado num estilo aprendido na escola de Aarão de Lacerda. Convidamos, por isso, o leitor, desgostado, pelo ensino universitário de estética a ler o livro no original.

Antes de terminar esta recensão não resistimos, porém, a transcrever algumas linhas que, aliás, comprovam certa proposição que exarámos atrás:

«A cruz é flor e espalha o seu suave perfume por toda a criação redimida: «árvore, entre todas nobilíssima, que em parte nenhuma tem igual na beleza dos ramos, das flores e dos frutos» como se diz no cântico de Sexta-feira Santa. A. T. Ed. Cidade Nova, 1937.

O Homem Contemporâneo e os seus problemas segundo Domingos Monteiro

Domingos Monteiro é, talvez o nosso melhor contista. Por isso torna-se do maior interesse verificar como este escritor considera os problemas referentes ao homem, à sua origem, à sua natureza, fora dos domínios da ficção. Agora que publicou um livro de antropologia, intitulado «O Homem Contemporâneo», faculta-nos a possibilidade de comparar o pensamento do artista com a doutrina científica que o fundamenta. Embora este estudo seja esclarecedor para a literatura portuguesa contemporânea, deixamos a outros críticos mais habilitados a tarefa de desvelar as contradições que, porventura, existam entre o ensaísta e o contista, para nos limitarmos a fazer a recensão do livro que temos em frente.

Consta esta obra de seis ensaios que versam respectivamente, os assuntos seguintes: «A decadência ideológica e a crise espiritual»; «O homem contemporâneo e a sociedade organizada»; «A emancipação da mulher e a sua influência no mundo contemporâneo»; «A transformação dos costumes e a crise moral»; «O homem contemporâneo e o fenómeno artístico», com os quais seria interessante fazer o cotejo dos temas habituais do autor dos «Contos do Dia e da Noite». Com efeito, para um artista cujo traço fundamental, a nosso ver, é o da ternura em que envolve todas as figuras femininas, a comparação com o ensaísta que ele dedica ao problema da emancipação da mulher, torna-se proveitosa.

A tese do autor afirma que o maior acontecimento do mundo contemporâneo foi a proclamação da igualdade jurídica dos dois sexos com as correspondentes consequências sociais que daí advieram. Perceberá o leitor atento que Domingos Monteiro se ocupa deste fenómeno em todo o mundo, mas observa-o principalmente no nosso país, onde se encontra em desenvolvimento o processo cujo termo ainda não podemos prever.

Os aspectos em que o ensaísta mais se demora, com agudas observações, são os que dizem respeito à vida biológica da mulher, nomeadamente a menstruação, a gravidez e o parto, concluindo todavia que não oferecem obstáculo ao exercício de uma profissão que a retire do genicue. Se bem interpretamos o pensamento do autor, a mulher pode cumprir a sua missão conjugal e maternal, trabalhando na fábrica, no escritório, no hospital. A emancipação da mulher será, pois, mais de ordem financeira do que de ordem política, embora entre uma e outra haja relação de condicionalidade.

Estranhámos que o autor de «Histórias Castelhanas», levado pelas correntes do pensamento dominante, tenha afirmado que, por não exercerem profissões idênticas às do homem, as mulheres tenham estado, durante séculos, à margem da História.

Todos os romancistas, até agora, nos descreveram o contrário, demonstrando que a mulher tem sempre exercido com passividade ou até com superioridade, um poder que vai desde o trono à choupana. Balzac, no seu livro «Ursula Mirouet» bem nos adverte que a figura masculina, preponderante na sociedade, é motivada ou movida pelos cordelinhos que se encontram em mãos femininas: «Cherchez la femme».

Não será, pelo contrário, a chamada emancipação da mulher, um movimento errado que tende a destituir-la das suas ancestrais prerrogativas, para as levar a exercer uma tirania ainda maior do que aquela que tem sido registada pelos histo-

riadores, sem contudo disso resultar maior felicidade para qualquer dos sexos? Não será isto desequilibrar as leis da Natureza?

Da Natureza e das suas relações com o homem também Domingos Monteiro se ocupa no ensaio cujo título é «O problema demográfico». Demorando-se na enunciação de dados estatísticos, conclui pelo fim do homem em período de tempo mais ou menos próximo, por esgotamento dos recursos naturais, dizendo: «É certo que a previsão catastrófica de Malthus não se verificou, o que mostra, por parte dele, um erro de carácter meramente temporal».

De novo estranhámos que o contista que nos descreve tão bem, os obstáculos que, ao livre amor, continuamente põem a sociedade imperante e a moral corrente, possa filiar o seu pensamento nas doutrinas pessimistas de Malthus, cujas consequências lógicas, levadas ao extremo, como o foram pelo seu fundador, concluem pela abstenção, total das relações sexuais.

Tal teoria resulta, a nosso ver, da pernicioso confusão entre o problema político da melhor ou pior distribuição das riquezas e o problema da exploração dos inesgotáveis recursos naturais.

Porque havemos de transformar a mãe ubérrima e fecunda na marrastra estéril e avárea? Porque não havemos de confiar na Natureza? Ou porque não havemos de confiar em Deus? Ou, enfim, em que é que confia Domingos Monteiro o seu optimismo sobre o valor moral? Será a sociedade, ou qualquer sistema político? Mas neste caso teremos uma petição de princípio porque, sendo a sociedade constituída por homens, deles não há que esperar a solução metafísica ou religiosa.

São a estas perguntas e considerações, que o ilustre contista não responde nem neste volume de antropologia, nem na sua já extensa obra literária. Ora se a literatura tem efectivamente um significado metafísico, ficamos perplexos perante o desconhecimento da estética deste escritor, a qual não vem suficientemente esclarecida no estudo «O homem contemporâneo e o fenómeno artístico».

Não nos podemos alongar na análise deste ensaio como dos outros, mas cremos ter já dado suficiente notícia do valor deste interessante livro de antropologia que vem enriquecer o que sobre o homem e os seus problemas se tem ultimamente publicado em Portugal. — F. S. M. — Ed. Sociedade de Expansão Cultural, Lisboa, 1956

OS POEMAS DE NATÉRCIA FREIRE DIÁLOGO E INVOCAÇÃO

A arte poética de Natércia Freire revela características de singularidade que a distinguem fundamentalmente de outros poetas e outras poetisas da sua geração. A poesia parece não ser para ela um monólogo, mas antes um diálogo. A legenda «lirismo de expressão interior» ou seja, reacção de uma sensibilidade perante o mundo que a envolve, deveremos substituir, no seu caso, a legenda «lirismo invocatório», isto é, apelo a uma resposta, ou resposta a um apelo. Porventura Natércia Freire, dentro de um ambiente cultural que quando não é positivista, é idealista, se furtará a levar até às necessárias consequências a sua mensagem singular dentro da nossa poesia contemporânea. Porventura usará a palavra demasiadamente como cifra, ocultando ao ponto de dissolver em música verbal, a vivência concreta invocatória.

Neste livro de «Poemas», Natércia Freire continua o caminho de que «O anel de sete pedras» foi o último marco. Como que se lhe vai apurando cada vez mais o domínio do verso, o que, visto do ângulo menos formalístico, mais contribui ainda para diminuir a revelação do seu angelismo. Os nossos maiores poetas angelistas e invocatórios, Fernando Pessoa e José Régio, voluntariamente renunciaram à perfeição formal, à música verbal, à expressão

da sensibilidade pura, para mais agudamente desvelarem, mesmo nas suas produções líricas, o diálogo do «eu» com o «trans-eu».

Natércia Freire parece-nos encontrar-se numa fase de trânsito, hesitando em optar pela fidelidade à sua mais original e mais singular voz, vocação ou invocação. Se nalguns poemas se lhe entrega um pouco — como em «O inimigo» («O Anjo que me veias...») ou em «Advinhação» («Viram os ventos, viria o Mistério...») — noutros, porém, Natércia Freire reúne-se a uma tradição mais subjectiva de tradução da sensibilidade.

Há em Natércia Freire todos os indícios de que será capaz de ir tão longe quanto permitido lhe for. O seu futuro, neste aspecto, depende talvez menos do talento (que não lhe falta) e da consciencialização de uma problemática (afirmado aliás notavelmente em algumas crónicas de domingo do «Diário de Notícias»), do que do domínio da vontade. Há na poetisa uma sedução do misticismo, que não é talvez o seu mais profundo traço, que parece contrariar a actualidade possível da sua poética. Mas por tudo isto, porque se sente a luta interior entre o monólogo, o diálogo inoperante e o diálogo actual, estamos em presença de uma escritora tão rica de sugestões, que tudo se pode esperar da sua obra. — Liv. Bertrand. — Lisboa, 1957.

A. Q.

Imaginação e magia na arte de José Gomes Ferreira

Estamos diante de um grande poeta português contemporâneo, de um lírico que supera a todo o instante os quadros clássicos do lirismo, por meio do exercício desse dom que a raros é dado, da imaginação. Poucos poetas modernos justificarão, tão profundamente, esta distinção que é um dos princípios da nossa estética, entre as artes da palavra e as artes simbólicas, como José Gomes Ferreira, para quem a palavra é, sobretudo, uma via da imaginação. Quem use a palavra, ao invés, meramente como instrumento de expressão de uma realidade previamente conhecida, será um escritor, mas não é um artista da palavra. A arte, e é essa a sua maior nobreza e a sua maior virtude, acrescenta sempre *algo mais* à realidade previamente conhecida.

Quando não o faz, porque a imaginação não interveio, gera-se uma arte menor, que só com muito boa vontade pode ser considerada arte.

Escritor de uma profunda sensibilidade, Gomes Ferreira tem a faculdade de transcender o quotidiano, absorvendo as imagens positivas para logo magicamente, eriar a partir delas novas imagens e assim inventar um outro mundo que se sobrepõe ao mundo positivo e habitual. Este aspecto, mais saliente ainda se torna no seu último livro, formado de poesias de ocasião, «improvisadas e compostas nos eléctricos de Lisboa nos anos de 1943, 1944 e 1945».

São poesias intensamente radicadas no quotidiano. E no entanto, como é belo o quotidiano, quando o penetra e o transforma a palavra mágica da imaginação! Vai-se no carro para Campolide e de súbito «Uma mulher de carne azul, / se meadora de luas e de tranzes, / atravessou o vidro / e veio, voadora, / sentar-se ao meu colo / na nudez reclinada / dum desdém de espelhos.» (Pág. 9) Vai-se assistir à passagem de uma Procissão, e «Os dedos das mulheres / caíram na rua / misturados com as flores.» (Pág. 35) Ou então, o poeta desafia o quotidiano e dirige-lhe perguntas, que vêm directamente da sua sede de imaginar: «E se, de repente, / voassem dos teus olhos / duas pombas azuis?» (Pág. 13). Ou ainda, o poeta pede contas à realidade, de não estar mais conforme à exigência da sua própria imaginação: «(Onde estás, Mulher Inventada?)» E logo:

João Gaspar Simões recebe cartas de Fernando Pessoa ou o egocentrismo de um juiz sem código

João Gaspar Simões recebeu 39 cartas de Fernando Pessoa que resolveu publicar, certamente com consentimento da família do autor. A maioria delas, porém, pouco interesse oferecem ao leitor. Se o crítico tivesse usado em relação a si mesmo o critério que usa para censurar a organização, por Jorge Nemésio, das «obras completas» do autor da «Mensagem», destas 39 cartas, nem 9 poderia publicar.

Com efeito, se nem todos os poemas incluídos nas «Poesias Inéditas» são bons poemas, nem todas as cartas agora reunidas — longe disso! — ultrapassam o nível da correspondência «administrativa» entre o colaborador de uma revista e o seu director. Mas neste caso sejamos indulgentes para com João Gaspar Simões, pois parece ficar realmente provado aos olhos de todos «a amizade, a confiança e a consideração que Pessoa sempre lhe «testemunhou, sentimentos claramente manifestados nas cartas que se vão ler...» (Pág. 26). Com efeito, quase todas as cartas principiam por «Meu querido camarada» e quase todas terminam por «camarada admirador e grato».

Rara é a publicação de João Gaspar Simões onde não avulte a palavra «eu», em que não diga ter sido ele o iniciador do movimento da arte moderna, o descobridor de Fernando Pessoa, o introdutor da crítica em Portugal, enfim, o salvador, ele ou a «Presença», da cultura portuguesa. Tudo afirmações que, por muito «explicadas» que sejam, são por completo destituídas de objectividade, e assim é que ninguém mais o diz, a não ser ele mesmo. Ou será que ninguém o compreende? Esta obsecração narcisista de João Gaspar Simões, que o leva a arremeter violenta e ditatorialmente contra todos os sintomas de heresia para com os seus ideais presencistas, isto é, contra o literarismo em todo o seu esplendor, chega a tomar aspectos que o absolvem pela ingenuidade tão patente. Assim, no presente livro: na carta XXX, Fernando Pessoa refere-se ao romance Elói: Logo João Gaspar Simões, em nota, explica: «O meu romance Elói, publicado em fins de 1932». (Pág. 122). Algumas páginas adiante, Fernando Pessoa volta a referir-se ao mesmo romance, desculpando-se de ainda não o ter comentado em carta. E logo João Gaspar Simões, na ânsia de informar o público, volta a explicar em chamada: «O livro que obteve o Prémio da Imprensa de 1933». (Pág. 143). Portanto, embora um pouco atrasados, os nossos parabéns por tão merecida consagração...

Esta mesma característica leva João Gaspar Simões, sempre para provar a superioridade da «Presença» sobre todos os movimentos portugueses dos últimos 100 anos e a superioridade dos críticos sobre todos os outros escritores, filósofos ou poetas, às mais espantosas afirmações que, sinceramente e sem acinte, deixam de boca aberta o leitor mais desprevenido. Assim, quem «deu consistência à geração de 70», não foi Eça de Queiroz, não foi Ramalho Ortigão, não foi sequer Oliveira Martins. Foi... Moniz Barreto. Quer dizer, é o crítico ou o historiador literário quem dá consistência aos movimentos, não é o romancista, nem o poeta, nem o filósofo. O mesmo para a geração de 89: desta vez é Alberto de Oliveira o novo Moniz Barreto. Quanto ao movimento da Renascença Portuguesa e da Águia, oiçam bem, senhores, que não se acredita. Vamos transcrever a frase inteira porque é de pasmar: «E se a geração de 1912 — a da Renascença Portuguesa e da Águia — se caracteriza por uma inconsistência manifesta, é porque o seu único crítico — Fernando Pessoa — já a tinha ultrapassado no momento em que julgou por bem dar-lhe aquilo mesmo que lhe faltava: uma base doutrinária e uma consciência introspectiva, praticamente inexistentes na personalidade e na obra dos seus corifeus». (Pág. 21). Juramos que a transcrição está conforme. Isto foi escrito e publicado no ano de 1957, em Lisboa.

Quer dizer:

1.º — Quem dá consistência às gerações são os críticos. E, como a crítica literária é um género recente, deveremos concluir que antes do século XIX todas as gerações foram inconsistentes, desde os tempos de Platão e Aristóteles, até aos de Goethe e Schiller.

2.º — A geração de 1912 foi inconsistente, porquê? Porque o seu único crítico já a tinha ultrapassado!!! Recorde-se que o mais notável ensaio crítico de Fernando Pessoa é precisamente «A nova poesia portuguesa», publicado nas páginas de «A Águia» e que constitui um magistral estudo interpretativo do pensamento poético da «Renascença». Consistência não lhe deu nem podia dar, porquanto já nesta altura a obra da «Renascença» tinha adquirido justamente a consistência que nenhum outro movimento literário teve até hoje em Portugal. Aliás não é o único ensaio sobre o tema. Leia-se, com efeito, o livro de Leonardo Coimbra sobre «O criacionismo», o livro de Pascoais sobre «Os poetas lusíadas» e muitos outros artigos ou ensaios menores que João Gaspar Simões desconhece ou oculta.

3.º — São «praticamente inexistentes» «uma base doutrinária e uma consciência introspectiva na personalidade e obra» dos «corifeus» da Renascença!! Ora quem são estes corifeus? Citemos os principais: Sampaio Bruno, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoais, Junqueiro, Jaime Cortesão e ainda Fernando Pessoa, que junto da Águia se iniciou e onde bebeu a tradição e a influência que se patenteiam nos seus melhores ensaios estéticos e filosóficos e nalguns dos aspectos mais geniais da sua obra poética, como a «Mensagem» que tão de perto se liga ao pensamento de Bruno. Não têm então base doutrinária filósofos como Bruno e Leonardo, que exprimiram largamente as suas doutrinas originais sobre Deus, a Natureza, o Homem, a Arte, o Direito ou até a Política? Não têm então consciência introspectiva um Pascoais, que justamente radieou

de sensibilidade, mas sobretudo de imaginação, realizar a justiça não é só um acto de vontade, é sobretudo um acto de adequação à verdade antropológica, sem o qual a justiça se transforma num qualquer direito abstracto sempre ao arripio da essencial individualidade do homem. Estarão estas considerações assim tão fora da arte poética de José Gomes Ferreira? Elas foram-nos sugeridas,

em qualquer caso, pela obra de um dos escritores que, no nosso tempo, melhor honram a língua portuguesa, enriquecendo-a e sobretudo demonstrando mais uma vez a sua infinita virtualidade expressional em relação ao infinito poder imaginístico do homem. Tão sábiamente usada, a palavra quase se transforma, realmente, em acto de magia. — A. Q. — Ed. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1956.

toda a sua poesia na doutrina filosófica e poética do saudosismo, exposta em vários livros, ensaios e artigos, um Pessoa, que desde os tempos da sua colaboração na Águia logo afirmou as doutrinas a partir das quais iria criar toda a sua obra?

E então quem tem essa base doutrinária, essa consciência introspectiva? O Dr. João Gaspar Simões? A «Presença»?

Certo é que, depois dos períodos estudantis da «Presença», alguns dos seus representantes como José Régio ou Miguel Torga evoluíram e vieram a afirmar notavelmente doutrina e ideias. O Dr. João Gaspar Simões, no seu conformismo aos ideais do estudante de Coimbra, é que parece nunca ter evoluído. Não apresentou já mais as suas ideias próprias sobre os grandes temas que preocupam o homem. Não apresentou já mais as suas conclusões sobre a Natureza, sobre o Homem, sobre a Sociedade, sobre Deus ou sobre o Nada. Apenas... fez crítica literária. E chamará ele a isto consistência? E chamará ele consistência a uma actividade de juiz do tribunal literário — juiz em nome de que doutrina, em nome de que radicação da literatura, na antropologia, na cosmologia, na estética, na filosofia?

Fernando Pessoa, numa das suas cartas, responde a estas perguntas palpitantes sobre o pensamento de João Gaspar Simões. É certo que, sempre amável para com o director da publicação que lhe divulgava os poemas, envolveu as suas palavras num tom de gentileza que terá enganado o crítico presencista. Mas a ideia lá está, bem expressa e sem deixar margem a enganos. Essa ideia explica, de uma vez para sempre, a que se resumiu o pensamento da «Presença», pelo menos tal como ele foi ensinado às mais recentes gerações pela pena de João Gaspar Simões.

Escreve, com efeito, Fernando Pessoa: «A parte o que vejo nisto de uma simples manifestação de evolução íntima, creio que se entrega um pouco mais do que deveria às influências e sugestões do meio intelectual europeu, com todas as suas teorias proclamando-se ciência, com todos os seus talentosos e hábeis proclamando-se génios. Não o acuso de não ver isto; na sua idade nunca isto se vê». (Pág. 92).

Mas deste estadió de evolução íntima, nunca mais parece ter saído João Gaspar Simões. Bebeu em Paris ou em Londres meia dúzia de teorias literárias e logo as arvorou em ciência, sem sequer as ter feito passar pelo simples cadinho da reflexão individual. O caso é ainda hoje agravado, porque João Gaspar Simões já nem sequer sincroniza com as actuais teorias literárias francesas e continua anacrónicamente agarrado às que aprendeu em Coimbra.

Estas palavras são de facto um pouco duras, mas cremos que precisariam de ser ditas. Há já demasiado tempo que João Gaspar Simões, ocupando postos da crítica literária nos principais jornais portugueses, pois é o mais consagrado escritor português junto das redacções, usa e abusa do espaço que lhe é confiado para dar saída aos seus ódios, ressentimentos e despeitos. Assim asfixia a nossa vida cultural, distribuindo condenações e anátemas para a direita e para a esquerda, por intermédio de um aparato erudito e acadêmico, e em nome, seja do seu exacerbado egocentrismo seja do seu conformismo aos ideais do literato adolescente, seja da cega fidelidade às teorias literárias ou artísticas parisienses de há vinte e cinco anos. A sua actividade intensa tem sido sempre intelectualmente superficial e éticamente inadequada a uma deontologia de crítica imparcial, capaz de respeitar os indivíduos por detrás das obras. Sob todos os aspectos porque se queira valorizar a obra deste escritor, não podemos fugir a isto: ela não é senão nociva à evolução cultural portuguesa. Denunciar os termos desta nocividade é afinal um dever para com a própria cultura.

Teremos sido duros, talvez. Mas muito mais duro ainda tem sido João Gaspar Simões para tantos jovens escritores que, ao iniciar a sua carreira, têm encontrado pela frente um juiz arrogante, violento, aplicando sentenças por um código sem actualidade, sem validade e sem vigência real. Mas muito mais duro tem sido para com todos nós, portugueses, a quem tem negado por sistema aptidão para todas as actividades artísticas, culturais e políticas, o que nem os estrangeiros fazem, contribuindo assim para o clima deprimido e derrotista da nossa vida intelectual a partir da geração da «Presença». Só esta parece ter, com efeito, os predicados que ele nega aos seus outros contemporâneos.

Quanto às cartas de Fernando Pessoa, diremos apenas que algumas, como a carta sobre Freud, têm o maior interesse, mas que o público espera sobretudo, neste capítulo, uma antologia das cartas de Fernando Pessoa para aqueles escritores ou camaradas com quem ele falava livremente de igual para igual, ou de discípulo para mestre como Sá Carneiro, António Botto e Augusto Ferreira Gomes no primeiro caso e Sampaio Bruno no segundo caso. Nós defendemos e afirmamos o génio de Fernando Pessoa, mas nunca o poderíamos fazer nos termos formalistas e pseudo-românticos em que João Gaspar Simões os põe (V. «Vida e obra de Fernando Pessoa»). Se a João Gaspar Simões se deve uma parte da sua propaganda, não foi certamente João Gaspar Simões que nos deu a profunda interpretação que se espera ainda. Pelo contrário, esse livro está longe de constituir um serviço à obra do poeta, antes a diminuindo ou desfigurando, como luminosamente o demonstraram, no plano documental, Eduardo Freitas da Costa e no plano doutrinário, Adolfo Casais Monteiro. — A. Q. — Ed. Europa-América, Lisboa, 1957.

Art. 68.º — A revista ou jornal que tiver uma secção de crítica literária ou resenha de publicações contraí tacitamente a obrigação de fazer menção das obras que receber, ainda que não contenha um convite expresso ao público para efectuar tais remessas.

§ 1.º — A empresa da revista ou jornal que não der notícia da obra recebida fica obrigada a devolver ao autor ou editor, que a remeteu, o exemplar recebido.

§ 2.º — Constitui abuso de liberdade de imprensa a crítica literária feita em termos injuriosos para o autor remetente da obra.

Decreto n.º 13.725, de 3 de Junho de 1927

CARTA ABERTA

Não sabemos quem sois. Não vos conhecemos o rosto nem vos pomos a máscara. Sois, para nós, como crianças: pura virtualidade. Não vos chamamos, portanto, «pais da Pátria» e dirigimo-vos esta carta nas condições óptimas de imparcialidade.

Quem nós conhecemos foram os vossos antecessores, os deputados da VI Legislatura, que em quatro anos de parlamentarismo, através de discursos lidos com maior ou menor brilho, através da discussão e aprovação de muitos decretos e leis, só de duas vezes nos lembramos que tenham aflorado problemas relativos à vida do espírito, e ainda esses apenas projectados no plano da administração pública.

Poros assuntos de que se ocuparam os deputados da VI Legislatura, podemos concluir que as suas predileções e interesses foram predominantemente económicos e materiais. Obedeceram assim às leis das multidões, cuja psicologia foi descrita num livro muito útil, e em tempos muito conhecido entre nós, de Gustavo Le Bon.

Vossas Excelências vão ter quatro longos anos para mostrar que a VII Legislatura é superior à VI, isto é, que Vossas Excelências pensam diferentemente e procedem com maior sentido político e espiritual.

É claro que nós só vos podemos falar em nome dos valores culturais que são os que representamos; em nome deles Vossas Excelências virão, nos quinze dias de Outubro, pedir-nos os nossos votos. Esperamos, por isso, que no dia das eleições já conheceis não só a Filosofia do Direito, de Hegel, mas também a Constituição Política da República Portuguesa, por ela inspirada.

É apenas para vos levar a esse conhecimento, e apenas falando em nome dos valores da cultura, que vamos aqui lembrar alguns artigos constitucionais que podem determinar a atitude que a lei fundamental da Nação vos obriga a assumir perante nós, a quem vireis pedir os votos.

Efectivamente, se estudardes a Constituição Política, verificareis que em seus títulos, capítulos e artigos estão inscritas as reivindicações dos pensadores, escritores e artistas.

O artigo 43.º, § 2.º, diz o seguinte: «As artes e as ciências serão fomentadas e protegidas no seu desenvolvimento, ensino e propaganda». Ora isto aplica-se aos autores e não às obras guardadas em museus, bibliotecas e arquivos.

No artigo 23.º, lê-se: «A imprensa exerce uma função de carácter público». Ora não se distingue aqui a imprensa periódica da imprensa não-periódica e, portanto, o artigo não se refere apenas às poderosas empresas dos jornais diários mas abrange toda a actividade editorial. Isto significa, pois, que a indústria do livro não é uma indústria qualquer, mas está submetida a fins culturais e nacionais o que obriga os deputados a defender as condições em que ela se exerce.

O artigo 22.º diz ainda: «A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do país, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum». Deste artigo se conclui que é dever do Estado defender a língua portuguesa, primeiro, e depois defender, contra todos os erros, a verdade acerca da aptidão dos portugueses para o exercício das actividades culturais e espirituais.

Creemos que a citação destes artigos é bastante para mostrar a Vossas Excelências como o documento que está na base da ordem e do progresso da Nação, vos obriga a dedicar primordial atenção, a dar amplo lugar nas vossas discussões colectivas, a incluir no tempo das sessões parlamentares, a defesa dos interesses dos homens de cultura e das condições exigidas pelo progresso intelectual.

Com efeito os problemas de cultura que são tratados, regulados e condicionados por instituições oficiais e organismos administrativos carecem de uma profunda, total e quase diríamos escandalosa reforma, reorganização e revisão.

Ao lerem estes apontamentos, Vossas Excelências perguntar-se-ão qual seja a nossa política. É evidente que a resposta, implícita já ao longo destes dois números do 57, vos não parecerá satisfatória, tão habituados podeis estar ao simplismo do «pro» e do «contra» ou aos rótulos do comunismo, fascismo, monarchismo, etc. Não vos satisfaz assim que, em política, nos digamos, como nos dizemos, intérpretes do hegelismo e do aristotelismo. Achaís que um pensamento que, como o de Aristóteles, resistiu a dois mil anos de liberalismo ingénuo e, sobretudo de tiranias quase permanentes, é menos explícito do que os «slogans» oportunistas de um chefe de partido, português ou francês, mais ou menos espertalhão ou hábil? Pois achais que uma filosofia política, como a de Hegel, que fundamenta e inspira tudo o que em política tem seriedade, e até o que a não tem, é menos explícita do que essa vaga e falsa oposição de ser cegamente contra ou surdamente a favor?

Nós pertencemos a uma geração que não tem lugar nem vagar para o simplismo das atitudes ou para a emblemática dos rótulos. Vamos dizer a Vossas Excelências que, além de aristotélicos e hegelistas, somos orientados no sentido da realidade, mas hesitamos em dizê-lo desde já pois pode bem acontecer que Vossas Excelências chamem realidade a isso mesmo que está no simplismo e na emblemática dos políticos. Demoremo-nos portanto.

Quando se vive em República, forçosamente se será republicano, embora se o seja de várias maneiras ou graus, a saber:

- 1) pela participação passiva e inexorável no condicionalismo das instituições e leis republicanas: são-no assim todos os que têm de trabalhar, todos os que «em cada dia ganham o pão nosso de cada dia»;
- 2) pela participação activa no acordo entre a sua individualidade ou propriedade e as instituições ou leis republicanas: são-no assim todos os que utilizam direitos gerais que lhes é lícito dispensar como o direito de votar periodicamente os deputados e o Presidente da República ou como o direito de fruição de rendas, herdos e lucros pelo trabalho alheio;
- 3) pela promoção, renovação ou fortalecimento das instituições e leis: são-no assim todos os que participam do poder legislativo, executivo e judicial, designadamente os membros do governo, professores e advogados, os primeiros legislando e decretando, os segundos e terceiros dando corpo, fazendo cumprir as determinações governamentais.

Ora aquilo que é, precisamente, sentido da realidade reside nisto de não sair «in abstracto» dessa mesma realidade. Fazê-lo é desde logo suspeito de hipocrisia ou de engano para com aqueles que, por dificuldades de se situarem socialmente, aceitam a possibilidade que só nesse hipocrisia é representada. As manifestações de tal hipocrisia deram-se nas sucessivas campanhas eleitorais realizadas a partir de 1945: poderíamos citar inúmeros exemplos de múltiplos e irredutíveis opositores no plano político-teórico que, no plano pessoal-pragmático, ocupavam o mesmo lugar na direcção de grandes

empresas plutocráticas; de activos colaboradores republicanos, a tanto por dia até, que se dizem chefes de partidos da oposição; de polemistas ferozes e denunciantes de escândalos que se revelam defensores das instituições que atacam apenas para se substituírem aos seus dirigentes, etc. Poderíamos, enfim, mostrar que os «capita» do «contra» se reúnem entre os republicanos que indicámos nas alíneas b) e c).

Vêm, assim, Vossas Excelências que não só possuímos o sentido da realidade como não tem sentido a exploração que Vossas Excelências nos queriam exigir. O nosso terreno é o da cultura e a nossa política é, corajosa e explicitamente, aristotélica e hegelista.

Não está, bem os sentimos, ainda satisfeita, não já a vossa pergunta mas a vossa interrogação. Entendem talvez Vossas Excelências, não já que nos explicitamos de menos, mas que nos afirmamos demais, pois são demasiadas a amplitude e a profundidade do pensamento político de Hegel e Aristóteles.

Ora, de acordo com esse mesmo pensamento e com a nossa, e vossa, humildade, delimitemos a nossa posição cultural ao domínio jurídico, uma vez que Vossas Excelências na maioria pertencerão a essa classe que, há dois séculos, entre nós detem, se não o poder, pelo menos o exclusivo da acção política.

Pensamos, pois, que a política demais se tem identificado com o direito público, o que conduz à redução cada vez maior do direito privado e à repetida negação do direito natural ou, como alguns dentre nós lhe preferem chamar, do direito óntico. Ora no direito privado e no direito óntico, é onde residem, efectiva e juridicamente, a liberdade e a propriedade; como estas são, porém, inerentes à independência, seja ela familiar, seja individual, a política sedenta de poder procura

limitar, e até negar, o direito privado e o direito óntico, transformando em direito público os seus principais conteúdos.

A técnica desta transformação consiste em, por exemplo, definir uma oposição entre o que é liberdade individual e o que é liberdade colectiva para, depois, colocar a acentuação positiva nesta última que aparece como a única que importa defender e promover.

O processo de execução desta técnica consiste, também em exemplo, no seguinte: define-se uma oposição entre a propriedade privada ou individual (esquecendo-se que a propriedade é sempre privada ou individual) e a de interesse colectivo (está na posse do Estado ou de grandes empresas particulares), considerando depois que se a última é que é preciso defender, instituir e legislar.

É assim que se consegue incluir no direito público, o que é inalienável direito óntico, como a posse da propriedade individual (opinião, subjectividade, etc.), ou direito privado, como a posse da propriedade familiar (lucro total do trabalho em meios de produção particular) — ao mesmo tempo que se confundem, com esses justos direitos de propriedade, o que não é nem privado nem individual: veja-se o predomínio das formas plutocráticas da renda e da herança, a legislação sobre a propriedade do sub-solo ou a da expropriação de prédios urbanos.

Eis como Vossas Excelências poderão já dispor dos elementos necessários para saberem como somos nós hegelistas e aristotélicos, como defendemos nós a individualidade (Vossas Excelências preferem talvez dizer a «pessoa humana»), como defendemos a família (núcleo de independência pelo trabalho e pela produção), e com aquela e esta, como defendemos a propriedade.

Assim vos expusemos, de três modos diferentes, o que pensamos de política. Esperamos, pois, podermos dar-vos os nossos votos.

ERNESTO PALMA

A PRIMEIRA ADESÃO AO 57

«... a revista 57, microfone avançado do mais importante movimento cultural que a nossa história regista, desde a Renascença Portuguesa».

«... a nossa adesão incondicional ao movimento 57...»

A Planície-15-6-57

Poucas são as publicações culturais portuguesas com o sentido da responsabilidade. A maioria são dominadas pelo complexo presencista, ou seja, o complexo da irresponsabilidade. Caracteriza-se o complexo da irresponsabilidade pela decisão de abandonar toda a problemática que não seja formalista ou historicista. Proclama-se assim o escritor como irresponsável perante o destino do homem na cidade, na pátria, no mundo e arvorar-se em idolo a forma pura, investigada pelo critério historicista ou defendida pelo gosto subjectivo.

Quem, porém, ao conceito da forma sobreponha o conceito de fim e ao conceito de história sobreponha o conceito de acto, não pode deixar de salientar «A Planície», o jornal de cultura de Moura, como uma das raras publicações portuguesas que encararam a sua acção como uma missão, que estão dispostas a trabalhar sem partidário para o futuro da educação e da cultura em Portugal, que têm já no seu activo contribuições concretas, realistas, incisivas, para a resolução de alguns problemas ricos da nossa espiritualidade.

A ideia do «Convívio» é das que melhor atesta e testemunham as nossas palavras. De um «Convívio» aberto entre os intelectuais portugueses, de um convívio entre os intelectuais e o público, de um convívio entre as gerações, de um convívio entre as escolas literárias, espera «A Planície» ver resultar pouco a pouco como que um saneamento espiritual.

Em que plano se pode dar um convívio semelhante? Interpretando o notável «Manifesto» que inseriu, cremos compreender que esse convívio se realizaria no plano da res-

ponsabilidade. Mas essa responsabilidade, afirma-o expressamente o Manifesto, é directamente para com a pátria e para com o homem, e não para com o partido, a escola, a instituição, o código. A responsabilidade de ser homem, na verdade, levará o escritor a exercer uma acção pedagógica, na terminologia de «A Planície». Acção pedagógica de todos os homens de boa vontade, em todos os momentos e em todos os campos, e não cívicamente do alto da cátedra, a partir da função institucionalizada ou da cadeira confortável de uma tribuna de crítica.

Assim pensando, «A Planície» não poderia deixar de assinalar a Renascença Portuguesa como o mais importante movimento cultural deste século. Muito grata nos é também, por outro lado, a valorização que faz de «57» emparelhando-o com a Renascença Portuguesa de que, na verdade, pode ser considerado, senão como um continuador, pelo menos como um movimento que procura com bases actuais retomar o testemunho entregue por um Leonardo, um Pascoais, ou um Pessoa, iniciando uma caminhada que está ainda no seu princípio.

Por todos estes motivos, «57» está ao lado do «Convívio» e da «Planície», dispondo-se a acompanhar os seus esforços, a solidarizar-se com as suas generosas intenções, a contribuir para as suas campanhas.

O futuro do homem português é, no plano do espírito, um desafio posto a todos os intelectuais de boa vontade. Esta é a intuição fundamental que, se mais outro motivo não houvesse, radica o nosso parentesco com os orientadores e colaboradores da «Planície».

O pensamento religioso português e o problema das filosofias nacionais

«... enquanto obra humana, a filosofia acompanha o homem concreto onde quer que ele se situe e acondicione, comungando, enquanto factura, da base antropológica do seu autor, e sofre assim a limitação positiva ou negativa das condições naturais do homem situado.»

«Longe de prejudicar a Verdade universal, o cultivo da filosofia de índole nacional traz não só a possibilidade de interessar em maior escala, o homem pelos problemas próprios do meio em que vive, mas até vem impedir que à base de uma filosofia «neutral», sem alguma nota diferenciante que a individualize, a filosofia seja privada de uma certa fecundidade intensiva, obstando a que a exagerada uniformização a venha a transformar em pura esterilidade». «Itinerarium». Março-Abril de 1957.

1

O problema das filosofias nacionais tem sido posto em questão especialmente por aqueles países que, pouco efectivamente tendo contribuído até agora para o conhecimento filosófico, se viram forçados a rever as suas posições e os motivos da sua pretensa incapacidade para pensar. Tal é o caso da Espanha, de Portugal e das nações mais novas como o México, os Estados Unidos ou a

Argentina. Reconheceram os mais lúcidos intelectuais destes países que não pode haver filosofia dentro de um método de subserviência e de um clima de colonato em relação a filosofias há muito estruturadas como a alemã, a francesa ou a inglesa, pois este género de influências exclusivamente livrescas afasta o homem da única e verdadeira fonte de todo o conhecimento: a realidade em qual quer dos seus planos, a realidade que é vária no tempo, é vária no espaço, é vária nos graus de manifestação e de ocultação. Se em Espanha, a consciencialização de uma problemática específica de filosofia espanhola se tem vindo afirmando numa linha cujos principais marcos são Unamuno, Ortega, Zubiri e Julian Marias, conforme o demonstrou Alfonso Ballester na sua recente conferência sobre este tema, em Portugal uma consciencialização idêntica tem-se vindo desenvolvendo desde Bruno Pascoais e Leonardo até Alvaro Ribeiro que logo em 1943 publicou um pequeno livro, mas fundamental: «O problema da filosofia portuguesa».

O pensamento religioso português não podia deixar de se debruçar também sobre este problema moderno de metodologia, moderno sobretudo para nós, que ainda não o transcendemos como se pode observar pela última edição do livro do Cardeal Patriarca de Lisboa, «A Igreja e o pensamento contemporâneo». Assim, o penúltimo número da revista «Brotheria», pela pena do P. Manuel Antunes S. J. desenvolvia-o com veemência para tomar partido firme contra a tese das filosofias nacionais, através de uma argumentação apenas de aparato e jogando com lugares comuns por todos aceites.

(Continua na pág. 6)